

Para
Alexandre e Felipe.

MÁRCIA MARIA BOSCHI

BURGUESIA INDUSTRIAL NO GOVERNO DUTRA (1946-1950)

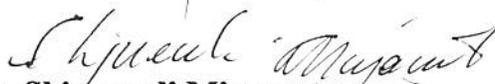
**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação da
Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de
Saes**

**Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
03/03/2000**

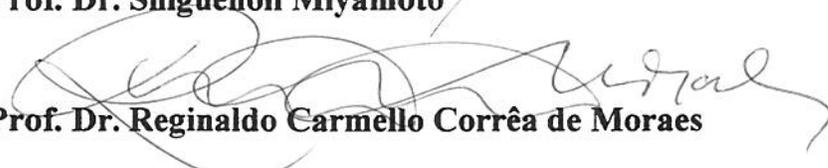
BANCA



Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes (orientador)

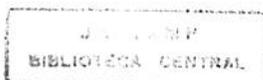


Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto



Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

MARÇO/2000



20006083

UNIDADE	B. C.
N.º CHAMADA:	F/UNICAMP
	B.65.b
V.	Ex.
TOMBO BC/	40945
PREÇO	278/00
U	<input type="checkbox"/>
O	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/04/00
N.º CPD	

CM-00135171-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Boschi, Márcia Maria
B 65 b Burguesia industrial no governo Dutra (1946-1950) / Márcia
Maria Boschi. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Dutra, Eurico Gaspar. 2. Política industrial. 3. Classe
média. 4. Indústria – Aspectos sociais. 5. Brasil– Política e
governo, 1946-1950. I.Saes, Décio Azevedo Marques de.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III.Título.

Agradecimentos

São muitas as pessoas que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização desta dissertação.

Desejo agradecer ao professor Geraldo Balestriero pela ajuda recebida na elaboração do projeto submetido ao processo seletivo de mestrado. Ao professor Shiguenoli, pelo carinho e atenção com que me recebeu na Unicamp. Aos professores Caio Navarro e Paulo Miceli, pela participação e as sugestões feitas no meu exame de qualificação. Ao meu orientador Décio Saes sou grata pelo interesse e grande apoio que recebi ao longo da elaboração do meu trabalho.

A Vera, Nivaldo e Adéle, o meu muito obrigado por terem me hospedado em suas casas para que eu pudesse realizar a pesquisa nos arquivos do CIESP/FIESP.

À minha mãe, Marley, e irmãs, Tânia, Renata e Maria Cristina, por ajudarem na responsabilidade de cuidar do meu filho, Felipe, no período em que eu me dedicava ao curso de graduação e ao mestrado.

Aos meus colegas de curso, Augusto Buonicore, Andréa Frú, Jajá e Eduardo Mei, pela paciência com que leram e discutiram os meus primeiros textos.

A Nair que me auxiliou na resolução de diversos problemas que enfrentei durante a elaboração deste trabalho.

Sou grata também aos funcionários da secretaria do IFCH, principalmente a Lourdinha, Betanho, Marli, Esmeralda e Júnior, que sempre me prestaram auxílio. Aos funcionários da biblioteca do IFCH, mais particularmente ao Luciano, Zé Luís e Solange que me ajudaram a encontrar o material de que necessitava para a confecção do meu trabalho. Aos funcionários da biblioteca do CIESP/FIESP que me ajudaram na busca dos dados que apresento nesta dissertação e a diretoria do CIESP/FIESP que me concederam um desconto no preço das fotocópias.

À CAPES, que forneceu-me uma bolsa de estudo tanto na graduação (PET), como na pós-graduação. Sem esta ajuda financeira não teria sido possível a elaboração deste trabalho. Também agradeço a UNESP/Marília que me forneceu uma ajuda para finalização do trabalho.

Ao Alexandre pela paciência e carinho com que me tratou todos esses anos dedicados ao mestrado. Ao Felipe pela compreensão e paciência com que suportou a minha ausência durante anos para que eu pudesse fazer minha graduação e meu mestrado. Sem todo este apoio recebido, não teria conseguido concluir meus estudos.

SUMÁRIO

<i>I. INTRODUÇÃO</i>	6
1. Apresentação	7
2. Tema	9
3. Hipótese de Trabalho	12
<i>II. REFLEXÃO SOBRE OS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS DOMINANTES</i>	14
1. Apresentação	15
2. Uma nova abordagem teórica	19
3. Discussão com os autores	33
<i>III. CONTEXTO HISTÓRICO</i>	62
1. Condições políticas gerais da ação da burguesia industrial	63
2. Política econômica adotada no período	72
<i>IV. BURGUESIA, POLÍTICA E ESTADO NO PERÍODO DUTRA</i>	75
1. Organização profissional	76
2. A Burguesia industrial paulista e a política econômica e social do governo	89
3. A Burguesia industrial paulista e o proletariado	103
4. A Burguesia industrial paulista e a Igreja Católica	128
5. A Burguesia industrial paulista e a burguesia agrária	133
6. A Burguesia industrial paulista e a questão do partido político	136
<i>CONCLUSÃO</i>	142
<i>ANEXOS</i>	144
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	147

I. INTRODUÇÃO

1. Apresentação

O objetivo deste trabalho é estudar a atuação política da burguesia industrial paulista no governo Dutra (1946-1950). Tentaremos apreender a orientação da ação dos industriais paulistas, através da análise de dados referentes à sua organização profissional, às suas reivindicações junto ao Estado e às suas atitudes em relação à classe trabalhadora¹. Nosso estudo pode contribuir para o preenchimento de uma lacuna bibliográfica: faltam trabalhos que examinem sistematicamente o comportamento político concreto da burguesia industrial nesse período.

Tendo em vista que, no governo Dutra, São Paulo possuía o maior e mais dinâmico centro industrial brasileiro e também o empresariado industrial mais organizado politicamente, o estudo do comportamento político da burguesia industrial paulista nesse período pode vir a contribuir para o conhecimento do perfil político assumido pela burguesia brasileira no seu conjunto. No segundo capítulo desta dissertação, comentamos alguns autores que desenvolveram trabalhos sobre a burguesia industrial brasileira; e procuramos indicar o modo pelo qual a pesquisa que aqui apresentamos pode colaborar para o tratamento das questões que esse tema suscita.

Em nosso ponto de partida, está ausente uma pergunta recorrente na bibliografia: a burguesia brasileira era forte ou fraca no plano político? O afastamento dessa pergunta nos permitiu articular novas questões e oferecer, portanto, outras respostas.

Em qualquer processo social, cada agente coletivo atua de modo mais intenso quanto a questões que considera de maior importância; e relega outras questões, inevitavelmente, a um plano secundário. Deste modo, não faz sentido caracterizar a orientação de um agente coletivo qualquer através de um sistema simples de questões, como o acima mencionado. Ao analisar as formas de ação da burguesia industrial paulista, bem como os diferentes conteúdos dessa ação, estaremos tentando recuperar toda a complexidade da ação política dessa fração de classe.

Para entendermos o significado da escolha de uma determinada estratégia de ação política, por parte da burguesia industrial paulista, empreenderemos a análise da conjuntura econômica e política de 1946-1950. Só através da reconstituição histórica, das

¹ Apresentamos esse material no Cap. IV “Burguesia, Política e Estado no período Dutra”.

condições econômicas e políticas vigentes no Brasil de 1946-1950 (e apresentadas no capítulo III desta dissertação) poderemos chegar à compreensão de certas atitudes que, numa primeira aproximação, podem parecer incoerentes e incompreensíveis, mas que, observadas mais detidamente, evidenciam ser coerentes naquelas condições históricas específicas.

O resgate da postura política assumida pela burguesia industrial paulista se fará através da análise da atuação de seus dois principais órgãos de representação política, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), criado em 1928, e que é uma associação civil patronal de âmbito estadual; e a FIESP² (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), órgão de representação sindical, fundado em 1937. Com este intuito, analisamos, nos arquivos do CIESP e da FIESP, tanto a documentação sobre os fatos mais significativos para a compreensão da ação política do empresariado industrial brasileiro nesse período, como publicações criadas por suas entidades de classe para divulgação de suas atividades e informações prestadas a seus associados. Dentre esses, consultamos os *Circulares do CIESP/FIESP*, que continham referências a todas as reuniões promovidas por essas instituições. Essa documentação deixa de ser publicada em setembro de 1949, sendo então substituída pelo *Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp*, publicação semanal enviada periodicamente a todos os associados do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Além disso, consultamos a *Revista Industrial de São Paulo*, publicada mensalmente que atendia a burguesia industrial não só do Estado de São Paulo, como de todo o território nacional. Fundada por Roberto Simonsen em dezembro de 1944, foi editada somente até março de 1949. Tal revista, publicada pelo CIESP/FIESP, contava também com a colaboração do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Foram também analisadas as atas da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 (5/02/46 – 18/09/46). Concomitantemente, fizemos o levantamento de dados referentes a

² Inicialmente, a FIESP surge como a conversão voluntária da CIESP em Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, de acordo com a mudança da lei sindical ocorrida em março de 1931. Mantendo seu caráter de associação civil, a partir desta alteração, passou a poder congrega não apenas firmas individuais, mas também sindicatos. Com uma nova modificação nesta lei, em 1939, onde o termo federação passa a ser privativo dos órgãos sindicalizados de segundo grau, a assembléia geral da FIESP decide voltar a adotar o seu nome primitivo, retomando a denominação de Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Ao mesmo tempo, a FIP (Federação das Indústrias Paulistas), uma entidade sindical criada em 1937, resolve adotar a denominação de Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

alguns políticos e industriais que tiveram uma atuação significativa nesse período histórico, como por exemplo: Roberto Simonsen, Morvan Dias de Figueiredo, Armando de Arruda Pereira, Roberto Mange entre outros.

O resultado dessa análise está consubstanciado no Cap. IV, em que caracterizamos a postura política da burguesia industrial paulista.

2. Tema

Em 1947, o valor da produção industrial ultrapassa, pela primeira vez na história do país, o valor da produção agrícola. O desenvolvimento econômico alcançado pela indústria nesse período, no entanto, não é considerado, pela maior parte dos autores, como resultado de uma intensa luta política e econômica da burguesia industrial. Na verdade, esse crescimento é tido como “não-intencional”. Com relação ao governo Dutra (46-50) em especial, a maior parte dos autores sustenta que nesse período teria predominado a ideologia liberal e que essa corrente de pensamento seria contra a proteção e o incentivo ao desenvolvimento rápido da indústria brasileira. Nesse sentido, as políticas que acabaram sendo adotadas, e que vieram a beneficiar o crescimento da indústria, não teriam sido tomadas com vistas a esse fim. Os resultados alcançados seriam, portanto, quase que uma “fatalidade do destino”.

Para justificar essa interpretação, sustenta-se que nessa ocasião a burguesia industrial ainda era pouco organizada politicamente, andando quase que a reboque do Estado; não tendo condições, portanto, de tomar para si as “rédeas” do desenvolvimento brasileiro e ditar as linhas que a política econômica deveria seguir. Alguns chegam mesmo a dizer que o empresariado industrial não tinha consciência do papel importante que desempenhava na sociedade, uma vez que uma parcela significativa dos membros da burguesia industrial, oriundos da burguesia agrária, ainda não tinham conseguido desvincular-se de sua origem e pensar de acordo com sua nova posição social, ou seja, como verdadeiros “homens de empresa”³. Defendem essa interpretação autores como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

³Termo muito usado por Fernando Henrique em *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. Mais detalhes sobre o significado desse termo, ver p. 16-17.

A rigor poucos estudos se detêm na análise sistemática desse subperíodo. Preocupados com outras questões, os autores que tratam desse subperíodo acabam por fazê-lo de forma insuficiente, visto que não têm esse momento histórico como objeto privilegiado de sua análise. Esse é o caso, por exemplo, do estudo realizado por Sônia Draibe em *Rumos e Metamorfose*. A principal preocupação desse trabalho é fazer a reconstituição dos processos que deram origem ao Estado Brasileiro e as alternativas que se abriram para a industrialização do país. A autora escolhe estudar o período compreendido entre 1930 e 1960, passando, portanto, obrigatoriamente pelo governo Dutra, por considerar que é nesse momento que ocorre a consolidação do capitalismo no Brasil. No entanto, Draibe restringe-se a citar e comentar as medidas econômicas mais importantes que foram implementadas e a fazer algumas considerações sobre o papel assumido por Dutra.

Também Ricardo Bielschowsky, em *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, comenta de forma geral o clima do período, baseado principalmente no estudo de Skidmore⁴, mas detém-se mesmo na análise do pensamento econômico presente entre 1930 e 1964. Segundo sua própria definição, seu trabalho:

“...situa-se dentro de uma perspectiva de ‘história intelectual’, não se tratando, portanto, de uma investigação sobre história econômica ou história política.”(BIELSCHOWSKY, 1988:9)

Ao tratar dos instrumentos econômicos utilizados no Brasil para o desenvolvimento de nossa economia nos anos compreendidos entre 1945 à 1960, em *15 anos de política econômica*, Carlos Lessa resume o governo Dutra em apenas três páginas, considerando que nesse período ainda não eram travadas discussões sobre os instrumentos econômicos que seriam utilizados no país. Já outros estudos que se centram na análise desse momento histórico, como o artigo de Bresserman Viana, “Política econômica externa e industrialização 1946-1951”⁵, discutem basicamente algumas das políticas econômicas

⁴SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 3ª ed, RJ:Paz e Terra, 1975.

⁵Esse artigo está contido no livro *A ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989*, organizado por Marcelo Paiva.

adotadas no governo Dutra, não se detendo na análise de outras questões presentes nessa época.

As informações encontradas sobre o governo Dutra apresentam-se, de um modo geral, dispersas em diferentes estudos, ou em caracterizações muito gerais sobre o período, como a proposta por Skidmore em *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*, no capítulo “Fim do Estado Novo; Governo Dutra (1945-1950)”, e a realizada pelo *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*⁶, organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No entanto, mesmo esses dois últimos estudos oferecem diferentes interpretações sobre a postura assumida por Dutra em seu governo. Enquanto o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* afirma que Dutra perseguiu em demasia os membros do partido comunista, para Skidmore, ele foi um presidente “apolítico”⁷, com constantes apelos por um retorno à “tranqüilidade”⁸. Porém, esse mesmo autor diz, um pouco mais à frente⁹, que, em maio de 1946, Dutra expurgou todos os funcionários públicos conhecidos como membros do partido comunista. Essa afirmação de Skidmore parece desmentir a caracterização de Dutra como presidente “apolítico”.

Outra divergência entre ambos os estudos se refere à posição política adotada pela UDN, logo após o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em setembro de 1946. Skidmore afirma que, a despeito do esforço de alguns de seus líderes, esse partido iniciou uma ferrenha oposição ao governo, por considerar que Dutra mantinha muitos protegidos de Vargas em seus Ministérios. No entanto, o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*¹⁰ relata que nessa ocasião Dutra entregara à UDN dois de seus Ministérios, o das Relações Exteriores e o da Educação e Saúde¹¹. A partir desse momento, teria se consumado o movimento não de distanciamento, como afirma Skidmore, mas de aproximação entre PSD-UDN-PR¹².

⁶DUTRA, Eurico G. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. RJ:Forense-Universitária:FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, 1984. p.1146. (sob coord. BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de.)

⁷SKIDMORE, 1975, p.91.

⁸Expressão usada por Skidmore para se referir ao clima vivido no governo Dutra.

⁹SKIDMORE, 1975, p.93.

¹⁰Dutra, Eurico G. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*, 1984.

¹¹ Apesar de ter havido inicialmente uma certa resistência de alguns membros da UDN à oferta de Dutra, vence a ala que queria assumir esses cargos políticos.

¹²Essa aliança resultaria mais à frente no acordo interpartidário.

Com relação à bibliografia que trata especificamente da atuação da burguesia industrial brasileira, observa-se que também não se detém na análise do que teria ocorrido com o empresariado industrial no governo Dutra. A pouca literatura existente sobre essa questão salta esse momento histórico, como os estudos realizados por Eli Diniz e Renato Raul Boschi¹³ sobre a atuação do empresariado industrial brasileiro, ou descreve-o de forma geral, não entrando em muitos detalhes. Esse é o caso do trabalho de Maria Antonieta Leopoldi, *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil*, que vai de 1930 à 1961. A autora restringe-se a citar, com relação ao governo Dutra, apenas algumas medidas que foram tomadas nesse período e que considera significativas para a sua problemática mais geral.

Parte das afirmações que dizem respeito à postura política assumida pela burguesia industrial no governo Dutra está baseada em estudos do período anterior, geralmente referentes ao “primeiro Vargas”, ou do posterior, a partir de 1951, ou seja, do “segundo Vargas”. No entanto, é importante que surjam trabalhos que se dediquem ao estudo do governo Dutra: um momento muito rico politicamente, o da redemocratização do país. Num momento político pós-ditatorial, é imperativo e inevitável que as classes sociais procurem exprimir abertamente as suas aspirações e utilizem as liberdades políticas como instrumento legítimo de pressão sobre o governo.

3. Hipótese de Trabalho

A hipótese que orienta nossa investigação é a de que a burguesia industrial brasileira, já em 1946, era bastante organizada e atuante politicamente, conseguindo influenciar, muitas vezes de forma decisiva, as políticas econômicas que vieram a ser adotadas no governo Dutra. Mas o discurso dessa fração de classe alterava-se de acordo com os objetivos que buscava alcançar. Quando era de seu interesse que fossem adotadas medidas protecionistas que garantissem o pleno desenvolvimento de alguns setores econômicos, os industriais reivindicavam a intervenção do Estado; já nas áreas em que se

¹³Refiro-me aqui ao livro: **DINIZ**, Eli, **BOSCHI**, Renato Raul. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*, RJ:Florense-Universitária, 1978. Esse trabalho estuda a conduta política do empresariado industrial em dois períodos históricos: 1930-1945 e 1964-1976.

consideravam mais bem estruturados para “tocarem os negócios sozinhos”, pediam para que o Estado não interferisse, pois consideravam-no incompetente.

Os empresários industriais teriam atuado intensamente tanto junto ao governo e a outras frações das classes dominantes como em relação à classe trabalhadora, posto que entendiam que era importante manter sob controle todos os “fatores” que, de uma forma ou de outra, pudessem colocar em risco seus interesses econômicos e seu domínio político.

A indústria cresceu bastante no governo Dutra, tanto porque a conjuntura política e econômica daquele período permitiu esse desenvolvimento, como porque (e aqui voltamos a nossa hipótese) a burguesia industrial brasileira estava bastante organizada politicamente. Essa fração exercia influência junto aos órgãos governamentais, e lograva pressionar o governo para que fosse a fração de classe mais beneficiada com as medidas econômicas que estavam sendo implementadas.

Em suma, orienta o nosso trabalho a idéia de que a burguesia brasileira teve participação efetiva na escolha do modelo de desenvolvimento industrial que veio a ser implementado no período compreendido entre 1946 e 1950.

1. Apresentação

Apesar de não haver nenhum trabalho que trate especificamente da atuação política da burguesia industrial no governo Dutra, existem pesquisas que se dedicam ao estudo da atuação e do comportamento do empresariado nacional. Essa literatura pode ser dividida, para efeito de análise, em dois grandes grupos, no que diz respeito à visão que os autores têm do nível de organização política da burguesia brasileira na defesa dos seus interesses:

- I) - Aqueles que consideram que o empresariado nacional não atuava enquanto uma classe, ou seja, lutando de forma consciente e unida pela defesa de seus interesses¹⁴. Para eles, a burguesia industrial era desorganizada politicamente e desorientada ideologicamente, dependente do Estado para seu crescimento. Segundo essa postura teórica, o empresariado industrial era guiado por interesses imediatistas, só conseguindo se planejar a curto prazo, ao passo que o Estado possuía uma visão mais ampla do processo político e econômico do país, pautando-se por projetos a longo prazo. Consciente da importância do desenvolvimento da indústria nacional para o crescimento da economia do país, o Estado tomava a iniciativa de promover políticas econômicas que propiciassem o crescimento acelerado dos setores ligados a essa atividade;
- Tais autores avaliam, portanto, que a burguesia industrial não possuía uma posição hegemônica dentro da sociedade brasileira, como ocorria nas “economias centrais”. Alguns autores, como Luciano Martins¹⁵, chegam a afirmar que não só a burguesia industrial não era hegemônica, como também não tinha a pretensão de um dia conquistar essa posição política. Para esse autor, o empresariado industrial, já na década de 60, em vez de ser a fração de classe mais dinâmica da sociedade, liderando o desenvolvimento do país, havia se transformado num obstáculo ao crescimento da economia brasileira.

¹⁴Fazem parte desse grupo Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre outros.

¹⁵ MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução a crise brasileira*, 1968.

II) - Os trabalhos mais recentes que tratam desse tema¹⁶, contrariamente às teses defendidas pelo primeiro grupo, afirmam que o empresariado industrial brasileiro era bastante atuante politicamente e muito organizado. Defendem também que a burguesia industrial teve grande influência no processo de desenvolvimento econômico;

- Esse grupo, muitas vezes, chega a divergir quanto à avaliação da posição política alcançada pela burguesia industrial na sociedade brasileira. Enquanto Renato Raul Boschi¹⁷ considera que essa fração de classe, apesar de muito ativa politicamente, não possuía uma posição hegemônica, outros autores, como Maria Antonieta Leopoldi¹⁸, afirmam que não só existia, por parte da burguesia industrial brasileira, a luta pela conquista desse papel na sociedade, como esse projeto foi em parte implementado nos anos 40 e 50.

Existe, portanto, grande divergência entre os autores quanto à “*atuação enquanto classe*” da burguesia brasileira e quanto à sua posição –hegemônica ou não– dentro da sociedade.

Para melhor visualizarmos essas divergências, elaboramos um quadro com três autores representantes de cada um dos dois grupos descritos anteriormente. Nesse quadro, mostramos como eles se posicionam, individualmente, em relação a essas questões. Acreditamos que, embora sucinta, a exposição da forma como esses autores enxergam o empresariado nacional fornecerá um panorama bem ilustrativo de como as questões ligadas a esse assunto vêm sendo tratadas até o presente momento.

Não pretendemos fazer uma análise exaustiva de tudo o que já foi escrito e pesquisado sobre a burguesia brasileira, mas apenas retomar alguns estudos que consideramos representativos em relação ao tema, pois observamos, ao longo de nossa

¹⁶ Como exemplo, temos os estudos realizados por Eli Diniz e Renato Raul Boschi.

¹⁷ BOSCHI, Renato. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*, 1979.

¹⁸ LEOPOLDI, Maria A. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil*, 1984.

pesquisa, que vários dos estudos aqui apresentados são usados, por outros autores¹⁹ como referência para traçar o perfil político, econômico e ideológico do empresariado nacional.

¹⁹ Um bom exemplo do que acabo de afirmar é o livro “*Burguesia e Trabalho*”, de Angela Gomes, que, ao estudar a formação da legislação social no Brasil (1917-1937), afirma que vai basear-se na concepção de burguesia desenvolvida por Renato Boschi.

*Diferentes visões da postura política assumida pela
Burguesia industrial brasileira*

	<u>Fernando H. Cardoso</u>	<u>Luciano Martins</u>	<u>Florestan Fernandes</u>
atuação enquanto classe	-não há; -a burg. ind. é, em parte, instrumento político dos grupos tradicionais.	-não há; -é apenas mais um “grupo de pressão”.	-não há; -não tinha ainda consciência do seu papel político.
posição hegemônica	-não há; -atuação corporativista (“clientelismo”).	-não possui; -não tem nem a pretensão de um dia ser hegemônica.	-não possui.
	<u>Eli Diniz</u>	<u>Renato Boschi</u>	<u>Gorender</u>
atuação enquanto classe	-atua enquanto classe; -luta pelos seus interesses. particulares.	-há grande atuação; -apesar da dependência, conseguiu defender seus interesses junto ao Estado.	-há grande atuação; -lutou pela defesa de seus interesses de classe.
posição hegemônica	-não possui.	-não possui; -atuação corporativista.	-é a classe dominante principal da sociedade brasileira. ²⁰

Fontes:

Cardoso, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, SP:Difusão Européia, 1964.

Martins, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução a crise brasileira*, RJ: Saga, 1968.

Fernandes, Florestan. *Revolução Burguesa no Brasil*, RJ: Zahar, 1975.

Diniz, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 30/45*, RJ: Paz e Terra, 1978

Boschi, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*, RJ: Edições Graal, 1979.

Gorender, Jacob. *A Burguesia Brasileira*, SP: Brasiliense, 1981.

²⁰ Gorender não trabalha em seu texto com o conceito de “hegemonia”, afirma apenas que a burguesia brasileira é a classe dominante principal na sociedade brasileira, p. 112.

2. Uma nova abordagem teórica

2.1. Imaturidade Ideológica?

Ao analisarmos o quadro *Diferentes visões da postura política assumida pela burguesia industrial brasileira*, constatamos que houve uma gradativa mudança na avaliação que os diferentes estudiosos fazem da “*atuação enquanto classe*”. Enquanto os três primeiros autores²¹ apresentam uma posição muito parecida no que diz respeito a esse aspecto, a partir do trabalho de Eli Diniz, verificamos uma mudança na avaliação da atuação política da burguesia industrial. Porém, manteve-se inalterada a afirmação de que essa fração de classe não ocupava uma “*posição hegemônica*” na sociedade brasileira. Iniciaremos nossa exposição resgatando os pontos comuns existentes nas análises dos três primeiros autores, para só depois mostrarmos em que os trabalhos posteriores avançaram e como avaliamos essas questões.

Apesar das diferenças entre os trabalhos desenvolvidos por Cardoso (1964), Martins (1968) e Fernandes (1975), todos concordam em afirmar que, no Brasil, na década de 60²², diferentemente do que ocorreu no desenvolvimento da economia capitalista de outros países, a burguesia nacional não atuava de forma organizada na defesa de seus interesses de classe, mas, em vez disso, era desagregada, desarticulada politicamente e desorientada ideologicamente. Essa especificidade do caso brasileiro teria como explicação o fato de que a burguesia industrial, em vez de promover uma luta aberta contra a burguesia agrária, teria procurado unir-se a ela, desenvolvendo uma política de conciliação com as outras frações das classes dominantes.

Esses autores consideram que, devido a essas características, o empresariado industrial brasileiro não teria conseguido transformar-se no centro dinâmico da sociedade, nem tornar-se condutor do processo de industrialização do país. Avaliam que a burguesia industrial também não conseguia reverter as medidas adotadas pelo Estado, que seriam

²¹ Refiro-me aqui a Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Florestan Fernandes.

²² Esses autores coletaram grande parte dos dados que dão sustentação às afirmações feitas sobre a burguesia brasileira, na década de 60.

prejudiciais a seus negócios, pois não participava de forma direta ou complementar dos processos de tomadas de decisões do país.

Ainda, na visão de Martins (1968), a coesão interna das classes produtoras no Brasil seria explicada pelo fato de a burguesia industrial nacional ser apenas mais um grupo de pressão junto ao Estado, ocupando uma posição intermediária e dependente entre a classe dirigente e a classe subalterna, sendo, portanto, obrigada a submeter-se às classes dominantes e à busca de *alianças de segurança*.

Percebemos que esses estudos partem do pressuposto de que a burguesia industrial, para se firmar como uma fração de classe relevante politicamente, tinha que necessariamente lutar pelo fim das vantagens econômicas e políticas da burguesia agrária. E a não movimentação do empresariado industrial nessa direção é tida como a evidência de sua falta de consciência política.

Porém, se observarmos a história do desenvolvimento econômico de outros países, inclusive das sociedades em que houve a instauração de um regime político democrático, constataremos que essa não é uma característica própria da sociedade brasileira. A Revolução burguesa Inglesa (1789), por exemplo, foi promovida pela união da aristocracia agrária com a burguesia inglesa, contra a monarquia, que estava impedindo o avanço do capitalismo no país. Nas palavras de Barrington Moore²³ (1913), teria havido na Inglaterra, nesse período, uma osmose entre comerciantes e aristocracia proprietária, mesmo porque era difícil a separação entre quem pertencia à agricultura e quem era só capitalista manufatureiro.

Essa união, mesmo sendo conflituosa, consegue manter sua “harmonia” por um tempo determinado. Entretanto, logo surgem medidas que tornam difícil a continuidade da conciliação entre a burguesia e a aristocracia agrária, uma vez que o favorecimento de uma das partes significa, muitas vezes, a perda do espaço ocupado pela outra. Porém, ela não é uma configuração típica de uma sociedade subdesenvolvida, nem prova da falta de consciência política do empresariado brasileiro.

Estudos mais recentes, como o realizado por Eli Diniz (1978) e Renato Boschi (1979), defendem que diversos autores associaram, erroneamente, a falta de hegemonia política da burguesia brasileira à desorganização política.

²³ MOORE, B. *As origens sociais da ditadura e da democracia*, p. 43.

Para Diniz e Renato Boschi, a burguesia industrial não era hegemônica, mas foi muito atuante politicamente, tornando-se mesmo, a partir de 30, um ator estratégico no esquema de alianças que se formou no Brasil. Gorender (1981) concorda com esta postura e acrescenta, ainda, que a burguesia industrial foi o grande organizador do modo de produção capitalista no Brasil. Neste sentido, defendem que o empresariado industrial, ao contrário do que vinha sendo afirmado até o momento, tinha uma atuação muito intensa junto ao Estado, conseguindo fazer com que várias de suas reivindicações fossem atendidas. Desta forma, teria influenciado bastante o novo tipo de sociedade que se formou a partir de 30, cuja base era a industrialização.

A aliança da burguesia industrial com a burguesia agrária não evidenciava, para Diniz e Renato Boschi, uma falta de consciência de classe por parte dos industriais, mas fazia parte de uma estratégia política. Ao perceberem que não tinham ainda conquistado as condições necessárias para lutar por seus interesses particulares, os industriais preferiam, de acordo com Diniz, abrir mão momentaneamente de seus “objetivos grupais” e unirem-se às elites dominantes para garantirem, assim, pelo menos o atendimento das suas demandas imediatas.

Gorender descreve, da seguinte forma, o comportamento da burguesia industrial brasileira:

- conservadora;
- partidária da linha do menor atrito e acomodação aos interesses da cafeicultura;
- não-revolucionária.

Os documentos por nós analisados confirmam as conclusões a que chegaram Diniz, Renato Boschi e Gorender. Os dados que coletamos²⁴ demonstram que, diferentemente do que os três primeiros autores aqui discutidos afirmaram, a burguesia industrial brasileira, já na década de 40, não era desarticulada politicamente e nem desorientada ideologicamente. Muito pelo contrário, tinha uma atuação muito intensa nas

²⁴ Refiro-me, aqui, aos documentos a que tive acesso nos arquivos do CIESP/FIESP, referentes ao governo Dutra, e que apresentamos com mais detalhes no Cap. IV.

áreas que considerava importantes para o pleno desenvolvimento econômico de seus negócios.

Porém, apesar do avanço das análises de Renato Boschi e Eli Diniz, no que diz respeito à forma de agir da burguesia industrial brasileira, elas reproduzem alguns problemas presentes no trabalho de Cardoso, Martins e Florestan. Todos esses autores acreditam que a burguesia industrial brasileira não tinha conseguido se tornar hegemônica politicamente, porque se recusava a unir-se ao proletariado e a promover uma revolução democrática no país.

Neste sentido, Renato Boschi e Eli Diniz afirmam que, a despeito de toda organização e atuação política do empresariado industrial nacional, as reivindicações dessa fração de classe estariam impregnadas de *distorções*, uma vez que a burguesia industrial insistia em lutar exclusivamente por seus interesses particulares.

Para esses autores, o empresariado industrial tinha por obrigação desvincular-se dos seus interesses econômicos mais imediatos e incorporar ao seu programa de ação as reivindicações e os interesses da classe trabalhadora, e de outras classes, assumindo, assim, seu papel histórico na promoção do desenvolvimento capitalista do país. A não movimentação da burguesia industrial nacional nessa direção era, então, encarada como demonstração de sua *imaturidade ideológica*.

Apesar de todos os problemas apontados, Eli Diniz²⁵ afirma que a burguesia industrial brasileira tendia a reivindicar um Estado intervencionista, comprometido com o fortalecimento econômico do país e com a construção da identidade nacional. Florestan Fernandes²⁶ também faz uma avaliação positiva da sociedade brasileira e diz que, em 1969, estaríamos prestes a assistir a uma revolução social no Brasil.

²⁵ DINIZ, *Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945*, p.290.

²⁶ FERNANDES, F. *Revolução Burguesa no Brasil*, p. 364.

2.2. *Burguesia industrial: luta por seus interesses de classe*

Há problemas no modelo teórico que dá sustentação à análise feita por esses autores. Em primeiro lugar, é discutível a afirmação de que o alcance da hegemonia política, por parte da burguesia industrial brasileira, dependia de sua união com a classe trabalhadora e da deflagração de uma revolução democrática no país que trouxesse benefícios para toda a população. A disputa de uma classe, ou fração de classe, pela hegemonia política num determinado país, e o seu engajamento na luta pela construção de uma sociedade mais democrática, são dois processos relativamente diferentes que não guardam nenhuma relação necessária de dependência entre si. Além disso, a luta pela conquista da hegemonia política²⁷ entre as diferentes classes ou frações, que compõem as classes dominantes de um país, não ocorre somente nos países que promoveram uma “revolução democrática burguesa”, mas também em sociedades capitalistas que tiveram suas mudanças políticas conduzidas de *cima para baixo*²⁸, como é o caso brasileiro. Na verdade, essa disputa faz parte das práticas políticas das classes dominantes numa formação social capitalista.

É discutível, portanto, a afirmação de que, no Brasil, a conquista da hegemonia política por parte da burguesia industrial depende do desencadeamento de uma revolução democrática no país, promovida pela união da burguesia com a classe trabalhadora. É possível pensarmos na transformação da burguesia industrial brasileira na classe hegemônica, sem que para isso seja necessária a deflagração, no quadro da transição para o capitalismo, de uma revolução democrática no Brasil. E a partir da análise do comportamento político do empresariado industrial paulista, podemos mesmo afirmar que este será o caminho que essa fração de classe escolherá seguir.

²⁷O conceito de hegemonia política, criado por Gramsci, não só foi utilizado posteriormente por outros autores, como sofreu, em parte, modificações nesse processo. E é assim que Poulantzas acrescenta a essa problemática seu conceito de “bloco no poder”, que pressupõe a existência de várias classes ou frações politicamente dominantes, entre as quais uma deteria o *papel dominante* particular, o qual seria denominado *papel hegemônico*. A partir da introdução desse novo conceito, ao tratar da questão da hegemonia política, Poulantzas afirma que: “*A classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominante; e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista.*” (POULANTZAS, *Poder político e Classes Sociais*, p.137).

²⁸ Estou aqui utilizando uma expressão muito usada por Barrington Moore, ao referir-se aos países que não promoveram uma “revolução democrática” clássica, mas onde as transformações econômicas, sociais e

Numa sociedade capitalista, a burguesia não tem, no plano privado, um compromisso direto com o bem-estar da classe trabalhadora, com a promoção do desenvolvimento econômico do país ou com a construção da identidade nacional. Na maior parte das vezes, essas são lutas que fazem parte somente da retórica da burguesia, mas não de sua prática política. No dia-a-dia, ela tende a lutar basicamente pela defesa dos seus interesses de classe. E isso ocorre porque, como Marx (1852) já havia observado no livro *O 18 Brumário*, a burguesia tende sempre a agir de forma egoísta, priorizando seus interesses particulares, mesmo que isso prejudique, em alguns casos, a própria luta pelos seus interesses de classe:

“...este vulgar egoísmo, enfim, que torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o interesse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular.”²⁹(MARX, 1852:375-6)

Portanto, a luta pelos seus interesses individuais não é uma característica própria da burguesia das economias ditas subdesenvolvidas, nem fruto de sua *imaturidade ideológica*, como os autores aqui discutidos afirmam, mas constitui o padrão normal de ação da burguesia em uma sociedade capitalista.

Na verdade, a burguesia de um país só acaba assumindo as lutas mencionadas pelos autores aqui discutidos, quando ela se configura como uma *burguesia nacional*³⁰. Neste caso, segundo o estudo de Poulantzas³¹ (1974), ela possuiria as seguintes características:

- é susceptível de envolver-se numa luta antiimperialista e de liberação nacional;
- pode vir a adotar posições de classe que a incluam no “povo”;
- é passível de formar certos tipos de alianças com as massas populares;

políticas, de que o sistema capitalista necessita para poder se instaurar, foram introduzidas pelas classes dominantes, sem uma participação direta da classe trabalhadora nessas mudanças.

²⁹ Esta característica do comportamento burguês é apontada por Marx como um dos fatores que, em janeiro de 1851, levou o *partido da ordem* a perder, “...em seus conflitos com Bonaparte, não só o Ministério, não só o exército, mas também sua maioria parlamentar independente.”(p. 375)

³⁰ Porém, acreditamos que mesmo quando surge uma *burguesia nacional*, ela tende a desaparecer devido ao processo de internacionalização a que está submetida, que acaba afetando, de uma forma ou de outra, a economia de todos os países. A busca incessante do maior lucro possível da sua atividade produtiva tende a fazer com que a burguesia rompa com os limites impostos pela defesa dos interesses econômicos e políticos vinculados a promoção do desenvolvimento do seu país.

³¹ POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no Capitalismo de hoje*, p. 76.

- ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando uma unidade própria.

2.3. *Burguesia industrial e burguesia nacional: práticas políticas divergentes*

No caso brasileiro, o estudo mais detido do comportamento político do empresariado industrial evidencia que ele não pode ser classificado como uma *burguesia nacional*. Prova disso são as atitudes e reivindicações da burguesia industrial paulista no governo Dutra³²:

- não promove uma luta antiimperialista nem se envolvem na luta pela liberação nacional;
- não participa da maior parte das lutas promovidas pelo movimento nacionalista, restringindo-se ao apoio às questões que iriam colocar em risco o desenvolvimento da indústria nacional, como é o caso das medidas protecionistas³³;
- procura formar alianças com as outras frações das classes dominantes e não com o proletariado;
- tenta impedir a participação efetiva das classes trabalhadoras nos órgãos de decisões políticas e econômicas do país;
- apoia a atitude de Dutra que, ao regulamentar o direito de greve dos trabalhadores, praticamente coloca na ilegalidade essa prática política;
- aplaude o fechamento do PCB e a cassação dos candidatos eleitos por essa legenda, pois considera a manutenção dos direitos legais desse partido político incompatível com a democracia estabelecida no país³⁴.

³² Esta descrição foi feita a partir dos documentos por nós analisados, referentes ao governo Dutra, e que apresentamos com mais detalhes no Cap. IV.

³³ Para uma visão mais detalhada da relação do empresariado industrial paulista com os nacionalistas, cf. item 2 do Cap. IV.

³⁴ Ver o discurso de Roberto Simonsen no que diz respeito ao fechamento do PCB, em maio de 1947, do qual reproduzimos parte, na p.114.

Como podemos observar, as reivindicações da burguesia industrial paulista não são condizentes com a prática política que caracteriza uma *burguesia nacional*. Na verdade, os documentos por nós analisados revelam que a burguesia brasileira era muito mais simpática aos ideários pregados pelo regime político fascista³⁵, do que aos princípios que norteiam um regime político democrático³⁶.

Aliás, Barrington Moore, ao analisar o comportamento político das burguesias de diferentes países, já afirmava que ali onde, no lugar da deflagração de uma revolução democrática, ocorre “...uma revolução mais ou menos pacífica, vinda de cima...”³⁷, as classes dominantes costumam ser bastante receptivas às idéias fascistas.

Portanto, é problemática a cobrança que alguns autores fazem à burguesia brasileira, com base no modelo de comportamento econômico e político de uma *burguesia nacional*. E nos parecem sem fundamento as avaliações de certos autores que afirmam que a burguesia brasileira tendia, com o passar do tempo, a assumir um comportamento parecido com o da *burguesia nacional*. Os documentos por nós analisados não revelam nenhum indício de que o empresariado brasileiro tenha se aproximado um dia da condição de *burguesia nacional*.

Acreditamos que, nesse aspecto, os autores brasileiros acabam incidindo nos mesmos erros que Poulantzas denuncia na corrente Mandel-PC, ao constatar a existência de:

“...contradições de interesse econômico entre setores da burguesia autóctone e o capital imperialista estrangeiro, pelo fato, sobretudo, de que esta burguesia autóctone apresenta uma camada industrial e bases de acumulação próprias do capital, ao mesmo tempo no seio e no exterior da formação, concluindo-se então que se trata de **verdadeiras burguesias nacionais**.”(POULANTZAS, 1974:77)

No Brasil, os diversos estudiosos que analisaram o comportamento político da burguesia nacional, ao perceberem que elas não eram *burguesias compradoras*, ou seja, não eram simples intermediárias do capital imperialista estrangeiro, possuindo uma base própria de acumulação e interesses muitas vezes divergentes do capital imperialista, deduziram que

³⁵ Cf. item 4, do Cap. IV, “As relações entre a burguesia industrial paulista e a Igreja Católica”.

³⁶ Duverger já havia observado, em *Sociologia Política*, que na luta pelo ideário liberal, a burguesia sempre teve uma predileção pela conquista da “igualdade” em detrimento da “liberdade” e, mesmo neste último caso, priorizava a liberdade econômica à liberdade política (p.409).

se tratava de uma *burguesia nacional*. Ao mesmo tempo, ao constatarem que vários dos comportamentos políticos da burguesia brasileira não condiziam com as posições esperadas de uma *burguesia nacional*, concluíram que essa disparidade era típica de uma fase de *amadurecimento ideológico*.

Nenhum destes autores suspeitou, no entanto, de que o empresariado brasileiro não se aproxima do conceito de *burguesia nacional*, mas, sim, do que Poulantzas³⁸ classifica como *burguesia interna*³⁹. As principais características dessa burguesia seriam:

- fraca resistência ao capital estrangeiro;
- coexistência com setores propriamente “compradores”;
- como há a reprodução do capital estrangeiro no próprio seio dessas formações, ela possui elos de dependência em relação aos processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação do capital estrangeiro, podendo até ocorrer transferência de parte da mais-valia para o lucro desse capital;
- Devido à reprodução induzida das condições políticas e ideológicas dessa dependência, essa burguesia é afetada por efeitos de dissolução de sua autonomia político-ideológica em face do capital estrangeiro;
- Ao mesmo tempo, ela possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios, no interior de sua formação social.

³⁷ Barrigton Moore, op. Cit., pg. 432.

³⁸ Na verdade, Poulantzas desenvolve este conceito para ser usado na análise do desenvolvimento das burguesias das metrópoles imperialistas frente ao capital americano. Só que ele mesmo acaba admitindo que “...pela ‘industrialização periférica’, núcleos de burguesia interior podem igualmente aparecer nas formações periféricas...”(POULANTZAS, *As classes sociais no Capitalismo de Hoje*, p.78).

³⁹ Na versão traduzida do livro de Poulantzas, este conceito é apresentado como *burguesia interior*. No entanto, acreditamos que a palavra “interna” é mais adequada para expressar a idéia desenvolvida por esse autor, que usa esse termo para referir-se à diferença existente entre interno/externo. Por este motivo, tomamos a liberdade de substituir, em todos os lugares onde foi traduzido como *burguesia interior*, por *burguesia interna* (Poulantzas, Nicos. *As classes sociais no Capitalismo de Hoje*, p. 75 a 90).

2.4. *A burguesia brasileira é uma burguesia interna*

Como podemos verificar, o comportamento político e econômico assumido pela burguesia brasileira é muito mais condizente com a descrição teórica da *burguesia interna*, do que com a da *burguesia nacional*. Na verdade, a introdução do conceito de *burguesia interna* possibilita-nos entender melhor várias das posturas políticas assumidas pela burguesia brasileira. Uma delas é a não oposição à entrada de capital estrangeiro. Longe de se opor, o empresariado brasileiro sempre que podia requisitava a ajuda do Estado para conseguir, junto a outros países, a liberação de capital para investimento que propiciasse o crescimento do parque industrial brasileiro. Uma das iniciativas nesse sentido foi a formação, em 1948, da Missão Abbink, que uniu representantes dos EUA e do Brasil, para juntos elaborarem um plano que conseguisse recursos norte-americanos para a dinamização do desenvolvimento econômico do país.

Como sublinha Renato Boschi, os empresários brasileiros procuram atrair o capital estrangeiro buscando associar-se a ele; e não, promover um confronto direto entre os capitais. Gorender reforça esta posição dizendo que, no Brasil, a cooperação entre capital estrangeiro e capital autóctone é demarcada, na verdade, pela conveniência da burguesia brasileira; ou seja, quando é interessante que haja um investimento estrangeiro, o empresariado brasileiro apoia a entrada desse capital. No entanto, quando considera que a abertura ao capital estrangeiro irá colocar em risco seus lucros, opõe-se à sua entrada.

Quando analisamos a postura política assumida pela burguesia industrial paulista, no que diz respeito ao desenvolvimento das fontes de energia do país (Energia Elétrica e Petróleo) e a sua posição em relação à regulamentação do comércio exterior, a orientação acima delineada toma contornos nítidos. A burguesia industrial paulista era a favor da abertura dessa atividade ao capital estrangeiro, opondo-se, assim, aos nacionalistas, que defendiam o monopólio estatal dessa área; mas era totalmente contra a abertura da economia brasileira aos produtos importados e, portanto, a favor da existência de leis alfandegárias que protegessem a indústria autóctone frente ao capital estrangeiro⁴⁰.

⁴⁰ Tratamos melhor do posicionamento da burguesia industrial paulista frente a estas questões, no item 2 do Cap. IV.

Gorender descreve, acertadamente, a relação entre o “capital nacional” e o “capital estrangeiro” como sendo, ao mesmo tempo, associativa e contraditória⁴¹. Segundo Poulantzas, isto ocorre devido ao processo de internacionalização do capital, a que estão submetidas as economias tanto dos países centrais como dos países periféricos.

Com o avanço do imperialismo econômico, comandado pelos EUA, e a crescente dependência do capital autóctone em relação ao capital estrangeiro, a reprodução do capital imperialista passa a ocorrer também no seio das formações dos países submetidos ao seu domínio político⁴². E isso se torna possível porque, com a internacionalização, o capital estrangeiro passa a atravessar as diversas frações do capital autóctone.

Uma das conseqüências desse fenômeno é que, apesar de continuar existindo uma série de contradições importantes entre as *burguesias internas* e o *capital estrangeiro*, esses antagonismos deixam de ser a contradição principal no seio das classes dominantes. A briga acaba não se polarizando entre “capital internacional” X “capital nacional”. Na verdade,

*“A contradição principal nas burguesias imperialistas se passa, então, segundo a conjuntura, no seio das contradições do capital imperialista dominante e da internacionalização que ele impõe, ou ainda no próprio seio da burguesia interna e de suas lutas internas, deslocando-se, porém, raramente, entre burguesia interna como tal e o capital americano.”*⁴³ (grafia corrigida) (POULANTZAS, 1974:80)

Poulantzas chama-nos a atenção para o fato de que a internacionalização do capital também afeta profundamente a política e as formas institucionais dos Estados nacionais, porém, isso não significa que eles tenderiam a ser suprimidos. Muito pelo contrário, os Estados nacionais assumem uma função importantíssima nessa nova *ordem*

⁴¹ Gorender, *A burguesia brasileira*, p. 79-100.

⁴² Porém, Poulantzas faz questão de deixar claro que esse processo não atinge, da mesma forma, as diferentes metrópoles e nem, de forma igual, aquelas das formações periféricas.

⁴³ Poulantzas realça aqui a influência do capital americano, porque está preocupado, em sua análise, com a influência americana na economia das metrópoles imperialistas. Para o nosso estudo, apesar de o capital americano também exercer uma grande influência no desenvolvimento da economia brasileira, ainda consideramos que seria mais apropriado ler *capital estrangeiro* no lugar de *capital americano*.

*mundial*⁴⁴, uma vez que eles seriam os responsáveis pela intermediação entre as pressões exercidas pelo *capital estrangeiro* e as pressões vindas da *burguesia interna*:

“Esses Estados encarregam-se eles próprios dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação “nacional”, a saber, em sua interiorização complexa com a burguesia interna que ele domina.”(grafia corrigida)(POULANTZAS, 1974:78)

Outro aspecto apontado por diversos autores como prova da *imaturidade ideológica* da burguesia brasileira é sua recusa em apoiar o projeto de industrialização defendido pelos nacionalistas. Porém, com o abandono do conceito de *burguesia nacional* - para explicação do comportamento político e econômico da burguesia brasileira- e a introdução do conceito de *burguesia interna*, essa atitude não só passa a ser compreendida, como é bem mais coerente com a perspectiva do empresariado brasileiro.

2.5. Projetos de Industrialização

A burguesia industrial não apoiou integralmente a adoção do modelo de desenvolvimento reivindicado pelos nacionalistas. Na verdade, possuía interesses diferenciados, e essa divergência de interesses entre nacionalistas e burguesia industrial levou esta última a elaborar um projeto de industrialização próprio, distinto tanto do projeto dos nacionalistas, como do projeto de outros grupos sociais.

Enquanto a burguesia industrial tinha um projeto político limitado, preocupando-se apenas em promover a todo custo o crescimento industrial, sem nenhum comprometimento com a construção de um país mais independente economicamente e politicamente (visão privatista), os nacionalistas, que representavam mais diretamente os anseios da burocracia estatal, lutavam pela implementação de um projeto de

⁴⁴ Não poderemos nos aprofundar nas conseqüências dessas mudanças na estrutura dos Estados dos diferentes países, já que uma discussão dessa envergadura extrapolaria em muito os limites deste trabalho.

industrialização mais abrangente, que resultasse na conquista da independência nacional com a conseqüente integração das classes trabalhadoras (visão estatista).

Desta forma, assistimos, no Brasil, ao surgimento de pelo menos dois projetos distintos⁴⁵:

1) Projeto de Industrialização dos **Nacionalistas** (burocracia estatal)⁴⁶:

- Queriam promover a industrialização do país, mas de forma a não criar uma dependência em relação às corporações estrangeiras privadas, para não colocarem em risco a construção da independência nacional;
- Defendiam o desenvolvimento industrial com a obediência das regras contidas na CLT, que regulamentavam a relação patrão-empregado e asseguravam vários benefícios ao trabalhador;
- Eram a favor de o Estado assumir o papel do principal investidor na criação da infra-estrutura necessária para o pleno desenvolvimento da indústria nacional, pois, por tratar-se de uma área em que a remuneração dos capitais só se faria a longo prazo, esse setor era pouco atraente para os investidores particulares;
- Acreditavam que o desenvolvimento do parque industrial brasileiro deveria levar à construção da independência econômica do país e à afirmação da identidade nacional.

⁴⁵ Provavelmente ainda existiam outros projetos de industrialização que contemplavam interesses de outras frações de classe, por exemplo, um representando o interesse das classes médias.

⁴⁶ Apresento aqui, resumidamente, apenas alguns aspectos do projeto de industrialização dos nacionalistas, que nos permitirão compará-lo e diferenciá-lo do projeto de industrialização da burguesia industrial paulista.

2) Projeto de Industrialização da **Burguesia Industrial**⁴⁷:

- Queria o desenvolvimento da indústria brasileira sem o cumprimento das regras previstas na CLT: reivindicava a livre negociação entre patrão e empregado;
- Concordava plenamente com a iniciativa do Estado em assumir a frente nos investimentos para a formação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da economia nacional;
- Porém, não se importava com a procedência dos recursos que iriam ser empregados nas obras que resultariam no desenvolvimento das indústrias nacionais. Preocupava-se apenas com que fossem garantidos tais investimento;
- Também nunca teve a preocupação em promover um desenvolvimento econômico que resultasse na independência nacional e muito menos que promovesse a incorporação, mesmo que parcial, das classes trabalhadoras.

A literatura que trabalhou até o momento com esta problemática parece que não estava atenta a essa divergência. E a não percepção ou consideração da existência desses diferentes projetos de industrialização fez com que vários teóricos exigissem da burguesia brasileira uma postura política que não condizia com o seu projeto de industrialização.

O empresariado industrial não lutou pela implementação do projeto de industrialização dos nacionalistas, mas defendeu, com muita eficiência e determinação, um projeto de industrialização próprio. Em relação à defesa de suas reivindicações, a burguesia industrial paulista foi muito atuante politicamente.

⁴⁷ Estou adiantando aqui os resultados da análise dos documentos por nós coletados nos arquivos do CIESP/FIESP e que apresentamos com detalhes no Cap. IV.

II. REFLEXÃO SOBRE OS ESQUEMAS
INTERPRETATIVOS DOMINANTES

3. Discussão com os autores

A partir das questões levantadas no item “*uma nova abordagem teórica*”, resgataremos a visão que cada um dos autores apresentados no quadro “*Diferentes visões da postura política assumida pela burguesia industrial brasileira*”⁴⁸, têm do empresariado industrial brasileiro. Em nossa exposição, procuramos reproduzir os conceitos e as expressões que cada um dos autores utiliza. Desta forma, ao longo do texto encontraremos diferentes maneiras de referir-se à burguesia industrial brasileira. Não pretendemos esgotar as possíveis discussões que esses estudos suscitem, mas apenas comentar mais detalhadamente algumas afirmações feitas com base em modelos teóricos que consideramos problemáticos.

Guardadas as especificidades de cada um desses trabalhos, todos têm implícito, em suas análises, o conceito de *burguesia nacional*⁴⁹. Porém, como já afirmamos anteriormente não surgiu, no Brasil, uma *burguesia nacional*; mas uma *burguesia interna*.

Procurando adequar o objeto de estudo ao conceito de *burguesia nacional*, certos autores tenderam a caracterizar as atitudes da burguesia brasileira, que não correspondiam ao que se esperava de uma *burguesia nacional*, como um “desvio” de comportamento. No fundo, reivindicavam que a burguesia brasileira eliminasse toda orientação que não correspondesse às expectativas de uma *burguesia nacional*; e assumisse a defesa das reivindicações próprias a esse tipo de burguesia. Alguns chegaram a afirmar que essa “distorção” do comportamento era prova de que o empresariado brasileiro encontrava-se em um estágio de “*amadurecimento ideológico*”. O que nenhum desses autores questionou, no entanto, foi a validade dos esquemas interpretativos que estavam sendo usados como parâmetros para a análise da realidade brasileira.

⁴⁸ Apresento esse quadro na p.18.

⁴⁹ Trabalhamos mais detalhadamente nossa divergência com relação a esse conceito no item “*uma nova abordagem teórica*”.

3.1. **Fernando Henrique Cardoso**

Em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*⁵⁰, Fernando Henrique Cardoso considera que, já em 1962, o empresário que quisesse obter sucesso nos negócios teria que ser também um homem político, uma vez que se tornava cada vez mais necessário que a classe proprietária agisse de forma coordenada, tanto como grupo de pressão junto ao Estado, como em relação à classe trabalhadora. Deste modo, seria imprescindível que a burguesia tivesse o controle, tanto do Estado, como da opinião pública.

Ao analisar a sociedade brasileira, Cardoso detecta duas diferentes categorias de empresários:

- **“Capitães da indústria”**: que seriam os empresários tidos como “antiquados”;
- **“Homens de empresa”**: também chamados de empresários “modernos”.

As características básicas dos **“Capitães da indústria”** seriam:

- criam situações que lhes permitem controlar os fatores fundamentais para acumulação de capitais;
- desprovidos de capitais, mas bem relacionados na esfera governamental, tentam influenciar as decisões que lhes possibilitem empréstimos e concessões oficiais;
- trabalham com condições técnicas precárias de produção e exploram a força de trabalho até o limite da racionalidade;
- vêem os sindicatos dos trabalhadores como a “ocultação do comunismo”, o que exige “pronta reação”;

⁵⁰ Trata-se da publicação da tese de livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, apresentada em novembro de 1963 no Deptº de Sociologia, junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Florestan Fernandes. O autor reúne nesse estudo o resultado parcial de pesquisas realizadas entre outubro de 1961 e 1962, no campo da análise sociológica da industrialização e do desenvolvimento econômico brasileiro. Esse trabalho é uma das primeiras análises que discute o problema da

- São a **favor** do Estado-patrimonialista (aprovam o financiamento por parte do Estado do desenvolvimento da iniciativa privada, mas são contra a intervenção no mercado);
- São **contra** o Estado-intervencionista (as intervenções do Estado na economia seriam sempre desastrosas).

Já os **“Homens de empresa”**:

- Estão preocupados em tornar os trabalhadores “pessoas humanas”. Acreditam que devem ser abertas perspectivas de acesso à propriedade para as classes trabalhadoras. Porém, discordam sobre qual seria a forma mais adequada para a promoção desse projeto. Estão convencidos de que a televisão, a casa própria, e o controle de algumas ações são essenciais para o bem-estar do operário;
- Consideram que o objetivo final da grande empresa é o de transformar cada operário em um capitalista, lutam para manter apenas o controle acionário de suas empresas;
- Tendem a orientar sua ação em função da sociedade global e não apenas dos interesses particulares de sua empresa;
- Estão preocupados com a reorganização técnica e administrativa constante de sua empresa e com o aumento da sua produtividade;
- Não têm mais a obsessão pelo lucro rápido, imediato, obtido através da manipulação do mercado ou de fatores oficiais, nem a obsessão pela exploração total e irracional do trabalho, ou pelo controle usurário dos gastos;
- Apesar de terem a preocupação voltada para a sociedade como um todo, não conseguiram imprimir ao processo social brasileiro a direção que lhes convinha, nem representar o “interesse de todos”.

Um dos grandes problemas do Brasil seria o fato de haver muito mais “capitães da indústria” do que “homens de empresa” dirigindo os negócios do país. Devido a essas especificidades, as classes produtoras brasileiras não teriam consciência de suas obrigações

participação da burguesia industrial no desenvolvimento econômico do Brasil. Até aquele momento, os poucos estudos que tratavam deste tema prendiam-se aos problemas de ordem econômica.

para com o povo, o que dificultaria, de certa forma, o nosso pleno desenvolvimento econômico.

Outra divisão proposta tanto por Cardoso como por Luciano Martins (1968), refere-se aos objetivos perseguidos pelas “economias avançadas” e pelas “subdesenvolvidas” ou, segundo Martins, pelas “economias centrais” e pelas “periféricas”. Enquanto as primeiras seriam guiadas por “aspirações democráticas”, tendo a preocupação de fazer com que a sociedade como um todo seja beneficiada com o desenvolvimento econômico do país, nas segundas, tal aspiração estaria ausente, pois os empresários se deixariam guiar exclusivamente por interesses particulares e estariam preocupados, em última instância, apenas com o melhor desenvolvimento de sua empresa e com a maior obtenção de lucro, visando seu enriquecimento individual.

Segundo essa perspectiva, a maior parte dos industriais brasileiros se orientaria por uma representação falsa do processo interno de desenvolvimento econômico. Fernando Henrique diz que, ora o industrial se liga ideologicamente às classes médias, ora

“...o industrial vê-se subjetivamente como Povo e por isso mesmo tem maiores probabilidades de ser reconhecido como tal.”(CARDOSO,1964:179)

Isso ocorreria porque os industriais estariam teoricamente desorientados, não tendo plena “consciência de si”. Por todos esses fatores, a ação política dos industriais geralmente acabaria se restringindo ao “clientelismo”.

No Brasil, a burguesia industrial se teria tornado, em parte, instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Os industriais brasileiros, em vez de conduzirem o processo político, agindo como “mola do desenvolvimento”⁵¹ do nosso país, teriam se acomodado à situação pré-estabelecida.

Para Cardoso, somente na década de 60 a burguesia industrial brasileira começa a perceber que, para que seus interesses de classe se realizem, ela precisa transformar-se na “camada politicamente dominante”. Neste sentido, tornar-se-ia urgente que a burguesia industrial construísse um projeto que a levasse a alcançar a dominação política.

⁵¹Expressão utilizada pelo autor.

Cardoso admite, como ponto de partida, que o sucesso empresarial não se restringe à gerência dos negócios, mas exige uma tomada de posição política. Por um lado, pressionando o Estado para que aprove medidas que o beneficiem; por outro lado, tentando, a todo custo, manter sob controle os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora. Entretanto, o autor parece desconsiderar que esse tipo de ação exige também diferentes discursos e atitudes.

Na verdade, a caracterização que o autor propõe para os “capitães da indústria” nada mais é do que a lógica “nua e crua” que guia a ação do empresariado num mundo capitalista. Já o ideário apontado como sendo o dos “homens de empresa” corresponde ao discurso político da burguesia industrial brasileira. Portanto, ao idealizar essa separação entre os “capitães da indústria” e o “homem de empresa”, Fernando Henrique acaba inventando uma separação que não existe, pois ação prática e discurso são tão somente “dois lados da mesma moeda”.

Enquanto na prática o empresariado industrial persegue o lucro a todo custo, em seu discurso público, ele não pode assumir essa intenção. Para que o discurso político consiga produzir efeitos legitimadores, ele precisa atrelar sempre as lutas por interesses individuais à busca do progresso da sociedade como um todo e ao bem-estar geral da Nação. Desta forma, não tem sentido a queixa de Fernando Henrique em relação à falta de “homens de empresa” no Brasil: esses homens e os “capitães da indústria” são as duas dimensões de uma “mesma pessoa”; um, o ser prático; outra, o produtor de uma retórica.

Também é problemático que toda a análise de Cardoso esteja baseada na certeza de que, no Brasil, só poderia ocorrer o surgimento de um tipo de empresariado: a *burguesia nacional*. É por isso que, ao perceber que a burguesia brasileira não tinha nenhuma intenção de unir-se ao proletariado para promover a “revolução burguesa no Brasil”, o autor é levado a afirmar que essa burguesia estava *teoricamente desorientada*, não tendo plena “*consciência de si*”.

Na verdade, não era a burguesia brasileira que se recusava a assumir “*seu papel histórico*” na promoção do desenvolvimento do país, mas era a teoria que não dava conta do comportamento político e econômico do empresariado industrial. A burguesia brasileira não assumiu o comportamento esperado de uma *burguesia nacional*, porque se tratava, de

fato, de uma *burguesia interna*⁵². Como o campo de interesses desses dois tipos de burguesia é diferenciado, a união com as classes trabalhadoras para a luta pela instauração de uma revolução democrática no país é compatível com as ações da *burguesia nacional*, mas não faz parte das preocupações de uma *burguesia interna*.

No que diz respeito à organização política da burguesia industrial brasileira, o material a que tivemos acesso nos arquivos do CIESP/FIESP⁵³ não sugere que ela fosse fraca e desunida como Fernando Henrique supõe. Pelo contrário, a burguesia industrial brasileira consegue superar suas diferenças internas e nortear suas ações em função dos seus interesses comuns, agindo enquanto uma classe social em busca de um objetivo determinado.

⁵² Esclareço as diferenças de interesse entre uma *burguesia nacional* e uma *burguesia interna* no item “*uma nova abordagem teórica*”.

⁵³ Apresento esses dados no Cap. IV.

3.2. Luciano Martins

Em *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento: Introdução a crise brasileira*⁵⁴, Luciano Martins afirma que, devido às características da nossa economia, a burguesia industrial brasileira é desarticulada, tanto politicamente quanto ideologicamente, pois o seu desenvolvimento teria duas características:

- a dependência com relação às economias centrais;
- a exclusão do processo econômico das economias centrais (i é a sua condição periférica).

Isso faria com que o empresariado nacional, diferentemente do que aconteceu nos países centrais, não tivesse condições de tornar-se o condutor do processo de industrialização no país.

Nas palavras do autor, numa economia periférica:

“...a ‘liberdade objetiva’ do empresário (...) é constrangida pelas condições estruturais – forjadas pela dependência (...) seu papel no desenvolvimento não mais pode ser buscado ao nível da condução do processo, mas simplesmente no âmbito das resistências ou das induções que é capaz de trazer ao desenvolvimento.”(MARTINS, 1968:117)

Assim, em um país subdesenvolvido como o Brasil, a burguesia nacional deixa de ser o centro dinâmico de decisões para constituir-se, apenas, em mais um **grupo de pressão** na sociedade.

Segundo Luciano Martins, os **obstáculos estruturais** a um desfecho político que implicasse o alcance da hegemonia da burguesia brasileira seriam:

- a complementaridade de interesses entre o setor industrial e o agrário;

⁵⁴ Esse livro é fruto de uma pesquisa iniciada em 1964, orientada por Martins, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do RJ. A intenção inicial desse estudo era entender a formação histórica e o comportamento social do empresário industrial. Porém, no decorrer da pesquisa, foram sendo suscitadas questões metodológicas que acabaram obrigando o autor a uma reapreciação de seu trabalho. No período que vai de julho de 1966 a março de 1967, foram aplicados questionários aos empresários industriais que representavam os “grandes e médios industriais”. O material coletado foi analisado e apenas 10% dos dados recolhidos são apresentados nesse trabalho. Na análise desse material, o autor ressalta que muitas vezes limitou-se a uma interpretação calcada nas simples distribuições de frequência, pois estava mais preocupado em detectar certas linhas tendenciais do comportamento dos empresários em estudo do que em fazer um exame exaustivo dos dados coletados.

- a dependência do nosso setor industrial em relação ao “capitalismo central”;
- a dependência da “burguesia nacional” frente ao Estado e a outros grupos da sociedade (por ex.: aos partidos políticos, às forças armadas, ao setor financeiro, etc.)

Quanto aos **empresários industriais**, avalia o autor, não só teriam consciência da sua dependência em relação a outros grupos da sociedade, como atribuir-se-iam uma **posição secundária** face ao poder. Luciano Martins considera, portanto, que a nossa “burguesia nacional” é uma **classe dependente**, possuindo uma **situação intermediária** entre uma “**classe dirigente**” e uma “**classe subalterna**”, e se caracteriza por usufruir consideráveis benefícios de um sistema de poder, de cujo processo de tomada de decisões, entretanto, não participa direta ou completamente.

Em relação à questão da atuação política, Martins acredita que os empresários industriais, de um modo geral, em períodos nos quais percebiam que as medidas adotadas pelo Estado seriam prejudiciais a seus negócios, não conseguiam se organizar para reverter as políticas governamentais. Tanto a idéia da existência de uma contradição de interesses entre as camadas empresariais do setor industrial e do setor agrário, fundada no conceito de “dualidade”, quanto a teoria de que isso ainda não teria ocorrido no Brasil, porque aqui o recrutamento das camadas industriais se teria dado no seio mesmo da “oligarquia cafeeicultora”, são consideradas incorretas pelo autor⁵⁵.

Os dados obtidos pela pesquisa revelariam que apenas 16% dos empresários tinham avós com ocupação agrária e em nível de “pequeno proprietário” e “trabalhador”, o que tornaria difícil incluí-los na categoria “oligarquia agrária”, à qual se procurava atribuir sua ascendência, para explicar a insuficiente agressividade da burguesia nacional. Os dados também mostrariam que metade dos grandes industriais são filhos de pais estrangeiros e 72% tem avô paterno estrangeiro.

Martins acredita que o conflito de interesse entre os empresários industriais e o setor agrário era fraco, assim como a participação do setor agrário na aliança “elitista” era altamente valorizada. Assim, esse desejo de aliança, ao nível das classes produtoras, não refletiria uma **aliança imposta**, mas uma **aliança desejada**:

⁵⁵Martins refere-se aqui aos trabalhos que defendem que a causa da nossa realidade diferenciada seria a “origem social”.

“A percepção de conflito com o setor agrário, portanto, pouco ou nada influi no comportamento dos médios e grandes industriais quando da escolha das alianças políticas, não apenas porque tais interesses não chegam a se contradizer, mas sobretudo porque não parece ser este o verdadeiro conflito, por eles percebido como se constituindo no eixo de significações da sociedade.” (MARTINS, 1968:137)

Ou seja, o comportamento político do grande empresariado industrial era conduzido por uma “concepção elitista”, contrariamente ao que dele esperavam as correntes orientadas por concepções desenvolvimentistas.

A aliança entre as classes produtoras -o setor industrial e o setor agrário- no Brasil, é explicada pelo autor da seguinte forma:

“...a compensação da posição secundária de poder conduz à necessidade de uma coesão interna das “classes produtoras” e o submetimento das eventuais divergências econômicas que as possam separar aos interesses de classe que são comuns a elas; e a busca dessas alianças de “segurança” se processa tanto no âmbito da nação como em espaço internacional.”(MARTINS, 1968:147)

A nossa classe empresarial, conclui por fim o autor, não só não possui uma posição hegemônica dentro da sociedade -não tendo, portanto, o controle dos centros de decisão- como parece não ter a pretensão, ou o projeto, de um dia conquistar essa posição. E, porque a burguesia industrial não consegue assumir um papel hegemônico na sociedade, ou seja, não consegue implantar um sistema de dominação seu, ela também não conseguiu obter a necessária legitimação.

Na avaliação de Luciano Martins, a burguesia industrial, em 1967, já havia se tornado um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil.

Ao constatar que a burguesia brasileira não estava correspondendo ao comportamento esperado de uma *burguesia nacional*, Luciano Martins passa a fazer-lhe severas críticas, considerando-a desarticulada politicamente e desorientada ideologicamente. Em nenhum momento, levanta a hipótese de que o modelo explicativo que estava utilizando, para a análise da realidade brasileira, poderia não ser o mais

adequado. A burguesia industrial pode não estar adotando as posições de classe reivindicadas por esse autor não por ser uma *burguesia nacional*, e sim por ser uma *burguesia interna*.

Uma *burguesia interna* não se inclina ao confronto com a burguesia agrária, nem à formação de alianças políticas com a classe trabalhadora. Ela prefere, antes, formar alianças com outros setores da classe dominante. A *burguesia interna* também coloca várias restrições ao seu apoio político ao projeto de industrialização reivindicado pelos nacionalistas, pois diferentemente desses, não se preocupa em promover um desenvolvimento econômico que leve à liberação nacional.

Essas características da burguesia brasileira, não são, no entanto, um obstáculo estrutural para o alcance da hegemonia política; nem podem ser interpretadas como prova de que essa fração de classe não almejasse ocupar uma posição hegemônica na sociedade brasileira. Pelo contrário, acreditamos que essa sempre foi uma de suas reivindicações políticas.

3.3. Florestan Fernandes

Florestan em *A Revolução Burguesa no Brasil*⁵⁶ afirma que no Brasil:

“...Não houve uma passagem do padrão colonial de crescimento econômico para o padrão de desenvolvimento capitalista. Mas uma rotação do crescimento colonial para o neocolonial e, em seguida (e isso com muita rapidez), para o padrão capitalista de crescimento econômico dependente e de subdesenvolvimento.” (FERNANDES, 1975:179)

Essa mudança se processou “de cima para baixo”, pois foi a própria aristocracia agrária quem gerou “... *os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial*”⁵⁷. Segundo essa análise, a “Revolução Burguesa” foi movida no Brasil por dois tipos de “agentes humanos”⁵⁸:

• **O Fazendeiro de café** - que representava o papel desempenhado nos países centrais pelo senhor rural. Trata-se do fazendeiro modificado pelas exigências da evolução da economia brasileira, compelido a identificar-se com a dimensão burguesa da sociedade (transformação do senhor agrário em “elemento burguês”);

• **O Imigrante próspero** - agente da concentração do capital comercial, industrial e financeiro, foi um dos principais protagonistas históricos da “Revolução Burguesa”. Movido pela procura, de modo direto, imediato e sistemático, da riqueza em si e por si mesma, nunca teria se proposto a conquistar o “status senhorial”.

As classes médias, que em outros países tiveram um papel relevante na promoção das transformações sociais, na sociedade brasileira:

⁵⁶Florestan começa a escrever esse livro em 1966; no entanto, já em 1967, interrompe-o por motivos de ordem pessoal, para voltar a retomá-lo em 1973, quando então inicia a redação da terceira e última parte do trabalho. O objetivo do livro era “... resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil.”(p.9) O autor escreve “ A Revolução Burguesa no Brasil” para negar a existência desta no país, ou seja, faz uma “afirmação pela negação”.

⁵⁷ FERNANDES, 1975:153.

⁵⁸Termo usado por Florestan Fernandes.

“...jamais almejavam sequer a renovação dentro da ordem social competitiva, porque sempre se mantiveram medularmente presas ao antigo regime, embora combatendo-o em sua ordenação e na sua superfície.” (FERNANDES, 1975:161)

“... Os componentes dos estamentos intermediários que deveriam fornecer os quadros de liderança...” para a insurreição revolucionária “... identificaram-se material e moralmente (e por consequência também politicamente) com a defesa militante do ‘status quo’ ”. (FERNANDES, 1975:162)

O autor ressalta que tanto o fazendeiro brasileiro, quanto o imigrante, eram movidos por motivos puramente econômicos e possuíam um “completo egoísmo social”⁵⁹, não dando muito valor ao “status senhorial”. Neste sentido, o comportamento prático do imigrante “... orientava-se por avaliações e objetivos egoísticos e desenraizados, de teor ultra-racional”.⁶⁰ Diz ainda que:

“...o imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil” (FERNANDES,1975:139)

Desse modo, o senhor agrário, ou o fazendeiro, jamais se teriam chocado com o imigrante em função do *status* econômico, visto que tinham espaços de atuação diferenciados dentro da sociedade brasileira. Enquanto o fazendeiro só exercia as funções que estavam no ápice da estrutura econômica brasileira, o imigrante fazia o mesmo em todas as posições possíveis:

“...O fazendeiro tinha um pé no presente, outro no passado. O imigrante, ao contrário, tinha um pé no presente, outro no futuro. Mesmo sem possuir uma consciência social dessa condição histórica e sem agir politicamente de acordo com suas inspirações, suas ações e relações econômicas requeriam a existência da ordem social competitiva e o seu aperfeiçoamento constante.”(FERNANDES,1975:144)

⁵⁹ Termo usado pelo próprio autor

⁶⁰ FERNANDES, 1975:143.

Tal distribuição de lugares sociais permite ao autor afirmar que quem possuía as condições de promover a “*Revolução Burguesa no Brasil*”, era, sem sombra de dúvidas, a parte da burguesia brasileira originária dos imigrantes. No entanto, observa Florestan, em vez de promover a **revolução**, o imigrante teria preferido associar-se à aristocracia agrária:

“...Premido pelo desnível entre sua posição econômica, sua situação de interesses e suas probabilidades de poder, em vez de forçar uma reintegração do padrão de equilíbrio do poder político, o imigrante preferiu identificar-se com as ideologias das elites nativas no poder e procurou absorver, com relativa rapidez assim que se interessou pela participação nas estruturas de poder da sociedade brasileira, as técnicas sociais de dominação política empregadas por aquelas elites.”(FERNANDES, 1975:145)

Portanto, no Brasil, em vez de uma “**Revolução Burguesa**”, teria ocorrido uma “**contra-revolução**”, acontecimento que teria precipitado e tolhido os processos sociais e econômicos que vinham se desenvolvendo na sociedade brasileira:

“...como a ordem estabelecida não se alterou em seus fundamentos propriamente societários (...) os mecanismos de dominação patrimonialistas continuaram a diluir e a neutralizar os elementos competitivos (...) engendrados pelo sistema capitalista.”(FERNANDES, 1975:152)

Essa concorrência de fatores teria gerado, no Brasil, a mistura entre o “**arcaico**” e o “**moderno**”, característica essa que, segundo Florestan, é própria de países subdesenvolvidos:

“... a falta de elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial, diante da emergência e da expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, gerou uma acomodação temporária de formas econômicas opostas e exclusivas. Desta acomodação resultou uma economia “nacional” híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças à qual, o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente.”(FERNANDES, 1975:176)

No que diz respeito à atuação política da burguesia brasileira, Florestan Fernandes considera que ela não possuía consciência do importante papel que desempenhava na sociedade, não conseguindo agir como uma classe que luta de forma unida na defesa de seus interesses. Para esse autor, o empresariado brasileiro era desarticulado, desagregado e desorientado. No Brasil:

“... não se configura historicamente (...) a existência de uma ‘burguesia’ plenamente integrada e consciente do seu destino histórico, que pudesse afirmar-se como portadora de uma consciência especificamente revolucionária. A realidade mostra-nos o inverso disso, pois o plano no qual a ação daqueles estratos sociais era profunda e incoercivelmente inovadora, eles pretendiam uma evolução com a aristocracia agrária e não contra ela (o que destituía o ímpeto decorrente da “revolução dentro da ordem” de qualquer eficácia política).”(FERNANDES, 1975:186)

Uma das características marcantes na obra de Florestan é o fato de ele reivindicar reiteradamente que a burguesia brasileira se una à classe trabalhadora e promova a revolução democrática no país. A não promoção de tal revolução é encarada como prova de fraqueza e falta de consciência política por parte dessa classe social:

“... as classes burguesas continuam tão presas dentro de seus casulos, isoladas da realidade política de uma sociedade de classes (...), elas se alienam das demais classes da Nação e da ‘revolução brasileira’ pelo mesmo particularismo de classe cego, o qual as leva a perceber as classes operárias e as classes destituídas em função de uma alternativa estreita: ou meros tutelados; ou inimigos irreconciliáveis.”(FERNANDES, 1975:354)

Segundo essa análise, para que a classe burguesa emergente torne-se relevante na sociedade brasileira, ela tem que cumprir o seu “**destino histórico**”, rompendo com a classe dominante conservadora (no caso, a burguesia agrária) e se unindo politicamente à classe proletária, promovendo assim as mudanças sociais necessárias ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

“...A ausência de articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social

competitiva existente qualquer potencialização democrática efetiva e irreversível.”
(FERNANDES, 1975:339)

O autor afirma ainda que, no Brasil, a classe burguesa insiste em querer desassociar democracia, desenvolvimento capitalista e revolução nacional, e finaliza avaliando que, em 1975, a sociedade brasileira estava prestes a viver uma revolução social:

“...estamos prestes a conhecer tanto o movimento de protesto dentro da ordem ‘corrompido pelo sistema’, quanto o protesto contra a ordem ‘verdadeiramente revolucionário’, ambos típicos de uma sociedade de classes moderna.”(FERNANDES, 1975:364)

“... o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se e sobreviver à sua solução.”(FERNANDES, 1975:366)

Na análise das transformações políticas e econômicas ocorridas na sociedade brasileira, proposta por F. Florestan, encontramos alguns pontos problemáticos que consideramos necessário retomar. Para facilitar a exposição das principais observações, dividimos os diferentes assuntos em itens:

- 1- Apesar de Florestan ser um intelectual de esquerda, preocupado com o destino e a história da classe trabalhadora brasileira ou, como alguns dizem, com os “despossuídos”, acaba desconsiderando completamente a movimentação política que vinha sendo promovida pelas classes operárias e que vários estudos historiográficos da época já apontavam como de grande importância para o entendimento das mudanças que se fizeram no país. Como consequência, acaba por reproduzir a versão das classes dominantes sobre as transformações ocorridas no país. Nessa versão, a classe trabalhadora está sempre excluída de qualquer participação nesse processo e os membros da burguesia são apresentados como os grandes protagonistas da revolução⁶¹.

⁶¹ Esse aspecto fica mais ressaltado quando comparamos o trabalho de Florestan com os estudos de Décio Saes, no que diz respeito aos processos sociais que ocasionaram a passagem do sistema escravista moderno para o sistema capitalista no Brasil. Décio afirma que os protagonistas da revolução burguesa no Brasil não foram o setor agrário e o imigrante próspero, como afirma Florestan, mas a massa escrava rural e a classe média urbana. Portanto, enquanto para Florestan as mudanças ocorridas na passagem do sistema colonial para

- 2- Florestan Fernandes avalia que, no Brasil, os elementos competitivos, próprios de um sistema capitalista, estão “diluídos”, tornando necessária a deflagração de uma Revolução Burguesa para que o comportamento dos membros da classe dominante adquira racionalidade. Porém, pode-se argüir que as classes dominantes de sistemas sócio-econômicos anteriores ao capitalismo (como o escravismo, feudalismo e comunidades asiáticas) também foram racionais à sua moda: isto é, não em função da busca incessante da acumulação de capital sob forma monetária (objetivo este específico do sistema capitalista), mas em função de fins objetivos condizentes com os valores daqueles tipos de sociedade.
- 3- Uma das características próprias às economias dos países subdesenvolvidos, e, portanto, do Brasil, é a coexistência, segundo o autor, de formas econômicas “arcaicas” e “modernas”:

“... só o capitalismo dependente permite e requer tal combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma *descolonização mínima*, com uma *modernização máxima*.” (p. 176)

Isso seria decorrente da pouca elasticidade da ordem social escravocrata e senhorial dessas sociedades, diante da “ordem competitiva racional” engendrada pela expansão do sistema capitalista nesses países. A conservação do “passado no presente”⁶² seria, portanto, um “desvio” que as economias dependentes provocariam no “curso normal” do desenvolvimento capitalista.

Em *Poder político e classes sociais (1968)*, ao estudar as práticas políticas das classes dominantes nas formações capitalistas desenvolvidas, Poulantzas encontra, no entanto, esse mesmo tipo de formação. Portanto, a predominância de formações do “antigo regime” no “novo regime”, não é uma particularidade das formações sociais de países subdesenvolvidos, mas ocorre também nas sociedade capitalistas desenvolvidas. Segundo Poulantzas, isso ocorreria porque “... *uma formação social é constituída por uma*

o sistema capitalista no Brasil teriam ocorrido de “*cima para baixo*”, para Décio Saes, a mudança política necessária à implantação do capitalismo no país ocorreu de “*baixo para cima*”.

⁶² Esta é uma expressão usada pelo próprio Florestan ao tratar deste assunto.

superposição de vários modos de produção...”⁶³. Neste sentido, a existência do “passado no presente” não é uma especificidade de uma economia dependente, mas seria parte constitutiva de qualquer formação social.

- 4- Esse autor reivindica a todo momento que, no Brasil, a classe burguesa assumira uma postura revolucionária, conquistando o devido apoio das classes proletárias, para a promoção da “revolução” que viesse a instaurar, efetivamente, a democracia social no Brasil. Acredita que a burguesia brasileira ainda não tinha “*tomado consciência*” e assumido seu “*destino histórico*” porque era desagregada, desarticulada politicamente e desorientada ideologicamente. Em toda a sua análise, o autor não se dá conta de que o empresariado brasileiro nunca irá cumprir seu “*destino histórico*”, não por ser desorganizado politicamente, mas porque não se trata de uma *burguesia nacional*, e sim de uma *burguesia interna*. As reivindicações de Florestan poderiam vir a ser assumidas por uma *burguesia nacional*, mas não por uma *burguesia interna*.

⁶³ POULANTZAS, 1968:224.

3.4. Eli Diniz

Eli Diniz ressalta que em seu trabalho evitará adotar as “posições polares”, predominantes na maior parte das análises, bem como tentará refutar uma interpretação baseada na experiência das sociedades capitalistas avançadas. Em *Empresários, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Diniz propõe uma caracterização da ideologia e atuação política da burguesia industrial brasileira, tentando traçar uma correspondência entre os interesses desse grupo e as mudanças ocorridas no Estado brasileiro nesse período histórico. A autora parte da idéia de que, nos anos trinta, vivíamos uma situação de ausência de hegemonia ao nível dos grupos dominantes. Como contrapartida da crise, surge um Estado *forte*⁶⁴ que toma a frente, na constituição de um novo modelo de crescimento econômico para o país (Estado *forte* X Sociedade Civil *fraca*).

Segundo a autora, grande parte da literatura dedicada ao estudo da burguesia brasileira, associou erroneamente a ausência de hegemonia burguesa no país à existência de um empresariado industrial disperso, instável e sem uma identificação com suas funções específicas.

Para Eli Diniz, o fato de haver, no Brasil, uma sociedade civil *fraca*, não significa que os setores da sociedade não tinham a possibilidade de terem uma atuação política autônoma. Muito pelo contrário, na redefinição dos arranjos políticos ocorridos nos anos 30, a burguesia industrial passa a ser, segundo Diniz, um ator estratégico do novo esquema de alianças políticas que se formou. O empresariado industrial teria conseguido, assim, influenciar a construção do novo tipo de sociedade que estava em curso, cuja base era a industrialização.

Apesar de toda a conquista, do empresariado industrial, em nível político e econômico, Eli Diniz afirma que essa fração de classe ainda se encontrava em um estágio de *maturação ideológica*⁶⁵.

A autora acredita que o movimento industrialista, conduzido pela liderança burguesa, estaria impregnado de “distorções”, visto que o empresariado industrial implementava uma ação predatória:

⁶⁴Eli Diniz chega mesmo a afirmar que nos anos 30 o núcleo dinâmico da sociedade brasileira não era a burguesia industrial, mas o Estado.

“O amparo do poder público era solicitado a partir de um enfoque particularista, identificado unilateralmente com os interesses econômicos de classe.”(DINIZ, 1978:294)

Essa seria a “...*ótica paternalista, segundo a qual os industriais se colocariam face ao Estado.*”⁶⁵

Para Eli Diniz, a burguesia não só teria por obrigação reconhecer a presença e o peso dos demais atores situados na arena política, como deveria lutar pela incorporação, à sua lógica de atuação, da problemática das alianças com grupos cada vez mais diversificados.

O empresariado industrial também não teria se dado conta da necessidade de opor resistência ao aumento da autonomia do Executivo e ao fortalecimento da organização militar, o que dificultaria, ainda mais, o seu “*amadurecimento intelectual*”. Ela chega mesmo a afirmar que “...*a ausência de controle sobre tais esferas caracterizaria a não hegemonia burguesa no caso brasileiro.*”⁶⁶

Apesar de todos os problemas apontados na formação da burguesia industrial brasileira, Diniz acredita que as lideranças industriais tendiam a reivindicar um Estado intervencionista, comprometido com o fortalecimento econômico do país e com a afirmação de sua ***identidade nacional***.

Com relação ao vínculo existente entre os industriais e os setores dominantes tradicionais, Diniz defende que persistiria a prática da aliança. Porém, acredita que isso ocorreria não por falta de consciência de classe, por parte do empresariado industrial, mas como parte da tática política que garantia o atendimento de demandas imediatistas, embora sacrificando objetivos superiores, cuja concretização exigiria condições que os industriais ainda não tinham conquistado:

“Assim é que nem sempre as alianças dos industriais com setores das elites dominantes tradicionais expressariam sua falta de consciência de objetos próprios, significando antes a implementação de estratégias de compromisso, ditadas pela falta dos recursos de poder necessários para assegurar a consecução dos objetivos grupais.”(DINIZ, 1978:293)

⁶⁵ DINIZ, 1978:295

⁶⁶ DINIZ, 1978:294.

⁶⁷ DINIZ, 1978:293.

Quanto ao capital estrangeiro, Diniz conclui em sua pesquisa que a burguesia brasileira não era hostil à participação de empresas estrangeiras na implantação do capitalismo industrial no país. Reivindicava, apenas, que fosse reservado um espaço econômico para a empresa nacional:

“A ênfase da campanha nacionalista estaria representada antes pela questão da nacionalização da produção industrial do que pela origem dos capitais necessários para promover o crescimento industrial.”(DINIZ, 1978:295)

Através de um estudo sistemático, Eli Diniz conseguiu provar que a burguesia industrial brasileira não era apática e desorganizada politicamente, como afirmavam até aquele momento vários dos estudos que se dedicavam a esse assunto, mas possuía um alto grau de organização política, conseguindo influenciar fortemente algumas das medidas adotadas pelo governo.

No entanto, ao longo de sua análise, passa a cobrar da burguesia industrial brasileira a defesa de interesses e idéias que não condizem com a prática política dessa fração de classe. Esse é o caso, por exemplo, da queixa de Diniz em relação à não incorporação, por parte do empresariado industrial (em sua luta política), da defesa dos interesses econômicos de outros grupos sociais. A autora chega mesmo a afirmar que essa atitude demonstraria a falta de *“maturidade ideológica”* da burguesia brasileira.

Neste aspecto, ela cobra da burguesia brasileira o mesmo compromisso político que todos os autores⁶⁸ até agora discutidos reivindicam em seus trabalhos, ou seja, que a burguesia industrial brasileira teria como *função histórica* promover a instauração de um regime democrático no país.

A burguesia brasileira não se associa à classe trabalhadora para promover uma revolução democrática no país, não por ser *“imatura ideologicamente”*, mas porque não é uma *burguesia nacional*. O que temos, na verdade, no Brasil, é o surgimento de uma *burguesia interna*. Esse tipo de burguesia não tem interesse político em unir-se ao proletariado e lutar pela liberação nacional, dado o caráter ambíguo dos seus interesses de classe. Neste sentido, o que era inadequado não era a atitude política assumida pela

⁶⁸ Refiro-me, aqui, a Cardoso (1964), Martins (1968) e Fernandes (1975).

burguesia industrial brasileira, mas o modelo teórico que estava sendo utilizado para explicar o comportamento político e econômico dessa fração de classe.

3.5. Renato Raul Boschi

Renato Raul Boschi inicia seu trabalho retomando a problemática da relação Estado/Sociedade. Em *Elites Industriais e Democracia*⁶⁹, procura qualificar a influência da burguesia industrial brasileira nos arranjos institucionais pós-64. Contrapondo-se à visão dualista, predominante nos trabalhos de vários estudiosos que se dedicaram ao estudo desse tema, Renato Boschi propõe uma “abordagem integrada”.

Segundo o autor, um dos problemas da “abordagem dualista” é que ela privilegia uma visão dicotômica dos fenômenos sociais, supervalorizando a atuação do Estado em detrimento da ação das classes sociais, ou vice-versa, como se houvesse sempre um único condutor do processo de desenvolvimento. Já a “abordagem integrada” pressupõe:

- que as formações da configuração do Estado e do setor privado seriam dois processos interdependentes;
- que a priori, não se saberia de quem partiu a “iniciativa” do processo de desenvolvimento, em um momento qualquer (isso só seria definido a partir de uma verificação empírica);
- a valorização tanto do pólo que está dominando como do que está sendo subordinado, pois sua preocupação está centrada na relação entre ambos.

Portanto, a crítica do autor à visão dualista, predominante na maior parte da literatura, não se faz no sentido de romper definitivamente com essa postura; ele apenas pretende não ficar preso aos limites que esse tipo de abordagem impõem aos estudos:

“Embora correta ao postular a predominância do Estado sobre a sociedade, a literatura, no entanto, obscureceu a possibilidade de apreender o movimento de forças sociais autônomas, sua capacidade de iniciação e seu potencial de organização.”(RENATO BOSCHI, 1979:223)

⁶⁹ Esse trabalho é uma versão reduzida e modificada da sua tese de doutoramento, que foi apresentada em junho de 1978, ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Michigan. Para a realização desse estudo, Renato Boschi entrevista a elite industrial paulista de set/1975 a ago/1976. Foram entrevistas não-estruturadas contendo só o roteiro de perguntas, criando assim uma atmosfera informal que visava a identificar a influência burguesa sobre os arranjos institucionais existentes. Ao invés de optar por uma amostra dos empresários nacionais como um todo, o autor resolveu entrevistar só a parte da burguesia que de algum modo estava envolvida no debate nacional sobre o formato das instituições no país.

Renato Boschi avalia que, no Brasil, a ausência de hegemonia burguesa tem sido identificada, por diversos autores, com uma fraqueza política e apatia dos empresários industriais frente a um Estado forte, no contexto de um capitalismo autoritário. Considera, porém, que, contrariamente ao que tem sido sugerido pela maior parte da literatura a esse respeito, os grupos industriais nacionais têm se mostrado bastante ativos na promoção de condições institucionais básicas para a expansão capitalista:

“Apesar da dependência dos grupos industriais nacionais em relação ao Estado, os empresários puderam estabelecer um estilo de interação entre os setores privado/público abrindo um espaço à participação direta em questões-chave relacionadas aos seus interesses enquanto classe.”(RENATO BOSCHI, 1979:53-54)

Neste sentido, avalia que apesar de não podermos afirmar que a burguesia brasileira seja hegemônica, ela constitui-se em uma das forças sociais dominantes no jogo do poder que se estabeleceu no Brasil, podendo ser considerada o ator primordial na constituição histórica da nação-Estado.

Uma outra característica importante, apontada por Renato Boschi na relação dos empresários industriais com o Estado, consiste no fato de que, na década de 30, os industriais já haviam começado a atuar cada vez mais de forma corporativa. Cita, como exemplo dessa prática, a criação em 1934 *do Conselho Federal do Comércio Exterior* e, em 1973, *do Conselho Técnico de Economia e Finanças*⁷⁰. Renato Boschi percebe ainda, na década em questão, uma aproximação entre o pensamento autoritário e o pensamento da burguesia industrial brasileira. Ele chega a descrever 5 pontos em comum no pensamento desses dois diferentes setores:

- a) *“a importância secundária (quando não nula) atribuída aos mecanismos de competição política (partidos e o legislativo);*
- b) *o valor positivo atribuído à prática de contatos diretos com as esferas decisórias;*
- c) *uma visão elitista do processo decisório e da participação empresarial neste;*
- d) *sua ênfase nos aspectos técnicos, em contraste com os políticos, da participação e;*

⁷⁰ Ver mais sobre este assunto em RENATO BOSCHI, 1979:71.

- e) *a ênfase na supressão do conflito em oposição à sua institucionalização, especialmente no que se refere à incorporação das classes trabalhadoras no processo político.*”(RENATO BOSCHI, 1979:227)

Acrescenta ainda que, no que diz respeito ao capital estrangeiro, apesar de existirem algumas áreas de conflito, a burguesia brasileira nunca teria rejeitado a entrada desse tipo de investimento destinado a ajudar no desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao crescimento industrial. Havia, antes, um movimento no sentido de promover a cooperação entre capital nacional e estrangeiro, para incentivar o desenvolvimento econômico do país:

“...a associação com o capital estrangeiro tenderia a favorecer alianças entre empresários nacionais e estrangeiros, antes que uma confrontação entre os dois.”(RENATO BOSCHI, 1979:226)

E esse seria um aspecto tão forte no comportamento da burguesia industrial, que teria colocado limites inclusive a seu apoio aos “nacionalistas”:

“Os empresários industriais só haviam favorecido o rótulo do nacionalismo “progressista” até o ponto em que prevalecia o interesse por conquistar um espaço na comunidade internacional, desta forma atraindo os investimentos estrangeiros.”(RENATO BOSCHI, 1979:99)

Quanto à criação das condições básicas para que a burguesia industrial brasileira se tornasse hegemônica, Renato Boschi afirma que isso só será possível quando a classe industrial redefinir suas reivindicações políticas, deixando de lado a luta pela satisfação imediata das demandas empresariais, para lutar pela implementação de um programa econômico e político democrático. E essa mudança estaria ainda para ser alcançada.

Apesar de Renato Boschi trabalhar com um período histórico posterior ao estudado por Eli Diniz⁷¹, chega a conclusões muito parecidas com as dessa autora⁷². Ambos consideram que o empresariado industrial brasileiro era bastante atuante politicamente, tendo influenciado a configuração assumida pelo Estado brasileiro.

Renato Boschi ressalta, porém, que a burguesia industrial atribuía uma importância secundária aos mecanismos de competição política via partido e Legislativo. Os dados que analisamos confirmam uma predileção pela ação via grupo de pressão, no lugar de uma atuação através de um partido político. No entanto, é problemática a afirmação de que o empresariado industrial atribuiria uma posição secundária à atuação junto ao Legislativo. A burguesia industrial paulista acreditava que era importante ter uma atuação junto ao Legislativo, mas através dos candidatos que receberam seu apoio político e não através da pressão exercida por um determinado partido político⁷³.

Renato Boschi, assim como os outros autores até agora discutidos, defende que a burguesia industrial brasileira só conseguirá conquistar a hegemonia política quando se desvincular da defesa dos seus interesses particulares e unir-se à classe trabalhadora na promoção de uma revolução democrática no país. Não percebe, portanto, que a burguesia brasileira tende a não assumir esse tipo de luta política, porque ela não é uma *burguesia nacional*, mas, como dissemos antes, uma *burguesia interna*.

Uma *burguesia nacional* pode vir a assumir as reivindicações propostas por Renato Boschi; uma *burguesia interna* não. A *burguesia interna*, não define como seu interesse a vinculação do desenvolvimento econômico à emancipação econômica e política do país. Devido a essa característica, a burguesia industrial brasileira também não apoiou integralmente o projeto de industrialização dos nacionalistas. Os industriais e os nacionalistas, na verdade, possuíam dois diferentes projetos de industrialização, que coincidiam apenas em alguns aspectos, mas divergiam drasticamente em outros pontos⁷⁴.

⁷¹ Renato Boschi estuda o período pós-64, enquanto que Eli Diniz dedicou-se ao período compreendido entre 30-45.

⁷² Em 1978, estes dois autores chegam a escrever juntos um livro intitulado *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*.

⁷³ Trabalho melhor esse aspecto no Cap. IV, item 6 “*Burguesia Industrial e partido político*”.

⁷⁴ Apresento melhor a diferença entre o projeto de industrialização defendido pelos nacionalistas e o dos industriais, no Cap. II.

3.6. Gorender

Em *A Burguesia Brasileira*⁷⁵, ao fazer uma análise da formação histórica do empresariado nacional, Jacob Gorender defende que a burguesia industrial foi o grande agente organizador do modo de produção capitalista no Brasil⁷⁶.

Diferentemente de outros estudiosos, Gorender avalia que o empresariado industrial, desde o seu surgimento, não teria se comportado de forma passiva diante da política econômica e social que vinha sendo adotada pelo governo brasileiro, mas teria lutado arduamente para que fosse beneficiada com as medidas que estavam sendo implementadas.

Nos anos 30, a burguesia industrial teria, inclusive, formulado um projeto abrangente e diversificado de suas reivindicações:

“Sua tônica continuou antiliberal, como sempre fora, mas deixou de restringir à questão do protecionismo no comércio exterior. Os porta-vozes da burguesia industrial – Simonsen, Horácio Láfer, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle e outros, timbram em estabelecer identificação entre industrialização e interesse nacional, repelem as acusações de artificialismo da indústria brasileira, enfatizam sua legitimidade e se batem por uma política explícita de intervenção do Estado em favor da iniciativa privada capitalista.”(GORENDER, 1981:65-66)

Porém, Gorender acredita que os industriais demoraram muito para fundar uma entidade organizativa própria. Só em 1904 é que teriam criado, no Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil. Avalia que esse aspecto, associado ao fato de, durante a Primeira República, e ainda depois, os industriais terem se vinculado mais estritamente às oligarquias estaduais do que aos industriais de outras regiões teria dificultado *“...a formação da consciência de classe burguesa com uma visão nacionalista.”*⁷⁷

⁷⁵ Gorender apresenta nesse livro uma tese diferente da defendida por Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, sobre a “gênese do capitalismo brasileiro”. Para tanto, faz uma síntese de sua interpretação da formação do capitalismo no Brasil e de características assumidas pela burguesia brasileira. Sua análise, portanto, parte de meados do século passado e vai até 1980. Essa obra foi escrita em 1981, e é o livro nº 29 da coleção *“Tudo é História”* da editora Brasiliense.

⁷⁶ GORENDER, 1981:11.

⁷⁷ GORENDER, 1981:46.

A burguesia industrial brasileira seria, para o autor, *conservadora*, pois não possuía motivos para provocar grandes transformações na forma como estava organizada a sociedade brasileira:

“Após as transformações promovidas pela Abolição e pela República, a burguesia industrial não possuía motivos para revolucionar a ordem estabelecida.”(GORENDER, 1981:45)

Na verdade, o fato de a burguesia brasileira não ser dotada de um potencial revolucionário antifeudal e antiimperialista seria justificado, em parte, por ela não ter precisado realizar uma revolução para tornar-se a classe dominante principal. A burguesia brasileira teria um comportamento “...*conservador, segundo a linha de menor atrito e final acomodação com os interesses hegemônicos da cafeicultura.*”⁷⁸ Uma vez que mantinha uma relação harmoniosa com os proprietários latifundiários, a burguesia industrial brasileira não via motivos para tomar a iniciativa de propor uma reforma agrária, distribuidora do latifúndio. Aliás, segundo Gorender:

“...a história universal não registra um só caso em que a burguesia houvesse tomado a iniciativa de uma reforma agrária destruidora do latifúndio. Tal tipo de reforma agrária, mesmo quando parte integrante de uma revolução burguesa, resultou sempre do impulso das massas camponesas.”(GORENDER, 1981:46)

Referindo-se à aliança política entre a burguesia industrial e os fazendeiros de café, que ocorreu em 1930, Gorender afirma que houve uma complementaridade contraditória entre estas duas frações de classe⁷⁹.

Com relação ao posicionamento da burguesia brasileira frente ao capital estrangeiro, defende que não havia uma rejeição implacável da primeira em relação à segunda, muito pelo contrário:

“O nacionalismo da burguesia brasileira não implica a rejeição do capital estrangeiro, mas sua cooperação demarcada pelas conveniências do capital nacional.”(GORENDER, 1981:93)

⁷⁸ GORENDER, 1981:61.

⁷⁹ Ver mais sobre esse assunto em Gorender, p.52.

Portanto, a relação da burguesia brasileira com o capital estrangeiro seria ao mesmo tempo associativa e contraditória⁸⁰.

Acreditamos que a visão do comportamento político, econômico e social, assumido pela burguesia industrial brasileira, tal como Gorender nos propõe, é a que mais se aproxima da análise que apresentamos nesta dissertação.

Nossos dados revelam que a burguesia industrial não foi um agente passivo, que assistia como um mero espectador às políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo brasileiro, mas sempre tentou organizar-se politicamente, para que as medidas que fossem tomadas pelo governo viessem a favorecer seus interesses de classe. Na medida do possível, essa fração de classe teve muitas de suas reivindicações atendidas, o que possibilitou que se desenvolvesse e fosse ganhando cada vez mais força, tanto no nível político, quanto no econômico.

Estamos de acordo com a afirmação de que a burguesia industrial paulista era conservadora, não demonstrando nenhum interesse em promover uma revolução democrática no país, dado que ela estava conseguindo beneficiar-se com a forma como estava organizada a sociedade brasileira. Também concordamos com a afirmação de que os industriais paulistas sempre se esforçaram por manter relações amistosas com a burguesia agrária, reiterando constantemente a necessidade da união de forças das classes produtoras, em vez do seu enfrentamento interno.

Quanto ao capital estrangeiro, os documentos a que tivemos acesso confirmam a avaliação de Gorender, ou seja, deixam claro que a burguesia brasileira não rejeitava a ajuda externa, mas tinha a preocupação constante em vincular o capital estrangeiro às conveniências do capital nacional. Porém, não compartilhamos da idéia de que, se o empresariado industrial brasileiro tivesse se organizado politicamente mais cedo, teria conseguido obter mais facilmente uma consciência de classe e uma visão nacionalista. Acreditamos que, independentemente do momento histórico em que a burguesia industrial criasse um organismo político próprio, para defesa de suas reivindicações, ela não assumiria a defesa de um projeto nacionalista comprometido com o desenvolvimento do país, considerando que o caráter dependente do desenvolvimento industrial brasileiro na

⁸⁰ Gorender explica melhor esse aspecto nas pgs. 79-100.

fase de transição para o capitalismo levava à formação de uma *burguesia interna*, mais que à formação de uma *burguesia nacional*.

A burguesia industrial brasileira não possui um perfil revolucionário antifeudal e antiimperialista, não porque não precisou promover uma revolução para transformar-se na classe dominante principal, mas porque é uma *burguesia interna*. Daí a sua falta de motivação para o estabelecimento de uma aliança com a classe trabalhadora para lutar pela liberação nacional; bem como a sua inclinação às alianças com outras frações das classes dominantes.

III. CONTEXTO HISTÓRICO

1. Condições políticas gerais da ação da burguesia industrial

1.1. Início da redemocratização do país

Sob o comando de José Linhares, que ocupava transitoriamente o cargo de Presidente da República⁸¹, deu-se prosseguimento ao processo de redemocratização do país, que havia sido iniciado por Getúlio Vargas, em 22 de abril de 1945. Depois de oito anos de ditadura militar, as eleições federais são fixadas para 2 de dezembro de 1945, e as eleições estaduais são marcadas para depois que o país tivesse reelaborado sua Carta Constitucional. Teriam direito ao voto todos os cidadãos adultos e alfabetizados.

1.1.1. Eleições federais – 02 de dezembro de 1945

As eleições de dezembro transcorrem tranqüilamente. São pacificamente eleitos o Presidente da República e os representantes de todos os Estados junto à Câmara dos Deputados e ao Senado, órgãos que, inicialmente, funcionariam em conjunto, formando a Assembléia Constituinte da Nação brasileira. Obtêm-se os seguintes resultados nas eleições para a Presidência da República⁸²:

Partido	Candidato	Voto obtidos (%)
PSD	General Eurico Gaspar Dutra	54%
UDN	Brigadeiro Eduardo Gomes	34%
PTB	apoiou a candidat. de Dutra	-
PCB	Engenheiro Iedo Fiúza	10%
votos brancos/nulos	-	02%

⁸¹ Com a deposição de Getúlio Vargas da Presidência da República, em 29 de outubro de 1945, e enquanto não se realiza a eleição presidencial, as forças armadas entregam o governo da Nação a José Linhares, que ocupava até esse momento o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal. Linhares exerceu as funções presidenciais durante 3 meses, de 29 de outubro a 31 de janeiro de 1946.

⁸² Dados: VARGAS, G. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Todos esses partidos políticos haviam sido organizados em 1945, ainda no governo Vargas, no início da reabertura política.

Para compor a Assembléa Constituinte de 1946, foram eleitos 338 Parlamentares⁸³:

Partido	n° total	Voto obtidos (%)
PSD	185 cadeiras	55%
UDN	90 cadeiras	26%
PTB	23 cadeiras	7%
PCB	16 cadeiras	5%
...demais partidos	24 cadeiras	7%
TOTAL	338 cadeiras	100%

É importante notar que tanto o PSD, quanto a UDN conseguiram eleger deputados em todos os Estados do Brasil, o que demonstra a força que esses partidos tinham nessa época. O PCB consegue eleger deputados no Estado de Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul; totalizando 14 deputados e um senador⁸⁴.

As bancadas do PSD somadas à da UDN atingiam mais de 80% dos Congressistas sendo, portanto, majoritários na Assembléa Constituinte. Os partidos políticos mais significativos desse período tinham a seguinte composição:

PSD (Partido Social Democrático) - fazia uma combinação de novos industriais com políticos estaduais da velha guarda. Esse partido foi criado por Vargas em 1945, e congregava tanto os políticos e burocratas que haviam se beneficiado no seu governo, como os proprietários de terras e industriais que também prosperaram nesse período. Desta forma, era formado por elementos bem heterogêneos. Fazia parte desse grupo o empresário Roberto Simonsen. Eram os chamados “situacionistas” - donos do “statu quo”, ou segundo Skidmore, “os de dentro”.

UDN (União Democrática Nacional) - era o partido mais próximo dos interesses da classe média liberal. Apesar de há muito tempo fazer oposição ao regime político instaurado por Vargas em 1937(a ditadura militar), não possuía forças suficientes para lutar sozinho para a sua modificação. No entanto, tinha bastante influência na nova administração do governo Dutra. Eram colaboradores desse partido político: alguns

⁸³Dados retirados da dissertação de mestrado de Sérgio Braga.

⁸⁴Luís Carlos Prestes é eleito senador, pelo Distrito Federal.

proprietários de terras; o ex-presidente Arthur Bernardes (MG); o ex-ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha; a maior parte da imprensa: o proprietário do jornal “O Globo” e do “Correio da Manhã”.

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) - era formado pelos operários urbanos organizados. Também fundado por Vargas, mas agora com o intuito de controlar as manifestações da classe proletária, tinha uma dupla função: além de servir para conter a esquerda, ainda assegurava a Vargas o voto da classe operária que estava adquirindo importância crescente. Não esqueçamos que, com a redemocratização do país, a classe média urbana e os grupos operários centralizados nas regiões mais desenvolvidas manteriam um importante número de votos em qualquer eleição nacional em que o direito de voto fosse limitado aos alfabetizados, como ocorreu na Constituição de 46.

PCB (Partido Comunista do Brasil) - Alguns de seus membros já haviam participado da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Na verdade, eles eram claramente minoritários em termos numéricos, porém tinham grande influência na direção política do partido, pois concentravam-se no “controle da máquina”. Como mostra Loner (1985), segundo os dados oficiais da época (esses números são contestados por alguns estudiosos e militantes do período), a composição social do PCB era: 48% operários; 40% classe média; 8% militantes; 4% camponeses. Porém, para Rodrigues (1974), o bom número de operários no Comitê Central não significa que eles detivessem o controle do partido. Esse estava nas mãos de dirigentes de origem pequeno-burguesa.

1.1.2. Trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946

Em 02 de fevereiro de 1946, o Congresso inicia suas atividades refazendo a Constituição do país pela 4ª vez, desde a queda do Império em 1889. Enquanto se realizavam os trabalhos parlamentares, Dutra governava por decretos, com base na Carta de 1937, emendada por Vargas e José Linhares.

Uma das medidas mais importantes tomadas nesse período foi referente à classe trabalhadora. Diante da onda de greves que crescia desde a redemocratização do ano anterior, tendo como ponto de partida o baixo nível dos salários, congelados desde 1943,

Dutra aprova, em março de 1946, o Decreto-Lei n. 9.070, que pretendia tornar a greve uma forma inócua de pressão dos trabalhadores.

A tendência observada nessa legislação foi acompanhada por medidas repressivas aplicadas através do Ministério do Trabalho. Foram elas: o fechamento do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que levou à criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), também impedida, no ano seguinte, de continuar atuando politicamente. Em fins de março de 1946, a polícia fechou diversas sedes do PCB, reabertas pouco tempo depois. Na Constituinte, parlamentares dos mais importantes partidos protestaram contra o clima repressivo e tenso que se criara no país no momento em que se elaborava a nova Carta.

As principais modificações realizadas pela Carta Constitucional de 1946, segundo Abreu (1985), teriam sido:

- proclamação da autonomia dos Estados e municípios;
- instituição da possibilidade de se constituírem comissões parlamentares de inquéritos para averiguar qualquer assunto de interesse nacional, bem como de se requisitar a presença de ministros de Estado, em plenário, para prestarem esclarecimento quando solicitado pelo Congresso Nacional;
- redução do mandato presidencial para 4 anos;
- regulamentação da iniciativa do Executivo em matéria legislativa (normalização da esfera de competência desse poder);
- restauração da soberania do Judiciário, com abolição dos tribunais especiais e recuperação dos tribunais eleitorais;
- contenção das Forças Armadas em limites compatíveis com o ideal de segurança dos cidadãos;
- concessão de amplas garantias individuais, direitos sociais e prerrogativas políticas aos cidadãos (aperfeiçoamento do direito ao trabalho e do amparo à educação e à cultura). Neste sentido, preconizou-se institutos de representação política, assegurando canais de participação, liberdade de organização partidária, e liberdade de associação profissional e sindical. Previu-se, também, o direito de greve;

A “Carta Magna” de 1946, na análise de Bielshowsky (1988), estabeleceu uma “*democracia controlada*”: garantiu a liberdade de expressão e representação popular em geral, salvo no que diz respeito às relações fundamentais do sistema: as relações travadas entre o capital e o trabalho.

O executivo ampliado, resultado do período anterior, permaneceu intacto. A organização sindical foi garantida, mas sem alterações no arcabouço corporativo herdado de Vargas. Neste sentido, o desenrolar dos trabalhos da Constituinte só veio confirmar a tendência da política brasileira a uma convergência conservadora.

A promulgação solene da nova Carta realizou-se em 18 de setembro de 1946, sendo anunciada a nova “Constituição da República Federativa do Brasil”.

1.1.3. Eleições estaduais - janeiro de 1947

Após o ingresso do país no regime democrático, Dutra promoveu uma grande reformulação ministerial, visando tanto permitir a desincompatibilização de alguns de seus auxiliares, que desejavam concorrer às eleições de 1947, como organizar o novo sistema de alianças políticas e sociais que iria caracterizar seu governo⁸⁵.

Uma das mudanças realizadas foi a substituição do petebista Otacílio Negrão de Lima, que ocupava a pasta do ministério do Trabalho desde janeiro de 1946, pelo vice-presidente do CIESP/FIESP, Morvan Dias de Figueiredo⁸⁶. Dutra convidou também, para compor o seu ministério, a UDN. Depois de muitas discussões dentro do partido, a UDN aceita a proposta de Dutra e assume os ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Saúde. Em dezembro, consumado o movimento de aproximação do PSD com a UDN e o PR (Partido Republicano), Vargas rompe suas relações políticas com Dutra.

As eleições estaduais, marcadas para janeiro de 1947, ocorreram sob um novo alinhamento das forças políticas do país: o PTB, o PCB e o PSP⁸⁷ (Partido Social

⁸⁵DUTRA, Eurico G. IN: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. p. 1146.

⁸⁶Personalidade muito importante junto ao empresariado industrial brasileiro, Morvan Dias vinha ocupando o cargo de 1º Vice-Presidente do FIESP/CIESP desde 1939, ano em que Roberto Simonsen exercia seu segundo mandato como presidente dessas duas instituições. Em 1946, Morvan Dias é convidado a assumir a pasta do Ministério do Trabalho e, nas eleições estaduais de janeiro de 1947, Roberto Simonsen é eleito senador.

⁸⁷ Partido político de Ademar de Barros, ex-interventor em SP.

Progressista) estavam em oposição aos partidos que apoiavam o governo, o PSD, a UDN e o PR.

Apesar de toda a perseguição ao PCB, por parte do governo⁸⁸, os militantes desse partido vinham encontrando terreno fértil para suas atividades, pois o custo de vida estava em ascensão, enquanto os salários continuavam congelados.

Com uma importante votação conseguida nas eleições de 1945, o PCB considerava ter assegurada uma base de massas. As eleições de 1947 vieram a confirmar essa tendência: mantiveram sua posição como o quarto partido mais poderoso do país. Nas eleições complementares de São Paulo, conseguiram eleger dois deputados na legenda PSP e vários membros para as legislaturas estaduais. Ficaram com a maior bancada na Câmara da capital brasileira e, no Estado de São Paulo, chegaram a substituir a UDN como terceiro partido na votação total. Ademar de Barros, do PSP, com a ajuda do PCB, também conseguiu eleger-se para o governo do Estado de São Paulo.

1.2. O Fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Acordo Interpartidário (PSD-UND-PR)

Defrontando-se com a crescente força política do PCB, o governo Dutra usou mais uma vez da repressão. Conseguiu, em maio de 1947, com que fosse incluído, na Constituição de 46, um dispositivo legal mediante o qual os partidos “antidemocráticos” poderiam ser impedidos de participação política. A posição do governo ganhou, no Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), por três votos contra dois.

Sob a alegação de que o Partido Comunista do Brasil não estava a serviço dos interesses nacionais, mas atendia determinações da União Soviética, e de que no caso da eclosão de uma guerra entre o Brasil e os países socialistas, ficaria contra a nação brasileira, o TSE classificou o PCB como “antinacional” e, portanto, também “antidemocrático”. Desta forma, o partido foi fechado por decisão judicial. Essa atitude teve o apoio de grande parte das classes proprietárias. O início da guerra-fria, em março de 1946, também ajudou a justificar a supressão do Partido Comunista do Brasil.

⁸⁸Em maio de 1946, Dutra, entre outras medidas, expurgou todos os funcionários públicos que eram membros do PCB.

No início de 1948, foram cassados os mandatos dos parlamentares comunistas, respaldados na aprovação de um projeto de lei apresentado por senadores muito ligados a Dutra, em nome do conselho nacional do PSD. O projeto declarava extintos os mandatos legislativos de deputados e senadores cujo partido tivesse tido o registro cassado por decisão da Justiça Eleitoral.

O PTB movimentou-se, então, rapidamente, para ocupar o terreno deixado pelo PCB. Como na eleição de 1947 a classe operária estava dividida entre o PCB e o PTB, com o desaparecimento do primeiro, o segundo certamente se beneficiaria.

Luís Carlos Prestes, que se encontrava na clandestinidade desde agosto de 1947, teve sua prisão preventiva decretada em 05 de janeiro de 1948, permanecendo na clandestinidade até março de 1958, quando o mandato de prisão foi revogado. Somente a imprensa comunista foi poupada, não sendo suprimida nesse período⁸⁹.

Desde a eleição de 1947, Dutra vinha tentando isolar o PCB, perseguindo de forma obstinada os comunistas. Já há algum tempo, estimulava a adoção de uma política que veio a ser conhecida como de “união nacional”. Essa estratégia visava a promover um acordo entre os partidos conservadores, com o fim de evitar uma aproximação entre comunistas e varguistas.

Também começou a ser preparado, em novembro de 1947, o Acordo Interpartidário, assinado solenemente no palácio do Catete, em 22 de janeiro de 1948, pelos presidentes dos três partidos envolvidos: Nereu Ramos (PSD), José Américo (UDN) e Artur Bernardes (PR). O Acordo garantiu a Dutra folgada maioria para a aprovação das matérias que considerava mais relevantes no parlamento. Funcionou também para dar ao Presidente da República condições de governar num regime constitucional, praticamente sem oposição parlamentar.

Os “de dentro”, como diz Skidmore(1975), consideravam que a militância comunista, combinada com o alarmante crescimento de seus poderes eleitorais, poderia ser realmente uma “força dissolvente”. Neste sentido, era imprescindível que esse movimento político fosse, de alguma forma, detido. A ilegalidade do partido comunista, associada à maior união dos partidos representantes das classes dominantes, foi a solução que consideraram mais eficiente para o momento.

⁸⁹ A imprensa comunista só viria a ser fechada em 1964.

No final do governo Dutra, cerca de 400 sindicatos, num total de 944 existentes, tinham sofrido intervenção, com o intuito de “eliminar os elementos extremistas”.

1.2.1. O PCB na ilegalidade

A partir de 1948, há uma mudança na orientação política do PCB. Na ilegalidade, ele começa a atacar mais abertamente a política que vinha sendo implementada pelo governo Dutra, passando a fazer severas críticas à estrutura sindical brasileira e ao imperialismo. Porém, o objetivo proposto pelo partido, segundo Augusto Buonicore⁹⁰, não era por fim aos sindicatos oficiais existentes, mas buscar reconquistá-los, para promover sua reformulação.

Com o intuito de contornar toda repressão que vinha sofrendo e manter os trabalhadores organizados, o PCB passa a incentivar a manutenção e o desenvolvimento das associações profissionais já existentes, bem como a constituição de novas organizações autônomas, nos locais de trabalho com registro civil.

A estratégia de luta política do PCB, a partir de 1948, era:

- a defesa da luta armada, tanto na cidade como no campo, como o principal instrumento de libertação nacional dos países coloniais e dependentes (no caso, a libertação do Brasil). O partido tentava criar um espírito de luta, resistência, e mesmo de enfrentamento com a polícia;
- como forma organizacional, o partido propunha a criação de uma frente democrática de libertação nacional, com o armamento geral do povo e a democratização do exército.

Como podemos observar, em 1948, depois de ter sido colocado na ilegalidade, tendo seu registro eleitoral e seus mandatos parlamentares cassados, o PCB resolveu partir para o confronto direto com o Estado:

“Os instrumentos privilegiados para a luta agora são bem diferentes dos utilizados durante o período de vida legal do partido: ‘Em vez de telegramas, abaixo-assinados e memoriais, precisamos apelar para formas de luta mais altas, para as ações e demonstrações de massas, para as greves de protesto, a fim de atingir nossos objetivos’ .” (LUIS CARLOS PRESTES citado por LONER, 1985:126)

Tais lutas se organizavam em torno das reivindicações mais imediatas da classe trabalhadora. Segundo os estudos realizados por Augusto Buonicore (1996), a principal reivindicação nesse período, por parte da classe trabalhadora, dizia respeito ao aumento salarial.

Entre 1948 e 1950, como de costume, os sindicatos oficiais não participaram dos movimentos grevistas, tendo dois tipos de reação diante dos mesmos:

- a condenação das greves
- ou
- o desconhecimento oficial do movimento.

Nesse contexto, não só estagnou o número de sindicalizados (que vinha crescendo desde 1945), como ocorreu um refluxo do movimento sindical. Enquanto, em 1947, o PCB possuía 200.000 filiados, após o “Manifesto de Agosto” de 1950, só restavam 20.000 membros⁹¹.

Os pronunciamentos mais significativos, emitidos pelo PCB nesse período, foram:

- a autocrítica de abril de 1948: “*Como enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista*”;
- a autocrítica de maio de 1949: “*Forjar a mais ampla Frente Nacional em defesa da Paz e contra o imperialismo*”;
- o “Manifesto de agosto” de 1950: “*Frente Democrática de Libertação Nacional*”.

⁹⁰ BUONICORE, Augusto Cesar. *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura*. Campinas: Deptº de política da Unicamp, 1996.(Dissertação, mestrado em Ciências Políticas-IFCH).

⁹¹ Estou tomando por base os dados apresentados por LONER(1985).

O documento mais expressivo, para Beatriz Loner(1985), em relação à mudança ocorrida na postura assumida pelo Partido Comunista do Brasil, no período compreendido entre 1948 e 1951, foi o último dos documentos emitidos pelo PCB, ou seja, o “Manifesto de Agosto” (1950). Seu objetivo era esclarecer as massas para que lutassem pela derrubada do governo e promovessem a instauração de um governo nacional-popular. A ordem era: agitar; impulsionar as massas em suas lutas; fazer greves; protestar contra o imperialismo; organizar os trabalhadores dentro ou fora dos sindicatos.

Em 1950, com a aproximação das eleições de dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), acatando decisão do TRE de São Paulo, cassa as candidaturas comunistas desse Estado.

O PCB, completamente descrente da possibilidade de luta pela via parlamentar, resolve quase que ignorar as eleições que iriam ocorrer em 1950 e passa a classificar, tanto Dutra, quanto Vargas, como *entreguistas* e *traidores nacionais*. Neste sentido, não apoiaram nenhuma das duas candidaturas, pois acreditavam ser indiferente quem conseguisse vencer as eleições.

2. Política econômica adotada no período

Segundo a análise de Skidmore (1975) e de Ricardo Bielschowsky (1988), a política econômica do governo Dutra se divide em duas fases distintas:

- 1) 1946 a 1947: nesse período, teria ocorrido o retorno à política do “laissez-faire”, tão rejeitada no governo Vargas. Houve a liberalização do mercado cambial e a regularização do retorno do capital estrangeiro ao seu país de origem.
- 2) 1947 a 1950: foi restabelecido o regime de licença prévia para importação e instituída uma lista de prioridades na distribuição de divisas para importação.

Viana (1992) acrescenta ainda mais um item a essa divisão: de meados de 1949 até o fim do período Dutra, ocorre mais uma mudança na política econômica que vinha

sendo adotada. Com a substituição de Correa e Castro, que ocupava o cargo de Ministro da Fazenda, por Guilherme da Silveira, ocorre a passagem de uma política econômica contracionista e tipicamente ortodoxa, para outra com maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias. A política adotada a partir de 1947, assim como a mudança ocorrida em 1949, fariam parte do processo de desmontagem da ilusão liberal que norteou o início do governo Dutra. Porém, isso não seria resultado de uma mudança na postura teórica adotada até aquele momento, mas teria surgido como uma necessidade para o controle da balança comercial.

O restabelecimento do regime de licença prévia⁹² teria sido decorrência da conscientização da dificuldade de acomodar as necessidades básicas de importação às limitações da capacidade do país para importar. A burguesia industrial foi a mais beneficiada com a adoção dessa política.

Percebemos que, no governo Dutra, as atividades urbano-industriais lideraram amplamente a expansão econômica, dando continuidade à diversificação do aparelho produtivo brasileiro, que tinha se iniciado no período anterior.

No período compreendido entre 1948 e 1952, a economia brasileira cresceu⁹³ ininterruptamente a uma taxa média de cerca de 7% ao ano, e, pela primeira vez na história do nosso país, o setor líder desse crescimento foi o industrial, que cresceu 11% de 1948 à 1950, e 6% nos anos de 1951 e 1952, ficando a agricultura bem para trás com uma taxa de 4,5% ao ano. A relativa ortodoxia da política econômica do governo Dutra não comprometeu o rápido desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

Apesar de todos esses avanços, Ricardo Bielschowsky (1988) e Skidmore (1975) consideram que o desenvolvimento da indústria brasileira, nesse período, acontece de forma “não intencional”, quase “por acaso”, “sem querer”. Uma das justificativas apresentadas para sustentar essa postura está baseada no Relatório anual⁹⁴, feito em maio de 1947 pelo Ministro da Fazenda, Correa e Castro, no qual este afirma que o Brasil é um país essencialmente agrícola:

⁹²Esse projeto foi elaborado pela Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), inicialmente através da “Instrução 25”, de 3 de junho de 1947, e, mais à frente, através da Lei nº 262, de 23 de fevereiro de 1948.

⁹³ Dados extraídos do trabalho de Ricardo Bielschowsky (1988).

⁹⁴ Relatório anual do Ministério da Fazenda, referente a 1946.

“...É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados.”(CORRÊA E CASTRO citado por SKIDMORE, 1975:97)

É sempre possível continuar investigando até que ponto o desenvolvimento industrial desse período ocorreu mesmo de forma “não intencional” e até onde a política econômica do governo Dutra seguiu o curso almejado pelo Ministro da Fazenda. Alguns elementos sobre essa questão aparecem a seguir, embora não sejam suficientes para solucioná-la integralmente.

IV. BURGUESIA, POLÍTICA E ESTADO NO
PERÍODO DUTRA

1. Organização profissional

1.1. Introdução

Neste capítulo, pretendemos abordar duas questões essenciais para o entendimento da orientação política da burguesia industrial paulista:

- a) Esse segmento regional da burguesia industrial possuía, ou não, um projeto de industrialização próprio?
- b) No caso de a resposta ser negativa: tal carência se deveria, como sugere parte da literatura, à sua desorganização política?

Começaremos essa abordagem pela análise da estrutura de funcionamento interno do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), tentando resgatar o momento histórico em que esses dois órgãos de representação política surgiram, os objetivos que buscavam alcançar e como se organizaram para tentar atingi-los. A análise desse aspecto nos ajuda a compreender o grau de organização política dos industriais paulistas e nos permite, ainda, compará-lo com a estruturação de outras entidades representativas como, por exemplo, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP)⁹⁵ que representavam politicamente a burguesia comercial nesse período.

A ACSP e a FCESP começam atuando de forma complementar, mas, em 1952, acabam se separando, inclusive fisicamente⁹⁶. Segundo os estudos de Paulo Costa (1995), o embrião dessa diferença estava no fato de que apesar de atuarem muitas vezes de forma complementar, essas entidades possuíam espaços diferenciados de ação. Enquanto a FCESP tinha seu campo de manifestação política mais restrito, devido à legislação sindical a que estava submetida, a ACSP, por não ser a entidade representativa oficial do comércio paulista, teria maior liberdade para criticar as medidas tomadas pelo governo. Isso fazia

⁹⁵ A Federação do Comércio do Estado de São Paulo só surge em 1938, no mesmo período em que surgiu a Federação da Indústria Paulista (1937). Até esta data tanto a burguesia industrial paulista quanto a comercial eram representadas politicamente pela ACSP.

⁹⁶ Ver mais sobre este assunto na p.79-80 da dissertação de Paulo Costa.

com que a ACSP pudesse partir para uma crítica mais aberta ao governo federal, enquanto a FCESP se restringia a fazer sugestões construtivas.

O avanço dessas diferenças teria levado a ACSP a travar um conflito aberto com a FCESP, nos anos 60, quando a associação comercial defendeu o fim da principal fonte de recurso para o funcionamento e manutenção das atividades da FCESP: o Imposto Sindical⁹⁷.

Com o estudo da organização e atuação do CIESP e FIESP no governo Dutra, pretendemos avaliar se essas duas entidades caminhavam ou não para um rompimento político, assim como ocorreu com as associações de representação política do empresariado comercial.

1.2. Fundação

De 1917 a 1928, a burguesia industrial paulista foi representada politicamente pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), fundada em 1894, pois não possuía uma entidade de representação própria. Neste período, esse órgão era o principal porta-voz dos homens de negócio do Estado de São Paulo. No entanto, como essa associação era quase exclusivamente controlada por homens da burguesia comercial, os industriais sentiam-se lesados, considerando que a luta pelas medidas de seus interesses muitas vezes ficava prejudicada.

Para solucionar esse problema os industriais paulistas criam, em 1928, seu próprio órgão de representação política, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Essa é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por objetivo a defesa dos interesses da classe industrial e a promoção do engrandecimento e consolidação do parque industrial brasileiro, bem como a abertura de um formidável mercado interno e externo que permitisse o desenvolvimento da indústria nacional⁹⁸.

Segundo o estatuto do CIESP, essa entidade deveria:

⁹⁷ COSTA, 1995:80.

⁹⁸ Informação extraída do discurso proferido por Roberto Simonsen na solenidade de inauguração do Ciesp, em 1928.

- a) “...- congregar todas as pessoas indicadas no art. 2.º⁹⁹;
- b) - defender os interesses de suas associadas e da indústria em geral;
- c) - promover o estudo dos problemas que interessam as classes produtoras, notadamente as indústrias e fomentar o seu intercâmbio com as demais associações de classe;
- d) - promover a intransigente defesa das elevadas finalidades das organizações industriais e a difusão de conhecimentos úteis à compreensão e consecução de sua missão social;
- e) - cooperar com o Estado no estudo e solução dos problemas que se relacionem com os interesses da indústria em geral e pleitear junto aos poderes públicos, reformas ou medidas em benefício das classes que congrega;
- f) - organizar e oferecer às suas associadas toda a espécie de serviços e assistência em suas relações entre si e com terceiros, notadamente os de ordem jurídica, fiscal e técnica junto a empresas ou repartições públicas de qualquer natureza;
- g) - realizar, patrocinar ou financiar exposições, feiras, mostras, propaganda de produtos industriais em qualquer ponto do território nacional ou estrangeiro;
- h) - participar de associações congêneres e de convenções, prestigiar e auxiliar a organização sindical da indústria, por seus sindicatos, federações e confederações.”(Estatuto do CIESP, 1948:3-4)

Nove anos mais tarde, em 1937, Roberto Simonsen funda a Federação da Indústria Paulista (FIP), órgão sindical de segundo grau, de âmbito estadual. No entanto, com a modificação trazida pelo decreto-lei de 05/07/39, que determinava que o termo “federação” fosse privativo dos órgãos sindicalizados de 2º grau, a FIP une-se a FSIESP¹⁰⁰ e dá origem à atual FIESP¹⁰¹ (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Essa associação é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal dos interesses da indústria em geral e os peculiares interesses dos Sindicatos filiados e com sede e foro na capital do estado de São Paulo.

Segundo o estatuto da FIESP:

“...Art. 2º - São prerrogativas da Federação:

- a) - representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses da indústria em geral e os peculiares interesses dos Sindicatos filiados;
- b) - firmar contratos coletivos de trabalho;
- c) - eleger ou designar os representantes da indústria em geral;
- d) - colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com a indústria em geral;
- e) - impor contribuições a todos os Sindicatos reconhecidos, na base territorial do Estado de São Paulo, que participem das atividades ou categorias econômicas dos vários grupos do plano da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.”(Estatuto da FIESP, 1942:3-4)

⁹⁹O artigo nº 2 determina que podem ser sócios do Ciesp “...as pessoas físicas e jurídicas que explorem quaisquer atividades industriais, e de transporte e de pesca, inclusive as de serviços e finalidades técnicas e econômicas a elas ligadas, bem como as organizações de interesse geral como bancos, casas bancárias, companhias de seguros e de difusão e de divulgação e todas as respectivas entidades de classe;” (Estatuto do Ciesp de 1948; p 4)

¹⁰⁰ Federação dos Sindicatos de Empregadores do Estado de São Paulo (FSIESP), tratava-se de uma associação civil criada por Horácio Lafer para fazer frente ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Ver mais sobre este assunto no Dicionário Histórico-Biográfico, *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)*, p. 1240-1241.

¹⁰¹Ver mais detalhes sobre esta mudança, na nota de rodapé nº 1 da Introdução.

Enquanto o CIESP era mantido financeiramente pela contribuição recebida de seus sócios e estipulada pela sua Diretoria, a FIESP se sustentava com a contribuição recebida dos Sindicatos a ela filiados e provenientes do imposto sindical -previstas em lei-, doações, legados e rendas não especificadas.

Embora essas duas associações fossem dois diferentes órgãos de representação política da burguesia industrial paulista, na prática, ambas atuavam e funcionavam de comum acordo. De 1940 a 1950, elas possuíam inclusive os mesmos homens na presidência das duas entidades¹⁰².

O mandato da diretoria do CIESP e da FIESP era de dois anos, e a eleição de seus membros nem sempre ocorria no mesmo dia, constituindo, formalmente, dois processos distintos. No entanto, a posse era conjunta e a cúpula que compunha a diretoria dessas duas entidades era a mesma, com exceção do homem que ocupava a função de 3º Vice-Presidente na CIESP¹⁰³.

Nos pronunciamentos que eram feitos em função de alguma reunião, inauguração ou evento social de qualquer espécie, o termo CIESP era normalmente usado como sinônimo de FIESP. No próprio índice geral do Boletim Informativo, que era emitido semanalmente pela CIESP/FIESP¹⁰⁴, encontramos na letra “C” a seguinte remissão:

“CIESP

- ver Federação das Indústrias do Estado de São Paulo”

Isso deixa claro que mesmo os industriais não faziam diferença entre essas duas entidades, tratando-as como iguais.

Todo documento divulgado pelos industriais paulistas no governo Dutra traz a inscrição: CIESP/FIESP. Por isso, não conseguimos distinguir, no material que encontramos, se é a associação civil ou a sindical que está se pronunciando: todo documento emitido é publicado como a posição conjunta das duas entidades.

¹⁰² Ver mais sobre este assunto no Anexo nº2.

¹⁰³ Esta diferença ocorre porque o Ciesp possui, na sua diretoria, um cargo a mais que a Fiesp. (Anexo 2).

¹⁰⁴ Boletim Informativo, 1950, nº 60, p. 25.

1.3. Atuação - Publicação

Com o intuito de divulgar as atividades promovidas pelo CIESP e FIESP, essas duas associações passam a emitir, em 1929, as *Circulares do CIESP/FIESP* que, em 1949, são substituídas pelo *Boletim Informativo* da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Esse folheto, com publicação semanal, é distribuído gratuitamente a todos os associados do CIESP e enviado regularmente às entidades produtoras de todo o Brasil. Além disso, segundo seu próprio anúncio, circulava também em países estrangeiros.

O principal objetivo atribuído a esse material era colocar os sócios do Centro em contato com assuntos que pudessem, de alguma forma, influenciar o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais das empresas brasileiras. Com esse fim, reunia informações sobre diversos assuntos como: política econômica, mercados, comércio exterior, finanças, estatísticas, aplicação de leis (principalmente fiscais e trabalhistas), projetos de lei em andamento nos órgãos legislativos e executivos que pudessem influenciar na produção, oportunidades comerciais, ofertas de serviços, concorrências públicas e outros.

Além desse tipo de serviço, o Departamento Nacional de Indústria e Comércio¹⁰⁵ ainda mantinha, no exterior, uma rede de Escritórios e de Agências de Propaganda e Expansão Comercial, que tinha como finalidade criar, nos países onde estavam sediadas, garantias e possibilidades aos produtos nacionais frente ao mercado internacional. Para fazer uso desse organismo, era necessário apenas enviar-lhes mostruários, publicações e todo tipo de material de propaganda da empresa. Os sócios do CIESP tinham também o direito aos serviços do Departamento Jurídico, Departamento Sindical, Departamento de Economia Industrial e Departamento de Repartições Públicas¹⁰⁶.

Em 1944, o CIESP e a FIESP, contando com o apoio do SESI e do SENAI, passam a emitir a *Revista Industrial de São Paulo*. Diferentemente do *Boletim Informativo*, essa publicação era mensal e reunia artigos de diferentes procedências. De caráter mais liberal, publicava resenhas de livros, inclusive daqueles que afirmavam que o sistema capitalista estava chegando ao seu fim. Faz parte desse grupo a sinopse do livro de

¹⁰⁵ Circular do Ciesp/Fiesp, nº 64, Abril/49.

¹⁰⁶ Mais informações sobre o atendimento prestado por estes departamentos ver *Boletim Informativo* nº 1, 1949, p.2.

Harold J. Laski, “Reflexões sobre a revolução do nosso tempo”, e a do livro de James Burnham “A Revolução dos Diretores”, ambos publicados em 1945. Porém, já no Sumário, a redação fazia questão de esclarecer que não se responsabilizava pelos conceitos emitidos nos artigos assinados que a revista publicava.

O diretor responsável pela *Revista Industrial de São Paulo* era Honório de Sylos e tinha como colaboradores as seguintes personalidades: Roberto C. Simonsen, Roberto Mange, A.C. Pacheco e Silva, Octavio Pupo Nogueira, Cyro Berlinck, Heitor Ferreira Lima, Armando de Arruda Pereira, Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto entre outros.

Essa revista, assim como o *Boletim Informativo*, era vendida não só para todo o território nacional, mas também para o exterior. Ambas as publicações tinham grande preocupação em passar uma boa imagem a respeito da figura do industrial paulista, afirmando ser ele digno da confiança de toda a sociedade. Segundo esse material, o Brasil só teria um futuro promissor se investisse “pesado” no desenvolvimento das indústrias autóctones e, principalmente, nas empresas localizadas no seu grande pólo industrial brasileiro, o Estado de São Paulo.

1.4. Atuação - Congresso

Além de a burguesia industrial paulista investir na elaboração e publicação de material de seu interesse que obtivesse ampla divulgação, também participou e promoveu diversos debates.

1.4.1. Congresso Brasileiro da Indústria

Em dezembro de 1944, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), juntamente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), organiza na cidade de São Paulo o *Congresso Brasileiro da Indústria*, que teve por finalidade debater os principais problemas econômicos do setor industrial, para que fosse pleiteada, junto aos poderes públicos, a execução de uma política industrial. Foram chamados a participar dessa

reunião o Presidente da República, Getúlio Vargas; o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e interino da Justiça, Alexandre Marcondes Filho; o Interventor Federal no Estado de São Paulo, bem como as associações de classe da indústria, ou associações mistas do comércio e indústria das localidades em que não existia associação industrial; os industriais em geral e os economistas e técnicos em assuntos industriais.

Com a duração de quatro dias, esse Congresso discutiu e aprovou cerca de 300 recomendações, que abordavam desde medidas relacionadas à planificação da economia brasileira, até questões mais complexas da política industrial que vinha sendo implementada no país.

Segundo palavras de Roberto Simonsen, a realização dessa reunião evidencia que as classes industriais brasileira aspiravam a alcançar um legítimo progresso:

“o objetivo que se buscou não foi o de atender solicitações de caráter imediatista, mas o de alcançar, pela eficiência, dentro de um rigoroso critério pragmático, a melhoria, quer quantitativa, quer qualitativa, de nossa produção industrial, visando o desenvolvimento de nossas forças produtivas, a ampliação de nossos mercados, a elevação de nosso nível de vida, em suma - o progresso e o bem estar da coletividade.”(Revista Industrial de São Paulo, Ano I, jan/45 - n° 2, p.38)

Nessa reunião, já se falava sobre a necessidade de harmonização dos interesses da indústria com os interesses das demais classes produtoras do Brasil.

1.4.2. Conclap I

A CNI, juntamente com a Federação das Associações Comerciais do Brasil, toma a iniciativa de promover, em maio de 1945, a ***I Conferência Nacional das classes produtoras (Conclap I)***¹⁰⁷, que se realizou em Teresópolis e reuniu 680 entidades

¹⁰⁷ Em julho de 1949, as Classes Produtoras do Brasil promovem a ***II Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap II)***. Dessa vez, ela se realizou em Araxá (MG), em julho de 1949. Como na reunião que ocorreu em Teresópolis, foram tiradas diversas sugestões para a solução dos principais problemas enfrentados pela economia brasileira, na tentativa de influenciar as decisões que iriam ser tomadas pelo governo. Nas discussões, ressurgiram muitas das questões que haviam sido discutidas no Conclap I. Algumas foram melhor debatidas, outras reiteradas.

representativas do comércio, da indústria e da agricultura. Esse Congresso teve como objetivo promover o estudo conjunto de todos os problemas da economia brasileira, tanto em seus aspectos internos, quanto em suas relações internacionais.

No encontro, as classes produtoras se dividiram em dez grupos de estudo que se dedicaram ao exame dos seguintes temas¹⁰⁸: Ordem Econômica; Produção Agrícola e Florestal; Energia, Combustível e Transportes; Produção Industrial e Mineral; Política de Investimentos; Política Comercial; Política Monetária e Bancária; Política Tributária; Política Social, e Política de Povoamento.

As recomendações que resultaram desses grupos de estudos abrangiam as diversas áreas da economia brasileira:

I - Ordem econômica – admitiam um certo grau de interferência do **Estado**, sob a forma de um eficaz estímulo às atividades econômicas, auxiliando-as, facilitando sua organização e prestando-lhes assistência técnica. Também caberia ao Estado uma adequada ação supletiva, extensiva ao campo social, sempre que os empreendimentos necessários ultrapassassem o poder, a capacidade, ou a conveniência da iniciativa privada. À exceção desses casos, a intervenção do Estado na economia nacional apenas se justificaria quando estivesse em risco a segurança interna ou externa do país, ou o bem comum. Nos casos de ação direta, o Estado ouviria previamente as classes interessadas, atenderia os consumidores e, sempre que possível, daria ao capital particular participação no investimento e na direção.

Acreditavam ser necessário haver um planejamento econômico com o objetivo de aumentar a produtividade e desenvolver as riquezas naturais. Assim, é recomendado o levantamento, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos índices de renda nacional e de padrão de vida regionais, para auxiliarem na definição de um plano econômico.

II - Produção Agrícola e Florestal – os rumos da política agrária brasileira deveriam ser traçados pelas próprias classes rurais, dentro das diretrizes fixadas por um plano geral. Com

¹⁰⁸ Todas as recomendações feitas pelas Classes Produtoras foram reunidas na “*Carta de Teresópolis*” emitida no final do encontro.

o fim de valorizar os produtos agrícolas, recomendavam a descentralização das indústrias que os utilizam, instalando-as nas proximidades das fontes de produção; e, ainda, que fosse corrigida a disparidade de preços entre produtos agrícolas e industriais.

Pediam que fosse proporcionada à população rural assistência gratuita, tanto social quanto sanitária, bem como ensino em geral, especialmente técnico-agrícola.

III - Energia, Combustível e Transportes – consideravam de extrema necessidade o aproveitamento de nossas fontes naturais de **energia elétrica**, o estímulo a prospeções e perfurações de poços para descoberta de **petróleo** no Brasil, a intensificação da exploração do **carvão nacional** industrializável, o estímulo ao desenvolvimento da produção do **álcool-motor**, o incremento da exploração e industrialização dos **xistos betuminosos, turfas e linhitos**.

Para a realização desses objetivos aconselhavam o amparo à iniciativa particular, bem como a cooperação de técnicos e de capitais estrangeiros.

Pediam ainda que fosse estimulado o maior desenvolvimento das **ferrovias**, do **transporte fluvial** e do **transporte aéreo**.

IV - Produção Industrial e Mineral – as Classes Produtoras acreditavam que o Brasil só alcançaria o progresso e a estabilidade econômica nacional através da industrialização do país.

Recomendavam que o **Estado** oferecesse, dentro de sua esfera de ação, amplo apoio à iniciativa privada; e que fosse desenvolvido um plano de defesa da indústria de forma a propiciar a implantação e a consolidação de indústrias no país.

Sugeriam, como critério orientador da ação do Estado, a distinção preliminar entre as indústrias-chave e estratégicas, e as demais indústrias. As primeiras deveriam ficar mais diretamente sujeitas à ação estatal, que seria fiscalizadora, auxiliadora, e mesmo criadora, quando a iniciativa particular se mostrasse omissa ou incapaz. As demais indústrias preconizavam a concessão de assistência especial, mas somente quando solicitada, limitando-se, de resto, a ingerência estatal ao resguardo do bem comum.

Recomendavam o amparo às pesquisas científicas e tecnológicas, ao ensino técnico superior e médio e ao ensino profissional; bem como o auxílio para a obtenção e a formação de pessoal especializado.

Reivindicavam que fosse evitada a implantação em nosso meio de **monopólios** e **oligopólios**, salvo quando as condições técnicas impusessem, em certas indústrias, que as dimensões econômicas da empresa fossem de tal ordem de grandeza. Nesse caso, deveriam essas indústrias subordinar-se ao regime dos serviços de utilidade pública, ou ter seus lucros monopolísticos limitados ou taxados, de modo a reverterem em benefício da coletividade.

Sugeriam que fosse providenciado o reaparelhamento dos transportes, da agricultura e das indústrias.

V - Política de Investimentos – deveria ser respeitada e estimulada a formação de capitais particulares, e orientado seu encaminhamento para os empreendimentos produtivos. Defendiam que fossem facilitado e estimulado o ingresso de **capitais estrangeiros** com objetivos econômicos e sociais, dando-se-lhes para isso as necessárias garantias e um tratamento eqüitativo, ressalvados os interesses fundamentais do país. A aplicação de capitais estrangeiros deveria ser feita pelos investidores com espírito não apenas de lucro, mas de colaboração, para a melhoria da situação econômica do país e em proveito das condições sociais da população. Seria aconselhável, no interesse recíproco, que, nos investimentos de capitais estrangeiros, fosse participante o capital nacional, com a cooperação ativa dos brasileiros na administração superior das empresas. Quanto às empresas nacionais, quando houvesse a cooperação do Estado, seria preferível que fosse adotada a forma de sociedade de economia mista, com a participação do capital particular nos investimentos e de seus representantes na administração.

VI - Política Comercial – as Classes Produtoras proclamavam o princípio da liberdade de comércio. A política comercial do Brasil, no campo **internacional**, deveria harmonizar-se com os interesses da economia nacional, dentro do princípio da liberdade de comércio. As mercadorias deveriam ficar livres de quaisquer taxas de exportação.

Deveria ser admitido, em caráter transitório, o **controle das importações**, mas seria recomendável também sua gradativa eliminação, de acordo com a evolução nacional e internacional. Nesse caso, os países possuidores de capital e técnica deveriam, como justa compensação, prestar-nos sua colaboração.

Também deveria ser intensificado e aperfeiçoado o ensino médio e superior de comércio, economia e administração; e criados institutos de pesquisas econômicas.

VII - Política Monetária e Bancária – admitiam a interferência do Estado em matéria bancária, pois cabia a ele disciplinar o mercado monetário e de crédito. Recomendavam, como providência fundamental, a criação de um Banco Central. Esse, sem fito de lucro, seria a suprema e única autoridade para superintender a moeda, o crédito e o câmbio, dentro de determinadas bases. Admitiam também que a política monetária adotada no país fosse subordinada à política econômica geral de fomento das atividades produtivas e à ampliação do capital nacional.

Recomendavam a criação de bancos hipotecários e de crédito rural que atendessem às necessidades de crédito a longo prazo; bem como juros módicos para as atividades agropecuárias. Sugeriam também a criação de bancos de crédito industrial especializado, de forma a atender as necessidades de expansão das instalações e das atividades industriais.

VIII - Política Tributária – consideravam de inadiável necessidade que fosse revista a competência das diversas entidades públicas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – a partir do critério da descentralização administrativa, com o objetivo de ampliar as atividades do município. Deveria ser evitada a tributação excessiva pelos impostos diretos; também se deveria eliminar os tributos de barreira entre os Municípios ou Estados. Também deveriam ser isentas de impostos as parcelas de lucros destinadas a criar, ampliar, ou manter obras de assistência social.

O Estado manteria, por sua conta exclusiva, as despesas de órgãos burocráticos de controle, fiscalização e estatística, vedada a cobrança de quaisquer emolumentos, ou taxas, para esses serviços.

Recomendava-se, com respeito à **arrecadação** e à **fiscalização** de impostos, atribuir à fiscalização uma função mais orientadora do que punitiva.

IX - Política Social –recomendavam que fossem proporcionados à população rural todos os recursos necessários à manutenção da educação e do ensino gratuitos, especialmente do primário e secundário. Conviria aumentar o número, diversificar as especializações e melhorar a qualidade das escolas profissionais e técnicas de indústria, bem como, no setor agrícola, criar e difundir escolas práticas de agricultura. Julgavam conveniente promover o combate à desintegração moral e física do homem, por medidas diretas e indiretas, que evitassem que ele fosse arrastado a vícios nocivos a si próprio e à sociedade.

Achavam necessário restringir a intervenção do Estado à fixação do mínimo vital, impedindo-o de intervir na formação de outros níveis de salário.

Pensavam ser de justiça destinar a empreendimentos de nítido interesse coletivo as reservas financeiras do seguro social, especialmente a construção de escolas e hospitais e de casas para os segurados; respeitada, quando possível, a proporcionalidade da arrecadação das diversas regiões do país. Também deveriam ser mantidos, pelo seguro social, todos os serviços relativos aos acidentes de trabalho como assistência médica, dentária e hospitalar, sem maior ônus para as empresas que organizam esses serviços na forma da lei.

O Estado deveria garantir a liberdade de associação. Os contratos coletivos deveriam ser feitos entre o sindicato e os patrões, sem a intervenção do Poder Público.

Recomendavam a revisão das normas de organização e de funcionamento da **justiça do trabalho**, para o efeito de assegurar a consecução de suas altas finalidades.

X - Política de Povoamento – deveria ser adotada uma **política imigratória** liberal, de execução eficiente e flexível, com a admissão de imigrantes estrangeiros dotados de padrão de vida satisfatório. Porém, deveria ser mantido o cumprimento rigoroso dos dispositivos legais vigentes, referentes à exclusão de elementos imigratórios indesejáveis ou incapazes. Essas medidas deveriam ser tomadas para atender à carência evidente de mão-de-obra, tanto para fins agrícolas, como para a realização do programa industrial brasileiro. Pediam a vinda imediata de imigrantes em pequenos grupos selecionados, compostos de

agricultores e técnicos, ou operários qualificados, para os quais seriam suficientes as instalações já existentes, e de modo que pudessem ser prontamente distribuídos e encaminhados para os lugares em que mais se fizessem necessários. Deveria ainda ser assegurada a vinda, em número conveniente, de cientistas e professores.

1.5. Conclusão

No período aqui estudado, nada indica que houvesse alguma possibilidade de separação e rompimento entre as decisões e reivindicações formuladas pelo CIESP e pela FIESP. Enquanto a ACSP e a FCESP possuíam diferentes nomes em suas diretorias, apresentando apenas algumas coincidências, as diretorias do CIESP e FIESP eram idênticas.

Também poderia explicar o não rompimento entre o CIESP e a FIESP o fato de que essas duas entidades não tinham, nesse momento, motivos aparentes para divergir drasticamente. Pelo contrário, conseguiam lidar com as diferenças de reivindicações dos diversos setores por elas representados, de forma a não romperem a unidade necessária para a luta pela conquista de um objetivo comum: o crescimento e o desenvolvimento do parque industrial brasileiro.

Já as entidades de representação dos empresários comerciais tinham como sócios setores que necessitavam do estímulo de *políticas contrastantes* para promoverem seu desenvolvimento. Por exemplo, a política cambial exigida pelos setores do comércio ligados à exportação era contrária aos interesses dos setores que lidavam com a comercialização interna de seus produtos e, principalmente, aos do setor ligado à importação de produtos estrangeiros. Talvez por essa configuração interna específica da burguesia comercial, tornou-se impossível, depois de um certo tempo, manter a sua união num mesmo órgão de representação política¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Ver a esse respeito, COSTA, 1995.

2. A Burguesia industrial paulista e a política econômica e social do governo

2.1. Introdução

Nosso objetivo, neste tópico, não é fazer uma retrospectiva geral da política econômica e social implementada no governo Dutra; e sim, estudá-la de forma a verificarmos qual a avaliação o empresariado paulista fazia das medidas tomadas pelo Estado, em algumas das áreas que afetavam o desenvolvimento da indústria brasileira.

Tentaremos esclarecer também que relações os industriais paulistas mantinham com as instituições do Governo Federal, como os Ministérios e Conselhos, bem como com a própria Presidência da República.

Nossa principal fonte de informação, para resgatar o posicionamento dos industriais paulistas, é o material encontrado nos arquivos do CIESP/FIESP, em que as medidas que estavam sendo implementadas pelo governo são debatidas e comentadas.

2.2. Relações com o Estado

A análise dos documentos coletados nos levou a concluir que o empresariado industrial era um grupo de pressão muito forte junto ao governo Dutra. Não se contentando em pressionar o Senado e a Câmara dos Deputados para a aprovação de medidas que de alguma forma pudessem favorecê-los, muitas vezes o grupo enviava seus representantes para negociarem diretamente com o Ministro da Fazenda ou mesmo com o próprio Presidente da República.

Um exemplo dessa prática é uma das discussões, registrada na Circular do CIESP/FIESP em 27/04/49¹¹⁰, sobre a busca de soluções para os atrasos que estavam ocorrendo no fornecimento, pelo governo brasileiro, de dólares para cobertura cambial. Nessa reunião, foi comunicado que Morvan Dias de Figueiredo, presidente do Centro e da

¹¹⁰ Circulares do Fiesp/Ciesp, 1949, n° 78, p.144.

Federação da Indústria do Estado de São Paulo, em visita recente ao Presidente da República, entre outros assuntos de grande interesse para a indústria, já lhe havia comunicado o problema que algumas empresas estavam enfrentando, devido à escassez de cobertura cambial para as compras no exterior. Muitos desses empresários ameaçavam paralisar sua produção se essa questão não fosse resolvida rapidamente. Dutra teria prometido providenciar uma rápida solução. Mesmo assim, ficou decidido que seria realizada uma reunião na Federação com o Ministro da Fazenda, o diretor da CEXIM e o diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil, para a discussão desse problema.

Sempre que o Governo Federal discutia algum assunto do interesse da burguesia industrial, era também prática comum, em todo o período Dutra, a direção do CIESP/FIESP procurar imediatamente os órgãos responsáveis e entregar sugestões a serem incorporadas à discussão. Outras vezes, o próprio Governo Federal convocava representantes do empresariado industrial brasileiro, para, em colaboração com os poderes públicos, buscarem a melhor solução para os problemas da economia nacional.

A burguesia industrial brasileira tinha um acesso relativamente fácil ao Presidente Dutra, mantendo com esse relações de cordialidade e, muitas vezes, de cumplicidade. Em visita do Presidente da República à CNI, em 07 de abril de 1948, Dutra elogia a ação que os industriais vinham desempenhando na solução dos problemas do país.

“É de justiça reconhecer (...) que a classe manufatureira do País tem demonstrado compreensão dos mais relevantes problemas de ordem econômica e social, assim como disposição e capacidade para colaborar na sua solução.”(Revista Industrial de SP, 1948, nº 41, Editorial)

Como exemplo do que afirmou, cita os trabalhos realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI)¹¹¹, obras que dignificariam seus autores e demonstrariam sua superior clarividência quanto à realidade brasileira.

Em 1946, assim que são encerrados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, os industriais ganham o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que é

¹¹¹ Discutiremos mais detalhadamente este assunto no item *A Burguesia industrial e o Proletariado*.

assumido por Morvan Dias de Figueiredo¹¹². Segundo documentos da época, a escolha agradou aos meios sindicais e trabalhistas do país, uma vez que esse nome teria sido sugestão feita, ao Presidente Dutra, pelo próprio líder do PTB na Câmara, o deputado Amaral Gurgel.

Morvan era visto por muitos como um autêntico representante da classe trabalhadora, pois teria iniciado sua carreira profissional como modesto trabalhador, ascendendo pelo esforço próprio à posição de relevo que ocupava nos meios produtores nacionais. Em setembro de 1948, por motivo de saúde, Morvan Dias deixa a pasta do Ministério do Trabalho, sendo substituído por Honório Monteiro¹¹³, que até março de 1947 ocupava o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

Segundo os documentos do CIESP/FIESP, Morvan Dias atendeu sempre que pode as reivindicações dos trabalhadores, pois, de certa forma, identificava-se com essa classe social. Porém, de acordo com o levantamento histórico feito no Cap. III desta dissertação, nos anos compreendidos entre 1946 e 1950, ocorreram diversas manifestações populares que buscavam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. No entanto, a maior parte dessas lutas não alcançou seus objetivos, sendo tratadas com muita violência pelas autoridades responsáveis.

Apesar da elevação dos preços de diversos produtos, a classe trabalhadora não conseguiu a aprovação de nenhum aumento que repusesse, de alguma forma, essa perda salarial. E além do mais, foi cassado o registro político de um dos partidos que a representavam, (o PCB); tendo se impedido a continuidade do mandato dos deputados e senadores eleitos por esse partido.

¹¹² Morvan Dias de Figueiredo ocupou o cargo de vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, de 1945 a 1946. Após o encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, ele toma posse no cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, onde permanece até setembro de 1948. Em janeiro de 1949, é eleito presidente da Fiesp e do Ciesp, onde fica até sua morte, em maio de 1950.

¹¹³ Graduado em direito, em 1919, pela Faculdade de São Paulo, foi eleito, em 1946, primeiro suplente de deputado pelo PSD/SP, em substituição ao titular Gastão Vidigal (PSD/SP), que renunciou ao posto para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda do governo Dutra. Assumindo o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em setembro de 1946, é designado presidente da Câmara dos Deputados. Ver mais sobre esse assunto em BRAGA, Sérgio S. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946*, vol. 2, p. 476; MONTEIRO, Honório. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1983)*, vol. 3, p. 2259.

2.3. *A Burguesia industrial e o governo*

Vejamos a postura política assumida pelos representantes da burguesia industrial paulista, diante do encaminhamento dado pelo Governo Federal a alguns dos principais problemas nacionais.

1º) Dutra deu uma atenção toda especial à questão das *Fontes de Energia*, pois havia no país uma crescente demanda não suprida pelos setores responsáveis por esse ramo de atividade.

Devido à escassez de *Energia Elétrica*, muitas vezes, o governo se viu obrigado a fazer campanhas de racionamento. Os empresários paulistas entendiam que esse procedimento comprometia a continuidade do crescimento da indústria brasileira. Por essa razão, pediam providências urgentes para o desenvolvimento dessa atividade.

Alegando que o Estado não possuía recursos suficientes para assumir essa tarefa, os empresários pediam que a legislação que regulamentava esse setor fosse modificada para tornar a atividade mais lucrativa e assim conseguir atrair para esse projeto capitais particulares nacionais e, principalmente, estrangeiros.

Os industriais se colocavam abertamente contra os nacionalistas, que queriam que o Estado assumisse imediatamente o setor de energia elétrica e criasse a “Eletrobrás”, que só conseguiu ser aprovada em 1961, quando sua criação passou a ser um negócio lucrativo para as empresas concessionárias que dominavam esse setor até o momento.

Segundo o CIESP/FIESP, entre os problemas que a legislação colocava aos investidores desse ramo de atividade, destacava-se o seguinte:

- A remuneração, limitada pela lei que regulamentava esse serviço, era mínima (10% sobre o capital), abrindo a possibilidade de desapropriação das empresas de eletricidade, por parte do poder público, dentro de 20 anos, pelo critério do custo histórico.

Com essa cláusula, os industriais paulistas alegavam que os capitais particulares não se sentiam atraídos para investir na exploração das nossas fontes de energia elétrica; e

as poucas empresas particulares que se dedicavam a esse ramo, tanto as nacionais como as estrangeiras, não se sentiam estimuladas a ampliar suas instalações.

Com relação ao *combustível*, em fevereiro de 1947, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) constituiu uma Comissão de Anteprojeto, presidida por Odilon Braga, para rever o decreto-lei de 1938, que estabelecia uma legislação de cunho nacionalista.

Dutra pretendia, com isso, lançar as bases para a admissão do capital privado, tanto nacional quanto estrangeiro, no setor da exploração do *Petróleo*. De caráter liberal, essa medida visava a ajustar, através de uma lei ordinária, o Estatuto do Petróleo à Constituição de 1946¹¹⁴. O anteprojeto foi concluído em novembro de 1947 e encaminhado ao Congresso em Fevereiro de 1948.

Durante os trabalhos da Comissão, que ficou responsável pela elaboração do novo Estatuto, teve início a *Campanha do Petróleo* - um amplo movimento político, de cunho nacionalista, que conseguiu mobilizar diversos setores da sociedade brasileira, na defesa da tese do monopólio estatal do setor petrolífero, e ficou famosa por seu slogan: “O petróleo é nosso”.

Em setembro de 1948, Dutra susta a tramitação do Estatuto. A resolução do problema do petróleo acaba sendo deixada para o plano SALTE (plano quadrienal de coordenação de despesas públicas nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia), que tinha sido encaminhado ao Congresso em maio de 1948.

Com relação ao problema da exploração do petróleo, o Presidente envia ao Legislativo, em 30 de setembro de 48, uma mensagem comunicando a resolução do Brasil de usar os fundos congelados, que possuía com alguns países estrangeiros, para a aquisição de refinarias¹¹⁵, além de material para a realização de obras na instalação já existente na Bahia, dobrando a sua capacidade diária de produção.

Para atender ao problema do transporte, Dutra ordena a aquisição de locomotivas e uma frota de navios tanques, de países europeus. Compromete-se, ainda, a

¹¹⁴Ver mais sobre esse assunto no livro: COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*, p. 107.

VICTOR, em *A batalha do petróleo brasileiro*, afirma que a versão final da lei a respeito das riquezas minerais feitas por Dutra, revogou os princípios nacionalistas da Carta de 1937 e restabeleceu os postulados liberais da Carta de 1934.

¹¹⁵No Editorial da Revista Industrial de SP de out./48, nº 47, é citada a intenção da aquisição, por parte do Brasil, de uma refinaria da França para ser instalada em Belém do Pará e duas outras da Checoslováquia para São Paulo e o Distrito Federal.

construir um oleoduto ligando Santos a São Paulo, que deveria ser explorado e administrado pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

A solução proposta por Dutra para o problema do petróleo, tão debatido no país, é considerada exemplar. Nas palavras de Nereu Ramos, esse fato “*bastaria por si só para fixar-lhe o nome entre os dos nossos grandes presidentes.*”¹¹⁶

A única ressalva feita pelos industriais paulistas ao encaminhamento que Dutra estava dando a essa questão dizia respeito à localização da primeira Refinaria de Petróleo nacional. Pediam que não fosse instalada no Distrito Federal, como era cogitado até o momento, mas em São Paulo, mais precisamente nas proximidades de Santos, porque esse Estado era o maior consumidor de derivados de petróleo. Argumentavam que a instalação da refinaria no Distrito Federal multiplicaria as operações de carga e descarga dos produtos destinados a São Paulo, o que provocaria um encarecimento dos derivados e, conseqüentemente, um aumento do próprio custo de vida do país¹¹⁷.

O presidente da República atende prontamente ao pedido de mudança do lugar da instalação da refinaria de petróleo, tal como fora solicitado pelos industriais paulistas.

2º) No que diz respeito à ***Regulamentação do Comércio Exterior***, os industriais paulistas pareciam satisfeitos com o regime de licença prévia instaurado por Dutra em 23/02/48, bem como com as prorrogações que essa lei sofreu em 1949, pois entendiam que seus interesses de classe estavam sendo garantidos por essa legislação.

Em abril de 1950, a CNI solicita ao Departamento Federal de Compras os critérios que estão sendo utilizados para selecionar o que vai ser adquirido. Obtêm como resposta que:

“A legislação que rege as atividades do Departamento Federal de Compras não institui, formalmente, a preferência pelos artigos de origem nacional, nas compras que se processam. Entretanto, na prática, consideradas as especificações técnicas e verificadas a igualdade de condições, este Departamento Federal de Compras, tendo em conta recomendações do Sr. presidente da República, vem, há muito, prestigiando a produção indígena, decidindo pela sua aquisição.”(Boletim Inform - 24/abr/50)

¹¹⁶ Revista Industrial de SP, nº 27 – Editorial.

Porém, no artigo 2º do Capítulo 1 do regime de licença prévia, fica estabelecido que as mercadorias que têm “...possibilidade de serem produzidos no país em igualdade de características tecnológicas e condições satisfatórias de preços...”¹¹⁸ não conseguirão licença para importação. Fica aqui explícita a proteção que essa lei oferece à indústria brasileira.

Os industriais reivindicavam a continuidade da existência de medidas protecionistas que salvaguardassem a produção nacional frente à concorrência estrangeira. Diziam que “...só não gritam, só não protestam ou só não fazem restrições a essa invasão as sensibilidades de crocodilo que gostam de fazer-se de liberais à custa do futuro da nacionalidade.”¹¹⁹ Daí o seu slogan:

CONSUMIR

É um dever de patriotismo

PRODUTOS

É contribuir para o desenvolvimento da nossa produção

NACIONAIS

É ajudar a libertação econômica do Brasil

Boletim Informativo Ciesp/Fiesp - 25/set./50.

Percebemos com isto que os industriais apelavam para os sentimentos patrióticos dos cidadãos, para justificar a necessidade da continuidade de medidas protecionistas para as empresas brasileiras, afirmando que só com o desenvolvimento da indústria nativa é que futuramente o Brasil conseguiria alcançar a completa emancipação de sua economia. Para justificar sua postura, alegavam que inclusive as economias do primeiro mundo haviam adotado, no início de sua industrialização, medidas protecionistas para assegurarem o desenvolvimento de sua indústria nacional.

¹¹⁷ Circulares do CIESP/FIESP de 31/08/49.

¹¹⁸ Boletim Informativo do Ciesp/Fiesp, n 10 - 12/dez/49.

¹¹⁹ Artigo de Jorge Martins Rodrigues - Revista. Ind. - nov./45

Numa avaliação geral do Centro e da Federação das indústrias paulistas, em março de 1950, em relação ao governo Dutra, chegam à conclusão de que:

“A questão da licença prévia, tão angustiante em certo momento, foi resolvida por meio de uma lei pleiteada esforçadamente pela Federação e pelo Centro, lei em que veio atender, de modo satisfatório, às reivindicações das indústrias.”(Boletim Informativo Ciesp/Fiesp - n 25)

Em relação a algumas críticas que a burguesia industrial vinha recebendo da opinião pública, por apoiar a continuidade das tarifas aduaneiras, alegavam que essa tinha mais um caráter fiscal do que protecionista. Portanto, era injusta toda acusação endereçada à burguesia industrial brasileira em função da existência do imposto de importação, pois esse tributo não teria outra finalidade que a de conseguir recursos para o Tesouro Nacional.

2.4. Planos Econômicos de 1946 a 1950

2.4.1. Os principais planos do governo Dutra para o encaminhamento das grandes questões da economia brasileira foram:

PLANO SALTE- Projeto apresentado por Dutra ao Congresso Nacional em maio de 1948, que tinha como objetivo resolver os problemas relacionados com a Saúde (S), Alimentação (AL), Transporte (T) e Energia (E). Ele só foi aprovado dois anos depois, em 1950, mas segundo Sônia Draibe, contentou poucos.

Em todo o material analisado nos arquivos do CIESP/FIESP, não encontramos nenhum pronunciamento a respeito desse assunto. Parece que os industriais simplesmente ignoraram esse programa elaborado por Dutra.

Uma das explicações para esse fato¹²⁰ é a de que esse projeto teria descontentado a iniciativa privada, porque possuía um caráter social e comercialmente não vantajoso. A CNI (Confederação Nacional da Indústria) teria contestado a viabilidade financeira do plano, afirmando que para ser posto em execução precisaria sofrer transformações radicais.

MISSÃO ABBINK- Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 sob a direção de João Abbink¹²¹ (representante dos EUA) e Otávio Gouveia de Bulhões (representante do Brasil). Tinha como objetivo estudar os problemas nacionais com vistas à obtenção de um auxílio norte-americano, que promovesse a dinamização do desenvolvimento da economia brasileira.

Na verdade, essa comissão tinha o desejo de elaborar para o Brasil, um plano do teor do “Plano Marshall”. Eles recomendavam a injeção de capital estrangeiro nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do nosso país, como combustível, energia e mineração. Os industriais paulistas fizeram todo o esforço ao seu alcance, para que esse projeto se concretizasse -vários técnicos do Conselho de Economia da CNI eram membros efetivos da Missão Abbink- mas nada conseguiram realizar. Como não obtiveram nenhum empréstimo, ou financiamento, para a execução desse projeto, ele não saiu do papel.

2.4.2. O plano internacional que mais mobilizou a atenção do empresariado industrial brasileiro foi:

PLANO MARSHALL - Surge destinado a reestruturar a Europa Ocidental economicamente, socialmente e politicamente, no imediato pós-guerra. Nessa reabilitação econômica, a América Latina é convocada para contribuir com o fornecimento de produtos agrícolas e da indústria extrativa, além do fornecimento de matérias-primas. A América Latina arcaria com o financiamento da exportação, assim como ocorreria com os Estados Unidos.

Os industriais paulistas afirmavam que o Brasil, assim como outros países latino-americanos, não tinham condições de arcar sozinho com as despesas de exportação, uma vez que tal decisão lhes traria grandes prejuízos financeiros. Baseados nesses

¹²⁰ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, p. 2781.

¹²¹ Veio para o Brasil a pedido do nosso governo para auxiliar os membros brasileiros da Comissão Mista a dinamizar nossa economia. (Revista Ind. SP - n 50)

argumentos, os industriais paulistas, representados principalmente por Roberto Simonsen, eram totalmente contra o Plano Marshall, pois avaliavam que esse projeto estava destinado a favorecer unilateralmente os países Europeus, não tendo a menor preocupação com o desenvolvimento dos países da América Latina. Consideravam que reequipar o homem europeu e manter e agravar a pobreza latino-americano configurava uma grande injustiça social¹²².

Simonsen defendia que a América Latina deveria pleitear que o Plano Marshall também atendesse as aspirações políticas, econômicas e sociais do homem latino-americano e não só a do homem europeu.

Em 1950, os industriais paulistas voltam a falar sobre o Plano Marshall, agora reclamando da ajuda indireta que esse programa começou a oferecer à África, para o desenvolvimento de produtos agrícolas, que também eram produzidos e exportados pelo Brasil. Avaliavam que tal ajuda, a longo prazo, enfraqueceria o poder de venda dos países da América Latina, o que conseqüentemente diminuiria seu poder de compra:

"...no Plano Marshall fomos mesquinamente tratados. Para a Europa, deu-se tudo. Sua vida econômica e industrial está de tal maneira fortalecida que já pensam alguns países em programas audaciosos de concorrência com os Estados Unidos. Para a América Latina, nada se deu."(Boletim Informativo -nº28, p.2)

¹²² Simonsen, Roberto *O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina*.

2.5. Postura assumida pelos industriais paulistas em relação a medidas que vinham sendo adotadas pelo Estado no que diz respeito a:

FONTES DE ENERGIA

Petróleo	<ul style="list-style-type: none">• queriam uma solução rápida para esse problema;• eram a favor da abertura desse ramo de atividade para o capital nacional e estrangeiro;• eram contra os nacionalistas que defendiam o monopólio estatal do setor petrolífero.
Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none">• queriam o desenvolvimento rápido desse setor para acabar com o racionamento de energia que vinha sendo imposto pelo governo;• acreditavam que o Estado não possuía recursos suficientes para assumir essa tarefa;• pediam que a legislação que regulamentava esse setor fosse modificada para torná-lo atraente aos capitais particulares, tanto nacionais como estrangeiros;• colocavam-se contra os nacionalistas radicais.
outros	<ul style="list-style-type: none">• preocupavam-se em procurar saber sobre as pesquisas que vinham sendo feitas no mundo na busca de outras possíveis fontes de energia que pudessem vir a substituir futuramente o emprego do petróleo e da energia elétrica, por exemplo: <i>energia atômica e energia solar</i>¹²³.

REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Protecionismo	<ul style="list-style-type: none">• lutavam pela continuidade das leis alfandegárias que protegiam a indústria nacional;• nessa questão eram a favor dos nacionalistas. Afirmavam que a defesa da indústria brasileira era a única possibilidade de futuramente conseguirmos a emancipação da economia do país;• eram contra a liberalização da economia brasileira à importação de produtos estrangeiros.
---------------	--

¹²³ Revista Industrial de São Paulo - Ano III, março/47, nº 28 e nov/47, nº 36.

PRINCIPAIS PLANOS SURGIDOS ENTRE 1946 E 1950

Plano Salte	<ul style="list-style-type: none">• Parece que os industriais paulistas procuraram ignorar esse programa elaborado por Dutra, pois não encontramos, em todo o material analisado nos arquivos da CIESP/FIESP, nenhum documento que tocasse nesse assunto.
Missão Abbink	<ul style="list-style-type: none">• Empenharam-se bastante para que esse projeto fosse adiante, fornecendo, inclusive, vários técnicos do Conselho de Economia da CNI para serem membros efetivos da Comissão que dirigia esses estudos, mas não conseguiram colocar esse plano econômico em prática, porque nenhum dinheiro foi liberado por parte dos Estados Unidos.
Plano Marshall	<ul style="list-style-type: none">• Os industriais paulistas foram totalmente contra esse projeto, pois avaliavam que ele visava a beneficiar unilateralmente os países europeus às custas de um grande ônus financeiro para as economias dos países latino-americanos;• Pleiteavam que o Plano Marshall se estendesse à América Latina, para que os países desse continente não apenas dessem, mas também recebessem alguma ajuda em troca do auxílio que iam prestar à Europa, ajudando-a a refazer-se dos prejuízos causados pela guerra.

2.6. Conclusão

Os industriais paulistas ficaram satisfeitos com a política econômica e social implementada pelo governo Dutra, posto que consideravam que a maior parte de seus interesses de classe estavam sendo assegurados. Através de uma atuação lobística junto ao Estado, a burguesia industrial paulista pressionava o Senado, a Câmara dos Deputados, alguns Ministros, e o próprio Presidente da República para a aprovação das medidas que eram do seu interesse. Também procurava participar, de forma direta ou indireta, dos Conselhos que seriam responsáveis pela solução de alguns dos problemas que o país enfrentava. Chegaram inclusive a ganhar, em 1946, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Já no que diz respeito à sua relação com os nacionalistas, a burguesia industrial paulista divergia em muitos aspectos da forma como eles acreditavam que deveriam ser encaminhadas as questões que diziam respeito ao desenvolvimento econômico do país, como o caso da Energia Elétrica e do Petróleo. Enquanto os nacionalistas estavam preocupados em criar as condições necessárias para o Brasil desenvolver-se de forma autônoma, os empresários industriais preocupavam-se apenas com que fosse garantido o desenvolvimento de uma infra-estrutura no país que permitisse uma rápida expansão de seus negócios. E para que esse projeto fosse implementado, não se importavam com a procedência do dinheiro -capital estrangeiro, nacional ou misto- desde que houvesse investimento.

Essa divergência de concepção evidencia, mais uma vez, que, no Brasil pós-30, configura-se a existência não de uma *burguesia nacional*, e sim de uma *burguesia interna*. Uma *burguesia nacional* tenderia a apoiar o projeto de industrialização reivindicado pelos nacionalistas, porque é sua característica engajar-se na luta antiimperialista e pela liberação nacional. Já uma *burguesia interna* se mantém a distância desse tipo de luta política, e desvincula o desenvolvimento da economia do país da conquista de uma maior autonomia política.

Essas diferenças de perspectivas faziam com que os nacionalistas e os industriais paulistas lutassem pela implementação de dois projetos de industrialização, que coincidiam em alguns pontos, mas divergiam drasticamente em outros. Na verdade, a burguesia industrial paulista só apoiou os nacionalistas na luta pela continuidade da

existência de medidas protecionistas frente à concorrência estrangeira. Com relação a essa questão, o empresariado industrial apela para os sentimentos patrióticos do povo brasileiro, afirmando que consumir produtos nacionais é “*ajudar na libertação econômica do Brasil*”.

Duverger alerta, porém, para que não se confunda esse discurso com os objetivos buscados pelos partidos nacionalistas, pois não se trata da luta pela futura conquista da independência nacional, mas, na maior parte das vezes, de um método utilizado, pelas classes conservadoras, para tentar camuflar “...*a dominação de uma classe sobre a outra*”¹²⁴, através do desenvolvimento artificial de uma solidariedade nacional. E isso ocorreria porque é importante a conquista do apoio da opinião pública, uma vez que ela é uma força de pressão muito forte junto ao Estado. Nas palavras de Duverger:

“O poder leva em conta a opinião pública, em todos os regimes; na democracia ainda mais, pois as eleições repõem periodicamente o poder em questão. Assim, agindo-se sobre o público, pode-se indiretamente, agir sobre o poder.”(DUVERGER, 1966:461)

Portanto, o apelo dos industriais paulistas aos sentimentos nacionalistas da população não indicava uma adesão ao projeto de desenvolvimento econômico dos nacionalistas. Tal apelo resultava antes de uma estratégia política que visava, através da conquista do apoio da opinião pública, fortalecer a sua capacidade de pressão sobre o aparelho de Estado.

3. A Burguesia industrial paulista e o proletariado

3.1. Introdução

Uma das maiores preocupações do empresariado industrial, no período estudado, foi, sem dúvida, a classe trabalhadora. Não podemos esquecer que o governo Dutra foi marcado pelo início da guerra fria e, conseqüentemente, por um grande medo do avanço do movimento comunista. Ocorreram, nesse período, diversas greves e paralisações que reivindicavam, entre outras coisas, o reajuste dos salários de acordo com a inflação¹²⁵.

O governo federal, assim como o empresariado brasileiro, não ficou apático diante dessa situação e tomou uma série de medidas para tentar resolver os impasses que se colocavam. Porém, uma dúvida que nos surge ao estudarmos essas questões é: Será que a burguesia industrial paulista e o Estado tinham a mesma visão sobre como deveriam ser encaminhadas as questões que diziam respeito ao proletariado?

Tentar responder a essa pergunta é uma das preocupações que norteia a elaboração do nosso trabalho. Através da análise dos textos e das falas presentes na Revista Industrial de São Paulo, no Boletim Informativo e em todos os documentos encontrados da época, buscamos traçar o perfil da posição política assumida pela burguesia industrial paulista e verificar em que medida as suas ações coincidiam com as providências que o Estado estava tomando.

Buscamos aqui caracterizar o modo pelo qual o empresariado industrial se posicionou diante das reivindicações de seus empregados, bem como de alguns dos direitos que foram assegurados aos trabalhadores pela CLT; e tentaremos arrolar as medidas que adotou para impedir que a insatisfação tomasse conta da classe trabalhadora.

¹²⁴ DUVERGER, 1966:420

¹²⁵ Ver mais sobre este assunto no Cap. III desta dissertação: "*Contexto Histórico*".

3.2. A Burguesia e a Classe Trabalhadora

Os industriais paulistas tiveram um amplo controle sobre o principal órgão oficial que regulava a relação de trabalho entre empregado e empregador, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio¹²⁶.

No que dizia respeito a alguns dos principais problemas que atingiam a classe trabalhadora, tinham o seguinte discurso:

3.2.1. Fadiga, Acidente de Trabalho

Preocuparam-se bastante com a questão da fadiga, cujas conseqüências eram a queda do rendimento da produção e o aumento do número de acidentes de trabalho.

Entre os artigos publicados na Revista Industrial de São Paulo, que tratavam desse assunto, destacam-se os textos escritos por Salvio Olyntho de C. Arruda e H. Veiga de Carvalho. Eles procuram esclarecer os industriais sobre as manifestações da fadiga física e mental, mostrando como e onde ela se manifesta e por que ela surge. Para isso, fazem uma descrição minuciosa desse fenômeno e apresentam os resultados das últimas pesquisas realizadas nessa área.

Afirmam que, em qualquer tipo de trabalho, o empregador deve sempre, se quer garantir uma alta produtividade à sua atividade, procurar esclarecer-se sobre o máximo de tempo em que pode submeter o seu operário ao trabalho intenso, sem que isso lhe traga aumento no número de acidentes, ou mesmo deixe o trabalhador fatigado, e, portanto, sem condições de ser eficiente na atividade que exerce. Para que isso ocorra, deve:

“Em primeiro lugar, procurar estabelecer cada trabalhador na tarefa para a qual seja mais apto, física e psiquicamente; a orientação profissional e o estudo biotipológico do trabalhador são necessidades fundamentais e primitivas na solução deste sobressaliente problema (...). Em segundo lugar, tender para uma racionalização mais inteligente do trabalho, quanto à forma

¹²⁶ Logo depois de encerrados os trabalhos da Constituinte de 1946, os industriais ganham esse Ministério que é ocupado por Morvan Dias, que permanece nele até 1948, quando é afastado para cuidar de problemas de saúde.

por que o mesmo se leva a cabo, e quanto aos períodos em que ele é executado.”(Revista - dez/48 - n 49 – fala de H. Veiga de Carvalho)

Chamam a atenção para a importância de educar-se eficientemente o trabalhador, para que ele melhor exerça suas funções. O treino condicionaria, através do aprendizado, a coordenação racional dos movimentos, o que traria como conseqüências uma melhor adaptação e um maior rendimento¹²⁷.

Ressaltam, ainda, a necessidade dos repouso intercalares, o que, aliás, já estaria previsto no artigo 383, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Com relação ao cap. XIV, da nova lei de acidentes de trabalho, que trata da readaptação profissional e do reaproveitamento do empregado acidentado, H. Veiga de Carvalho considera que desenvolver esse tipo de atividade com os trabalhadores que foram afastados devido a acidentes no trabalho, é de vital importância, visto que transforma o indivíduo que já havia se tornado um peso morto para a sociedade, novamente, numa força produtiva para a nação:

“...aquele *incapacitado* é de novo um *elemento útil*.”¹²⁸

3.2.2. Habitação

Entendiam que era de vital importância que todos os trabalhadores morassem nos conjuntos residenciais operários construídos pelos industriais. Porém, já em 1945, não estavam conseguindo construir casas para todos, o que consideravam um grande problema, pois avaliavam que esse era um dos aspectos que mais interessava à ***segurança e consolidação da Paz Social***.

Acreditavam que, no campo da previdência social, foi totalmente acertado o decreto-lei n 4.508, de 23/07/42, que assegurou, aos empregadores da indústria o direito de obter, junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, financiamento para a construção de conjuntos residenciais operários. No entanto, pediam para que o governo

¹²⁷ Dessa preocupação surge o SENAI e o SESI.

¹²⁸ Revista - abr/46 - n 17. (Grifo nosso)

umentasse o valor concedido para a construção de cada unidade residencial, pois o valor até então recebido já estava defasado em relação aos custos.

Também solicitavam que fosse diminuído o número mínimo exigido por núcleo habitacional de 50 para 20 unidades, para que esse financiamento ficasse acessível à pequena indústria que, segundo eles, era o tipo de empresa predominante no parque manufatureiro e que mais precisava recorrer ao financiamento.

A construção de conjuntos residenciais operários, segundo os estudos de Palmira Teixeira, faz parte de uma estratégia patronal que visa à garantia de uma força de trabalho estável e disciplinada. Além de resolver o problema de fixação da mão-de-obra especialmente diferenciada, e facilitar a preparação dos filhos dos operários que moram na vila, reduzindo o custo da substituição da força de trabalho¹²⁹, os empresários industriais utilizam-se da difusão da propriedade, no seio da classe operária, como instrumento de estabilização da sociedade.

Com o surgimento das vilas operárias, os patrões passaram a controlar os seus empregados, não só no serviço, mas agora também nas suas horas de lazer, interferindo na própria organização e educação de suas famílias, uma vez que a maior parte desses tipos de moradia oferecia assistência pedagógica com professores treinados para orientar, como e onde as crianças que ali viviam deveriam brincar, que valores seriam reforçados e quais condutas punidas, além de, muitas vezes, possuir assistência médica, odontológica, etc. Nas palavras de Palmira Teixeira:

“A vila operária, ao mesmo tempo que dá ao empresário a garantia de uma mão-de-obra estável, facilita-lhe a imposição de um estilo de vida, através de um código de conduta que extrapola os limites da fábrica e alcança os trabalhadores em sua intimidade, em seu lar, em seu lazer, como um novo campo de moralidade e vigilância.”(Palmira, 1989:129)

O assistencialismo do patrão é, na verdade, um projeto racional de moldagem do novo trabalhador, em que se introjetam no universo operário, de maneira sutil, os valores burgueses.

¹²⁹ Ver mais sobre este assunto na tese de TEIXEIRA, Palmira. *Pensamento e Ação do Industrial Jorge Street (1894-1939)*, Cap. III. “Jorge Street e a sistematização do controle da mão-de-obra: a vila operária Maria Zélia.”

Todo o cuidado com o tratamento e a educação da família do operário serve também para “proteger” a classe trabalhadora da “contaminação” dos ideário comunista, além de gerar um sentimento de lealdade pessoal nos mesmos.

3.2.3. Pauperismo

Requisitavam a solidariedade internacional para ajudar na busca de uma solução para o problema do pauperismo que assolava diversos países. Consideravam que ficava cada vez mais difícil manter a **Paz Social**, enquanto perdurassem, e mesmo se acentuassem, as enormes desigualdades existentes entre os níveis de vida de certas populações.

Armando de Arruda Pereira, chega a afirmar que:

“... podemos compreender que, de fato, a fome, a miséria e a doença são os maiores obstáculos à conquista da paz.” (Boletim Inform. -n 57 - nov/50 - Editorial)

3.2.4. Aumento Salarial

Ocorreram diversas greves no governo Dutra. Em sua grande maioria, esses movimentos reivindicavam que o salário dos trabalhadores fosse reajustado de acordo com a inflação, para que o seu valor não ficasse defasado e, assim, não ocasionasse uma baixa no padrão de vida da classe operária.

Os empresários, apesar de admitirem que estava havendo no país um encarecimento do custo de vida, alegavam que não podiam repassar esse aumento para o salário do trabalhador, pois isso ocasionaria uma elevação da inflação. Um dos discursos que sustentava essa tese fazia uma distinção entre¹³⁰:

- **Salário nominal:** a quantia em dinheiro recebida pelo trabalhador - o ganho efetivo.
- **Salário real:** o poder aquisitivo da remuneração recebida pelo trabalhador, ou seja, o que o salário pode proporcionar ao operário e sua família.

¹³⁰Artigo contido na Revista Industrial de São Paulo de agosto de 1946.

A partir dessa separação, *os industriais paulistas defendiam uma política patronal de assistência ao trabalhador no nível da empresa*. Afirmavam que era mais vantajoso para o trabalhador ter fixo o *salário nominal* e ter um aumento no *salário real*, com direito aos serviços de assistência social prestados pelos patrões, como: postos de abastecimento de gêneros alimentícios, habitações populares, restaurantes operários, serviços médico-farmacêutico-hospitalar, etc.

Pediam que os empregados tivessem calma e paciência, pois não havia um culpado para a crise que o país atravessava. Na verdade, essa situação seria fruto da guerra que assolou o mundo, trazendo “...*ruína, desolação, miséria e a orfandade*”.¹³¹ Portanto, só o espírito de *solidariedade universal e compreensão humanitária* seria capaz de evitar que essa crise se prolongasse e trouxesse ainda mais sofrimento para a população:

“... *devem empregados e empregadores, num esforço de confiança mútua, realizar uma obra capaz de assegurar a tão necessária Paz Social para a solução de nossas crises econômicas e extirpação do pauperismo generalizado que nos domina.*”(Revista Industrial de São Paulo - *Editorial* - jan./46, n° 14)(grifo nosso)

Aconselhavam a classe proletária a não se deixar envolver pelos *provocadores especializados em excitar as massas inquietas*¹³², já que esses não tinham outro intuito a não ser a promoção da destruição da economia brasileira:

“*Bastaria citar, para que mesmo os ingênuos e os incautos vissem, com os seus próprios olhos, toda a malícia comunista na urdidura de um plano para levar ao colapso a economia brasileira - ‘do desespero econômico e social ao Poder’ é a fórmula ideal dos comunistas - pois todas as greves, que a insídia comunista trama, deflagram nos centros vitais da produção e do abastecimento dos grandes mercados de consumo.*”(Revista Industrial São Paulo - *Editorial* - abr/46, n 17)

¹³¹ Revista Industrial de São Paulo - *Editorial* - jan/48, n 38.

¹³² Termo usado diversas vezes pelos industriais para caracterizar os líderes políticos das greves (Rev Ind. SP jan/46 - n 14)

3.3. A Burguesia e os Direitos Trabalhistas

Em relação aos *direitos trabalhistas* assegurados pela *Constituição* de 1946, os industriais paulistas tinham o seguinte discurso:

3.3.1. Direito de Greve¹³³

Elogiaram o decreto-lei de Dutra, que, ao regulamentar o direito de greve, praticamente proibiu essa prática política. Consideravam que esse foi “...um instrumento sensato e de ampla compreensão jurídica do fenômeno...”¹³⁴.

Argumentavam que, naquele momento, admitir-se, livremente, o direito de greve seria uma temeridade, em face de grupos que estavam interessados no advento de um ambiente de desentendimento e de discordia, propiciando condições ideais para a dissolução violenta das tradicionais instituições políticas e sociais.

No artigo de Waldemar Gola intitulado *Soluções para as greves*, ele reafirma que é muito mais valioso e eficaz, para o trabalhador, ter direitos parcialmente incorporados ao seu contrato de trabalho¹³⁵, do que conseguir um aumento salarial. Portanto, essa era uma luta injusta e ineficaz.

A partir dessas observações, acrescenta que:

“Não é compreensível, portanto, que em face dessas garantias efetivas, reais, continue a persistir um direito fictício e vão, como é o da greve sem método nem finalidade.” (Revista Ind. SP - set/48 - n 46)(grifo nosso)

Em toda publicação emitida pelo CIESP/FIESP, a *greve* era considerada uma *anomalia* que deveria ser extirpada, uma vez que não se tratava de um movimento reivindicador de novas vantagens para as classes trabalhadoras, mas de um movimento de cunho político, guiado por forças políticas alienígenas, estimuladoras da luta de classe.

¹³³ Este direito foi assegurado no Cap II, título V, artigo 158: “É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.”

¹³⁴ Revista Industrial de São Paulo, nº 15, fev/46 - Editorial.

¹³⁵ Como férias, estabilidade no emprego, aviso prévio, previdência social, seguro contra acidentes, etc.

Segundo essa interpretação, os movimentos grevistas seriam “...*mais fruto de exploração demagógica, do que propriamente decorrentes de dificuldades existentes.*”¹³⁶

3.3.2. O Trabalho na Constituição de 1946¹³⁷

O empresariado industrial elogia a nova constituição no que se refere à legislação sobre o trabalho, principalmente a parte em que prega que a ordem econômica se organize segundo os princípios da **justiça social**:

“É louvável o preceito. E louvável sobretudo numa época em que ideologias insufladas de violência, querem chegar aos fins através de todos os meios. Entre todos estes meios, evidentemente, inclui-se aquele que, em povos mais infelizes, já desabou nos resultados esperados de convulsão, dor e desespero - o das lutas de classes.”(texto de H. Veiga de Carvalho na Revista Ind SP, out/46 - nº 23)

Afirmam que, no Brasil, a ordem econômica deve guiar-se por **políticas conciliatórias**, dentro de princípios de **Justiça social**, e que promovam a **harmonia** e a **cooperação** entre empregadores e empregados.

3.3.3. Participação do trabalhador no lucro da empresa¹³⁸

Existem diferentes opiniões sobre esse assunto, porém, a divergência nas posições defendidas é muito mais formal, do que real. Para que essa lei fosse aplicada, o empresariado teria que permitir que o governo e os empregados tivessem acesso ao real custo da produção e ao montante da mais-valia que é gerada pelo processo produtivo. Ou seja, teria que prestar contas da sua contabilidade, tanto para o governo, como para a sociedade. E isso é impensável para a classe dominante.

¹³⁶ Revista Industrial de São Paulo - Editorial -jan/48 - n 38.

¹³⁷ Cap II, Título V, artigo 145, na parte intitulada “Da ordem econômica e social”

¹³⁸ Cap II, Título V, artigo 157, item IV: “Participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar”.

Portanto, quando surgiam alguns discursos concordando com a existência dessa lei, defendiam a continuidade de uma *política de assistencialismo e gratificação por produção no nível da empresa*, como já vinha ocorrendo em diversos ramos da produção.

A discussão sobre as mudanças de postura que o empresariado precisaria promover para colocar essa lei em prática não foi encontrada em nenhum dos documentos aos quais tivemos acesso. Trata-se, na verdade, de uma problemática em que ninguém, do meio industrial, sequer ousava tocar.

Para termos uma idéia mais precisa de como a discussão sobre esse assunto acabava sendo encaminhada, apresentaremos aqui duas opiniões divergentes. A primeira, que diz concordar com a aplicação dessa lei e defendê-la; e a segunda, que a considera um abuso de direito, uma regressão nas leis do trabalho. No entanto, verificaremos que, no fundo, nenhuma defende realmente a “participação do trabalhador no lucro da empresa”:

- Roberto Pinto de Souza¹³⁹, ressalta a necessidade de o industrial brasileiro pensar seriamente em fazer com que os operários de sua fábrica tenham participação no lucro da empresa, pois essa é uma das formas de se evitar a união da classe trabalhadora contra a classe proprietária, na luta pela destruição das injustiças sociais presentes na sociedade capitalista. Seria uma maneira de “anular” os elementos de desigualdade presentes no capitalismo, e que vários autores já apontavam como os fatores que, a longo prazo, levariam esse tipo de sociedade a sua autodestruição. Essa medida é, portanto, encarada como uma forma de prolongar o tempo de vida do sistema capitalista, pois *promoveria a harmonia entre o capitalista e o operário*:

“Patrões e operários passariam a ter interesses comuns e o processo de luta substituir-se-ia por um processo de colaboração.”(Roberto Pinto de Souza, em Revista Industrial de SP, ago/46, p.20)

Seria, também, um estímulo para o operário se dedicar o máximo ao seu trabalho, aumentando, assim, a produtividade, pois, quanto mais a empresa lucrasse, maior seriam os ganhos dos empregados.

¹³⁹ Artigo publicado na Revista Industrial de SP de 1946.

No **Brasil**, Souza considera que, devido às especificidades da economia, a melhor maneira de os industriais brasileiros promoverem a participação dos empregados no lucro das empresas é a que já vinha sendo aplicada, com muita eficiência, há algum tempo, ou seja: a formação de *fundos de assistência social e o sistema de gratificações anuais*.

Ressalta que alguns opositores dessa teoria acreditam que o melhor a se fazer era pagar um salário justo ao trabalhador. Porém, Souza afirma que, como não podemos colocar como justo salário o chamado mínimo fisiológico de existência, e o mínimo psicológico é quase impossível de ser precisado, uma vez que varia de classe para classe e de momento para momento, a determinação do salário justo de um trabalhador torna-se uma grande utopia.

- Dorval Lacerda¹⁴⁰ faz as seguintes objeções à existência desse artigo na Constituição de 1946:

I- Cobra uma lei ordinária que esclareça melhor o que está se entendendo por participação obrigatória e direta, e explicita os conceitos de trabalhador, de empresa e de lucro. Para elucidar esse ponto, questiona se um profissional liberal, que preste serviço a uma empresa qualquer, é considerado funcionário da mesma e, portanto, teria também direito à participação nos lucros, ou não.

II- Pergunta: Que movimento operário lutou pela formulação dessa lei? Na sua opinião, a classe trabalhadora nunca reivindicou essa medida, portanto, não vê grandes vantagens na sua aplicação.

III- Considera que, se o trabalhador passar a ter participação nos lucros, tornar-se-á um associado da empresa. Neste sentido, ele tanto deverá lucrar com a prosperidade dos negócios, como deve sofrer com o seu fracasso.

Acredita que, como a lei estava elaborada, o trabalhador desfrutaria de mais vantagens do que o empregador, pois ganharia quando a empresa prosperasse, mas não sofreria o ônus dos seus dias de aperto financeiro.

¹⁴⁰ Artigo publicado na Revista Industrial de SP, de jan/47.

3.3.4. Repouso semanal remunerado¹⁴¹

Apesar de a Lei Constitucional de 1946 estabelecer que o empregado tinha direito ao repouso semanal remunerado, os empregadores conseguiram segurar a aplicação dessa lei até meados de 1948.

Os industriais paulistas alegavam que essa legislação reclamava uma lei ordinária para que pudesse ser aplicada, sem que nenhuma das partes tivesse seus direitos feridos. Provavelmente, referiam-se aqui aos direitos dos empregadores, que se veriam obrigados a arcar com mais esse custo em relação aos seus funcionários. Diziam que “...cumprir um estatuto básico não é precipitar-se em interpretá-lo literalmente”¹⁴²

Em junho de 1948, pressionados por movimentos políticos e temerosos de que as reivindicações se avolumassem, vindo a provocar a revolta de seus empregados, os industriais mudaram sua postura e passaram a afirmar que, seguindo o conselho do senador Roberto Simonsen, e em solidariedade ao momento delicado que o país atravessava, antecipar-se-iam a uma medida do governo e passariam a pagar o descanso semanal que, embora constasse da Carta Magna, não estava ainda em vigor por falta de lei que a regulamentasse:

“...é auscultando os desejos das massas e indo ao encontro de suas aspirações justas, que se evitam seu desencaminhamento através da exploração demagógica dos políticos pescadores de águas turvas que vivem apenas provocando agitações estéreis e prejudiciais à Nação.”(Revista Industrial de São Paulo, ano IV, jun./48 - nº 43)(Grafia corrigida)

3.4. A Burguesia e o Comunismo

Os **Comunistas** eram caracterizados como uma conspiração poderosa de forças antidemocráticas, insidiosas e mistificadoras, compostas por provocadores especializados em excitar as massas inquietas. Teriam como objetivo final solapar o prestígio e a força do poder público, para instauração do caos na sociedade. Em nome de mitos de classe,

¹⁴¹ Cap II, título V, artigo 157, item VI: “repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição do local”.

¹⁴² Revista Industrial de SP – Editorial, ano I, jan./47 - nº 26.

desejariam erguer uma nova ordem social, utópica e falsa, em que reinaria a opressão e o despotismo e, sobretudo, a servidão econômica: um novo mundo à imagem da ditadura de classe.

Afirmavam que:

“... Não podendo competir, na concorrência livre e leal dos mercados, com a produção das nações democráticas, à base de iniciativas privadas, a economia estatista do regime bolchevista encontrou, na ação dos comunistas, a vanguarda da destruição da propriedade e da riqueza dos povos. É esta a missão impatriótica, antidemocrática das equipes adestradas dos comunistas: DISSIMULAR, pela desorganização dos países democráticos, as deficiências e as incapacidades da economia bolchevista.”(Editorial -abr/46 - n 17. Revista)

Com o intuito de conter os movimentos políticos da classe trabalhadora, pediam que seus empregados não se deixassem influenciar pelos discursos dos comunistas, que convidavam a classe operária a engajar-se na luta por melhores condições de trabalho, por salários mais altos, por mais direitos assegurados.

Os operários deveriam resignar-se a sua condição de trabalho, tendo paciência em relação às suas reivindicações junto aos patrões. Desta forma, estariam ajudando os empresários industriais a manter a harmonia e cooperação entre empregados e empregadores, e a conquistar e consolidar a tão almejada **Paz social**.

A burguesia industrial paulista também foi totalmente a favor do fechamento do PCB, em maio de 1947, como mostra o discurso proferido pelo Senador Roberto Simonsen, na sessão do dia 2 de junho desse mesmo ano:

“Evidencia-se, pois, Sr. Presidente, que comunismo e democracia, na plenitude de seu conceito, são inconciliáveis e incompatíveis em sua essência (...)

De há muito, Sr. Presidente, as classes produtoras vêm observando, na esfera nacional, o efeito dissolvente da ação comunista. Obediente a um comando internacional e serva de tática rigorosamente estudada, visa a introduzir nas instituições democráticas, políticas, econômicas e sociais, verdadeiras cunhas desagregadoras e fatores obstrucionistas de seu mecanismo normal(...)

Na verdade, Sr. Presidente, admitir o Partido Comunista no Brasil, gozando de todas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição (...) é concorrer para o destino suicida da nossa democracia.

*São Paulo, pelas suas tradições de ordem e de trabalho, pelo acendrado amor ao Brasil, não pode deixar, pela maioria de seus filhos, de aplaudir a ação verdadeiramente patriótica do Superior Tribunal Eleitoral e o cumprimento, rigorosamente dentro da lei, com que executa a sentença judicial o governo(sic) do eminente Sr. General Eurico Gaspar Dutra.” (SIMONSEN, *As classes produtoras do Brasil e o partido comunista*, 1947) (Grifo nosso)*

3.5. Principais Problemas Enfrentados Internamente

De acordo com informações recebidas de quase todos os ramos da indústria do estado de São Paulo¹⁴³, o Departamento de Economia Industrial da FIESP chegou à conclusão de que os principais problemas internos enfrentados, no que se referia ao operariado, eram:

1. Falta de mão-de-obra

Alegavam que a oferta de mão-de-obra estava sendo menor que a demanda, o que tinha como conseqüência uma elevação dos salários pagos ao trabalhador.

2. Freqüentes mudanças do lugar de trabalho

Diziam que os trabalhadores faziam constantes exigências por melhores salários e, quando não eram atendidos, mudavam-se para as fábricas que tinham ofertas mais convidativas, prejudicando, com isso, o andamento regular da produção.

3. Falta de assiduidade

Os operários que permaneciam na fábrica estariam trazendo preocupações, devido a:

* ausências injustificadas (principalmente após o dia de pagamento ou após aumentos de salário);

*atrasos diários.

4. Diminuição da eficiência

Consideravam que a produtividade das fábricas estava diminuindo. Relatavam que havia casos em que serviços que antes eram executados por um único trabalhador, passaram a exigir o emprego de três.

¹⁴³ Revista Industrial de São Paulo, Ano III, nº 25 - dez/46.

Apontavam como causa dessa situação:

- * pouca vontade de trabalhar dos seus empregados;
- * alguma indisciplina.

Soluções Propostas:

1. *Aumento da oferta de mão-de-obra*

Queriam que fosse incentivada a *imigração*, uma vez que, com a elevação do número de trabalhadores, acabaria a pressão por aumentos salariais.

Consideravam que, na situação em que se encontrava o trabalhador, ele possui:

“...uma espécie de monopólio da oferta no mercado de trabalho. É realista, sabe aproveitar a conjuntura, compreende bem que é quase impossível perder o emprego; e se isso acontecer, logo terá outro. Por conseguinte, acha-se no direito de agir como quiser. Com uma imigração suficiente, a atitude atual do trabalhador forçosamente mudaria.”(Revista Industrial de SP, ano III, nº 25 – dez/46)

2. *Freqüentes mudanças*

Acreditavam que os industriais deveriam fazer acordos entre si, para não aumentarem unilateralmente os salários, e compararem continuamente a remuneração do trabalhador brasileiro aos valores pagos pelas indústrias em outros países.

3. *Aumento da assiduidade*

Sugeriam que fossem feitas campanhas, junto aos trabalhadores, para que mudassem suas atitudes em relação ao trabalho. Queriam que o operário se conscientizasse do prejuízo que sua falta de assiduidade estava trazendo, não só para os seus rendimentos, mas para o crescimento da indústria brasileira, prejudicando, assim, o desenvolvimento do seu país como um todo.

4. *Aumento da eficiência (produtividade)*

Como entendiam que a *vontade de trabalhar*, por parte do operário, era influenciada por fatores externos às fábricas, como *habitação* e *transporte*¹⁴⁴, pediam que houvesse empenho de todos para a solução desses problemas.

Uma das providências que sugeriam era a mudança de seções completas da indústria de São Paulo para o subúrbio, ou para pequenas cidades perto da capital, ou mesmo para o interior. Com relação ao aumento da *produtividade*, acreditavam que os industriais deveriam investir pesado na *educação* de seu operário.

Essas reclamações do empresariado industrial, chamam indiretamente a atenção para um aspecto do desenvolvimento da economia brasileira, que já foi apontado por Paul Singer (1973): contrariamente ao que se costuma pensar, no processo de industrialização por que passou o Brasil não houve um excesso de mão-de-obra liberada pela agricultura para ser empregada nas indústrias. Ao contrário, ocorreu uma migração rural *insuficiente*¹⁴⁵. Nesse sentido, a pergunta correta a ser feita não seria: Por que migrou tanta gente do campo para a cidade? Mas, pelo contrário: Por que essa migração não ocorreu em quantidade suficiente para as necessidades da economia urbana?

Paul Singer diz não possuir dados suficientes para dar uma resposta precisa a essa questão, mas afirma que para chegarmos a uma explicação temos, sem dúvida nenhuma, que levar em consideração as especificidades da nossa economia .

No Brasil, assim como na maioria dos países latino-americanos, a penetração do capitalismo na economia rural não provocou a revolução agrícola, que ocorreu nos países desenvolvidos e foi a responsável pela liberação de um grande número de pessoas para trabalhar na indústria. Aqui, a agricultura se desenvolveu a partir de uma tecnologia atrasada, com baixos níveis de produtividade do trabalho e pouca rentabilidade do solo, o que obrigou os proprietários rurais a continuarem empregando um grande contingente de trabalhadores.

¹⁴⁴Os industriais detectaram, através de pesquisa, que, muitas vezes, o trabalhador residia muito longe do seu local de trabalho, o que lhe ocasionava um grande desgaste físico e psicológico já na sua locomoção, comprometendo, assim, o seu rendimento

¹⁴⁵ SINGER, 1973:77 -79.

A pouca força de trabalho liberada pela agricultura simplesmente não migrou para a cidade¹⁴⁶, ou, quando migrou, teve que, muitas vezes, passar por um período de reeducação para poder ser aproveitada pela indústria, visto que se tratava de uma mão-de-obra pouco qualificada. Esse problema traz à tona uma outra questão, levantada por Paul Singer: o fato de o capitalismo não possuir nenhum mecanismo deliberado de ajustamento entre a oferta e a demanda de mão-de-obra. Esse acerto tem que ser feito de “forma artificial”, daí a grande importância do investimento na educação do operariado industrial.

O empresariado paulista estava atento a essa questão e, de sua preocupação com a educação de seus empregados, têm origem o projeto SENAI¹⁴⁷ (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SESI (Serviço Social da Indústria).

3.6. *Burguesia e Educação*

Os principais serviços criados, no Brasil, financiados pela burguesia industrial, de apoio ao trabalhador, foram:

3.6.1. SENAI

O SENAI começou a ser idealizado na década de 40, período em que a indústria brasileira sofria por não possuir mão-de-obra qualificada suficiente para atender o mercado interno, ao mesmo tempo que a imigração de operários de outros países se tornava difícil, devido às dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial.

Os representantes da indústria brasileira, liderados principalmente por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, preocupados em encontrar uma solução rápida para o problema, começam a procurar formas adequadas para a supressão desse entrave ao pleno desenvolvimento da indústria nacional.

¹⁴⁶ Paul Singer faz diversas especulações para tentar explicar por que parte da mão-de-obra liberada pela agricultura simplesmente preferiu continuar vivendo no campo em vez de migrar para a cidade. Mas admite que para termos uma visão mais aprofundada das causas desse fenômeno teríamos que estudá-lo de forma mais detida. Ver mais sobre isso na p. 123.

¹⁴⁷ Instituição que tinha como função promover a disciplinarização e a orientação profissional do trabalhador, especializando-o para conseguir trabalhar da forma mais econômica e eficiente possível, no cargo que lhe fosse destinado

Nesse período, entram em contato com o projeto que Roberto Mange vinha desenvolvendo nas estradas de ferro de São Paulo. Era um projeto pioneiro, que tinha por finalidade mostrar a eficiência do emprego de métodos racionais na formação de trabalhadores.

Devido ao sucesso obtido com esse trabalho, Mange é convidado pelos industriais para elaborar um serviço de preparação de operários qualificados para a indústria brasileira. Assim, surge o SENAI, em 1942, instituição em que Roberto Mange é convidado a trabalhar, na Regional de São Paulo, ocupando o cargo de 1º Diretor, no qual permanece até sua morte, em maio de 1955.

Mas a pergunta que fica é: Quem foi Roberto Mange e que tipo de trabalho ele realizou na estrada de ferro Sorocabana, que tanto encantou os industriais brasileiros, a ponto de ele ser chamado para ajudar a elaborar o projeto SENAI? Afinal de contas, o que foi o projeto SENAI?

Roberto Mange nasceu na Suíça, em 1886, formou-se engenheiro pela Politécnica de Zurich na Alemanha e veio para o Brasil em 1913, aos 28 anos, para dar aulas na Escola Politécnica de São Paulo.

Em 1929, viaja para Alemanha, onde tem a oportunidade de acompanhar de perto a aprendizagem de operários nas estradas de ferro daquele país.

Em 1931, retornando ao Brasil, funda com Armando de Salles Oliveira, Gaspar Ricardo, Geraldo de Paula Souza e outros, o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, que tem por finalidade:

- *“aumentar o bem-estar social do trabalhador por meio da organização adequada de cada setor do trabalho e de cada atividade;*
- *estudar, difundir e aplicar os princípios, métodos, regras e processos da organização científica do trabalho;*
- *evitar o desperdício sob as suas múltiplas modalidades;*
- *dar o máximo de rendimento com o mínimo de dispêndio;*
- *proporcionar aos empreendimentos e a seus executores toda a segurança, quer sob o ponto de vista de atingir de forma plena a sua finalidade, quer sob o aspecto de eficiência qualitativa e quantitativa de operações;*
- *assegurar administrações cientificamente exercidas.”(BOLOGNA, 1980:13)*

Porém, Roberto Mange não se restringe a esse trabalho. Nesse mesmo período, dá início ao desenvolvimento de um projeto, junto aos ferroviários¹⁴⁸, com o objetivo de demonstrar, com base em dados sistematicamente obtidos, a superioridade da aprendizagem metódica sobre a via de formação assistemática. O projeto fica conhecido como “*Experiência de Sorocaba*”¹⁴⁹.

Tem também uma preocupação muito grande, não só com a preparação da mão-de-obra adulta, mas em começar a educar o trabalhador desde sua infância (*trabalho do menor*), bem como de incorporar ao processo produtivo alguns deficientes físicos, como os *cegos*.

Roberto Mange dedicou toda sua vida ao estudo da substituição do saber empírico pelo método científico, nas diversas atividades que envolvem a produção, desenvolvendo métodos e técnicas que propiciassem o aumento da produtividade dos operadores.

Taylor provou, nos EUA, que o método científico era muito mais rentável e eficiente que o tradicional e, assim, revolucionou a forma com que até aquele momento o ensino industrial era realizado em seu país. Mange, através de seus estudos e de suas observações na estrada de ferro Sorocabana, também mostrou as vantagens da aplicação do método científico para o preparo dos trabalhadores brasileiros. Nas palavras de Bologna, Roberto Mange:

“...realizou obra pioneira de educador e organizador, introduzindo e desenvolvendo, em São Paulo, os processos e métodos racionais de seleção, formação e aperfeiçoamento profissional, hoje disseminado em todo país.”(BOLOGNA, 1980:16)

Segundo Miceli, o CFESP teria sido “...o mais vasto laboratório de aplicação da organização racional do trabalho no Brasil.”¹⁵⁰

¹⁴⁸Monta o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana que se torna inspiração para a criação, em 1934, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional - CFESP.

¹⁴⁹Esse projeto foi realizado em escola, incluindo educação de caráter geral e conhecimentos técnicos teóricos. Ver a esse respeito BOLOGNA, Ítalo. *Roberto Mange e sua obra* e MICELI, Paulo. *Além da Fábrica*. p.143 e 144.

¹⁵⁰MICELI, 1992:144.

Podemos concluir com isso que, guardadas as especificidades de cada economia, a organização política da grande indústria brasileira era tão atenta quanto a burguesia dos EUA ao surgimento de métodos de trabalho que atendessem melhor aos seus interesses de classe. Ambas perceberam rapidamente os benefícios que o método de trabalho preconizado por Taylor iria trazer para os seus negócios, e mudaram suas formas de trabalhar para se adequarem a essa nova forma de lidar com a educação e formação profissional de seus empregados.

Portanto, nesse ponto, a burguesia industrial brasileira assemelha-se à burguesia de países do 1º mundo. As duas estão sempre atentas às descobertas que assegurem seus interesses de classe e rapidamente arrumam uma forma de incorporar essas novidades, para assim garantir um maior desenvolvimento para a sua empresa e uma maior lucratividade para seus negócios.

O SENAI seria, portanto, um projeto político que possuía uma dupla função:

- preparar mão-de-obra qualificada para a indústria brasileira;
- disciplinar o trabalhador para torná-lo politicamente dócil e economicamente mais rentável, através da aplicação dos métodos desenvolvidos por Taylor.

Devido ao sucesso alcançado pelos serviços prestados pelo SENAI e dando continuidade ao projeto de educação e disciplinarização do trabalhador brasileiro, é criado, em 1946, o SESI.

3.6.2. SESI

O SESI¹⁵¹ surge sob a responsabilidade da CNI, como uma entidade de direito privado, mas que trabalhará em estreita colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Tem como objetivo prestar serviços de assistência social à classe trabalhadora, propiciando uma melhoria das suas condições de habitação, nutrição e higiene. Deve dedicar-se, também, à orientação e ao auxílio ao trabalhador, quanto à melhor forma de ele e de sua família aproveitarem suas horas de lazer, oferecendo gratuitamente atividades

¹⁵¹ Decreto-lei assinado pelo presidente Dutra em 25 de junho de 1946.

educativas e culturais, que visem à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.

Na verdade, trata-se de um projeto bem ambicioso, por parte da burguesia industrial, que tem por finalidade não apenas obter um operário qualificado, mas um homem que cultue e introjete em sua família os valores burgueses. Desta forma, o empresariado passa a ter maiores garantias de que seu empregado não será influenciado pelo movimento comunista.

A fala de dois dos principais representantes da burguesia industrial brasileira deixa claro o que acabamos de afirmar. **Roberto Simonsen**, no dia seguinte ao da assinatura do decreto-lei que criou o SESI, dá uma declaração à imprensa de São Paulo, em que afirma que no projeto SESI:

“É antes o Homem que nos preocupa, do que o Operário. É sua formação sadia, de alto valor ético, do trabalhador brasileiro, preservando-os de deturpações de sua formação cívica e política.”(Revista Industrial de São Paulo, ano II, maio/46 – n. 18 , p.26).

Portanto, uma das funções dessa instituição é ajudar a impedir o avanço dos movimentos políticos da classe proletária que vinham ganhando mais força e espaço a cada dia. Desejava-se, através do SESI, eliminar as lutas de classe e instaurar definitivamente a tão almejada “Paz Social”:

“Obra que honrará o patronato brasileiro, e que revelará, na sua imediata execução, que não haverá, entre nós, clima para a penetração insidiosa da técnica marxista da luta de classes, pois operários e patrões, através do Serviço Social da Indústria, estarão empenhados, em esforço comum, na concretização de novo regime de vida com mais ampla e eqüitativa distribuição de riqueza e com a dignificação da existência proletária.”(Revista Industrial de São Paulo, Ano II - maio/46, nº 18)

Através de um arrojado projeto, o empresariado industrial procura moldar a vida do seus empregados e de sua família da forma mais conveniente possível para a

exploração capitalista. No discurso de **Euvaldo Lodi**, na Primeira Reunião do Conselho Nacional do SESI¹⁵², esse aspecto é explicitamente divulgado:

“É surpreendente a amplitude dos efeitos que os serviços de educação social logram alcançar, pois incidem sobre o trabalhador e repercutem, logo, na comunhão da família. O SESI, no desenvolvimento de seu programa, não se contenta em considerar os reflexos da situação social do empregado: por inquéritos e pesquisas sistemáticas, a cargo de técnicos que recrutou ou vem formando, sonda-lhes as origens e aprofunda-lhes as causas. Assim é que rastreia, na atividade individual e profissional do trabalhador, em sua existência no lar, nos índices da vida econômica, a realidade sobre as condições de trabalho, salários, custo da subsistência, desemprego, vida em família, desajustamento moral ou social, educação dos filhos. Os dados dessa forma reunidos é que orientam as operações da assistência social do SESI.”(Revista Industrial de São Paulo, ano II – out/47, n 35, p.37)

Como podemos perceber, o empresário industrial quer alcançar e moldar a “alma” de seus funcionários e, para obter sucesso nessa empreitada, não bastaria preparar uma mão-de-obra qualificada, que fosse devidamente treinada para exercer corretamente sua atividade dentro da fábrica (função essa que já vinha sendo muito bem desempenhada pelo SENAI); seria necessário invadir o lar dos seus empregados e ditar valores à família do trabalhador, para que assim se garantisse a “reprodução harmônica” do sistema capitalista. E foi essa missão que o SESI veio cumprir.

¹⁵² Essa reunião ocorreu em 09 de Setembro de 1947, na posse do Sr. Armando de Arruda Pereira. Está contida na Revista Industrial de São Paulo, ano II – out/47, n. 35 p.37.

3.7. POSIÇÃO DOS INDUSTRIAIS PAULISTAS EM RELAÇÃO A :

ALGUNS DOS PROBLEMAS QUE ATINGIAM O PROLETARIADO BRASILEIRO

Fadiga, acidente de trabalho	<ul style="list-style-type: none">• tinham grande preocupação em aumentar suas informações a respeito desse assunto, visto que a fadiga do trabalhador tinha como conseqüência a queda da produção e o aumento do número de acidentes no trabalho, o que, muitas vezes, acabava “inutilizando” o operário.
Habitação	<ul style="list-style-type: none">• acreditavam que a construção de conjuntos residenciais operários era um importante instrumento de garantia da Paz Social, pois a difusão da propriedade privada no seio da classe trabalhadora ajudaria na manutenção da estabilidade social.
Pauperismo	<ul style="list-style-type: none">• preocupavam-se com o aumento do pauperismo, não só no país, mas como um fenômeno mundial, pois entendiam que isso poderia acabar vindo a comprometer a Paz Mundial.
Aumento Salarial	<ul style="list-style-type: none">• período marcado por inúmeras greves que reivindicavam, entre outras coisas, reposição da perda salarial causada pela inflação. Porém, apesar de os industriais temerem muito a deflagração de uma “revolução proletária” no Brasil, nenhum aumento salarial foi concedido durante o governo Dutra;• os empresários industriais preferiram desenvolver uma política patronal de assistência ao trabalhador no nível da empresa.

ALGUNS DOS DIREITOS QUE FORAM ASSEGURADOS AO TRABALHADOR BRASILEIRO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1946

Direito de Greve	<ul style="list-style-type: none"> • consideravam a greve, na maior parte das vezes, um abuso de poder, um movimento político conduzido por forças extremistas a serviço da desordem; • aplaudiram de pé o decreto-lei, assinado por Dutra, de março de 1946, que praticamente proibiu o direito de greve dos trabalhadores.
O trabalho na Const/46	<ul style="list-style-type: none"> • elogiam a legislação trabalhista da Constituição de 1946, em que fica determinado que a ordem econômica se organize segundo os princípios da justiça social, pois essa observação pedia a promoção de políticas conciliatórias que promovessem e garantissem a harmonia e a cooperação entre empregadores e empregados
Participação do Trabalhador no lucro da Empresa	<ul style="list-style-type: none"> • não conseguiam sequer discutir as modificações que a aplicação dessa lei traria à organização das empresas, pois, para colocá-la em prática, teriam que abrir a contabilidade de seus negócios, prestando contas do lucro obtido com o processo produtivo, tanto para o governo como para a sociedade, e isso era algo que os empresários industriais jamais concordariam em fazer. Esse item era, portanto, tratado como uma “letra morta”.
Repouso Semanal Remunerado	<ul style="list-style-type: none"> • relutaram em pagar esse direito que a constituição de 46 assegurou ao trabalhador brasileiro, mas acabaram cedendo às pressões feitas pelo movimento operário e passaram a cumprir essa lei a partir de meados de 48.

EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR DA INDÚSTRIA

SENAI	<ul style="list-style-type: none"> • projeto que visava a educar de forma eficiente o trabalhador industrial; surge em 1942, com o objetivo de suprimir um déficit de mão-de-obra qualificada para ser empregada na indústria.
SESI	<ul style="list-style-type: none"> • é criado em 1946, dando continuidade ao programa de educação e disciplinarização do trabalhador da indústria, que teve início com o nascimento do SENAI; • com a incumbência de oferecer atividades educativas e culturais que visassem a valorização do homem e os incentivos à atividade produtiva para toda a família do trabalhador industrial, ajudava a ditar não só como o trabalhador deveria comportar-se dentro da empresa, mas orientar também como deveria organizar suas horas de lazer. Desta forma, tentava introjetar, no universo operário, os valores burgueses.

Conclusão

No governo Dutra, em nome da manutenção da ordem, a classe trabalhadora foi duramente tratada. Impedida de exercer seu direito de greve, teve vários de seus sindicatos invadidos pelo Governo Federal, à procura de “*elementos extremistas*”¹⁵³. Teve ainda proscrito um dos principais partidos que a representavam, o PCB; e enfrentou muitas dificuldades para fazer valer alguns dos direitos que lhes foram assegurados pela Constituição de 1946, além de ter seu salário congelado por quatro anos, apesar da inflação ocorrida no período.

Em todo o período estudado, tanto o Estado como o empresariado industrial não mediram esforços para desenvolver formas de manter sob controle a classe trabalhadora. Fazendo uso de um discurso paternalista, desenvolveram técnicas avançadas e sofisticadas de controle e disciplinarização da vida dos empregados da indústria. Porém, ao escolherem os meios mais eficazes de lidar com a classe trabalhadora, nem sempre entravam em acordo. Enquanto o Estado acreditava que a melhor forma de regular a relação entre empregados e empregadores era através do cumprimento das regras contidas na CLT, o empresariado industrial pedia cada vez mais espaço para decidir sozinho, e através de mecanismos próprios, como e quando deveria atender as reivindicações de seus empregados.

Na visão do empresariado paulista, o Estado não deveria intrometer-se em assuntos que diziam respeito à regulamentação de direitos e deveres entre patrões e empregados, mas deixar essa tarefa por conta exclusiva da classe empresarial. Alegavam que a obrigatoriedade do cumprimento de algumas leis, como as previstas pela CLT, gerava pesados encargos para a indústria brasileira, encargos que eram assumidos às custas da desaceleração do seu desenvolvimento econômico.

Segundo a opinião de Roberto Simonsen¹⁵⁴, isso ocorria porque, como a maior parte da classe dirigente do país era constituída por bacharéis em direito, as regras estabelecidas pelo Legislativo nem sempre refletiam as reais necessidades das classes produtoras. Isso gerava, muitas vezes, uma desarmonia entre a política econômica adotada

¹⁵³ Ver mais sobre este assunto no Cap. *Contexto Histórico*.

pelo Governo Federal e as reivindicações das empresas nacionais e estrangeiras. A criação da CLT seria uma das medidas tomadas dessa forma.

Décio Saes já havia chamado a atenção para esse aspecto, ao analisar o sistema político populista no Brasil:

“Já fizemos referência à resistência oposta pelos grupos agrário-exportadores à política de industrialização; mas é preciso igualmente lembrar que a política de integração operária sempre foi aceita com reservas pela própria burguesia industrial, que freqüentemente se queixou dos excessos intervencionistas da ação governamental bem como do preço econômico da legislação trabalhista.” (SAES, 1984:102)

O governo Dutra também foi marcado por um constante apelo do empresariado industrial para que fosse mantida, a todo custo, a **Paz Social**. Porém, os industriais paulistas pediam medidas que promovessem a **Paz Social** com soluções filantrópicas e sem a CLT. Já o Estado queria a conquista da **Paz Social** através da ação mediadora da CLT, que determinava a existência de um salário-mínimo a ser pago ao trabalhador brasileiro, bem como o cumprimento, por parte do empregador, de alguns direitos conquistados pela classe trabalhadora como: concessão de férias anuais remuneradas, auxílio à mulher gestante, seguro obrigatório contra acidentes do trabalho, proibição de dispensa sem indenização, leis que regulamentassem o trabalho de menores, repouso semanal remunerado, entre outros.

Essa postura política da burguesia industrial brasileira corresponde à sua condição de *burguesia interna*, mais que de *burguesia nacional*. Uma *burguesia nacional* acaba tendo que conceder certos benefícios ao proletariado, porque precisa do seu apoio político na promoção da luta antiimperialista. Já uma *burguesia interna*, uma vez que não se envolve numa luta antiimperialista, não busca formar alianças com o “povo”, vendo-se menos motivada a atender as reivindicações da classe trabalhadora. Na verdade, a burguesia brasileira preferiu formar alianças políticas com outras frações da classe dominante.

¹⁵⁴ Ver mais sobre este assunto no memorando que Roberto Simonsen preparou, a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior, especialmente para a Missão Universitária Norte Americana que veio ao Brasil em 1940, na parte “*Leis Trabalhistas*”, p. 63-67.

4. A Burguesia industrial paulista e a Igreja Católica

É recorrente encontrarmos, em diversos documentos do período estudado, a afirmação de que a ação dos industriais paulistas estava em total acordo com os princípios pregados pela Igreja Católica. No entanto, o que nos chama a atenção nesses textos é que, apesar de a Encíclica “Rerum Novarum”, escrita por Leão XIII em 1891, ser tida como a síntese da doutrina social da Igreja¹⁵⁵, e ter inspirado a legislação do trabalho em diversos países, inclusive no Brasil, os industriais paulistas, ao defenderem que suas ações estavam de acordo com os ensinamentos cristãos, citam muito mais a fala de Pio XII que os ensinamentos de Leão XIII.

Um bom exemplo disso é o artigo de Rosseti intitulado: “*Capital e Trabalho na concepção Católica*”¹⁵⁶. Nesse texto, o autor, inspirado nas mensagens de alguns papas, cita ensinamentos que estariam em total sintonia com o pensamento e ações do empresário brasileiro. Seriam esses:

I - A Igreja Católica, assim como os industriais, posicionava-se contra as “revoluções sociais” e a favor da “reconstituição pacífica da humanidade”. Para esclarecer a postura assumida pela Igreja sobre essa questão, Rosseti transcreve um discurso que teria sido feito em 1943, por **PIO XII**, a 20.000 operários italianos, no Pátio do Belvedere em Roma, em que ele afirma que :

“*Não está na revolução, diletos filhos e filhas.(...), mas numa evolução concorde está a salvação e a justiça.*”¹⁵⁷(PIO XII Discurso sobre a paz no mundo e a colaboração das classes.
In DE SANCTIS, 1972:156)

II - A “moral católica” identificaria a existência de dois tipos diferentes de capitalismo: “capitalismo honesto, cuja legitimidade deve-se defender e o capitalismo perverso, causa de todos os males atuais”¹⁵⁸.

¹⁵⁵ A Encíclica de Leão XIII, juntamente com a “Quadragesimo Anno” de Pio XI, constituiriam o **código cristão do trabalho**. Ver mais sobre isto em DE SANCTIS, Frei Antonio. *Encíclicas e documentos sociais*: da “Rerum Novarum” à “Octogésima adveniens”, p.8.

¹⁵⁶ Esse artigo foi publicado em abril de 1948, na Revista Industrial de São Paulo nº 41, e reúne os principais tópicos da aula inaugural do curso de auxiliares sociais, do instituto de Serviço Social, patrocinado pelo SESI.

¹⁵⁷ Frei Antonio. *Encíclicas e documentos sociais: da “Rerum Novarum” à “Octogésima adveniens”*, p.156.

A justificativa apresentada por Rosseti para a defesa do capitalismo honesto é que ele teria se originado num processo de justiça social. No princípio do mundo, todos os homens teriam direito à terra, porém, enquanto alguns buscaram valorizá-la com seu trabalho, o que lhes gerou o capital, outros, não tendo tido o mesmo empenho, não acumularam riquezas. Assim, a terra, que inicialmente seria de direito de todos, acaba por se tornar do uso de alguns¹⁵⁹. Seria justo, portanto, que esse capital, adquirido “*honestamente*”, fosse posto à disposição de uma indústria para que pudesse aumentar seu valor e conferir ao capitalista um lucro proporcional ao montante empregado para suas necessidades e para os riscos de prejuízo que corre.

Os representantes da burguesia industrial paulista não cansavam de afirmar que o empresariado brasileiro fazia parte, logicamente, do primeiro grupo, ou seja, era composto por “*homens honestos*” que não estavam preocupados exclusivamente com o seu beneficiamento pessoal, mas visavam, como fim último, o engrandecimento da Nação.

III - Ainda segundo as idéias defendidas por **Pio XII**, o “**capitalista honesto**” pagaria um “**salário natural**” ao seu empregado que nada mais é que o “**salário justo**”:

*“O salário justo é aquele que dá para manter a família na sua dignidade de célula social, com possibilidade de progresso no campo econômico-cultural, mormente por intermédio dos filhos.”*¹⁶⁰(PIO XII citado por Rosseti, 1948:42)

IV - Rosseti afirma que, segundo os princípios pregados por **Pio XII**, a propriedade particular, o livre comércio, a existência do governo como força reguladora, não poderiam ser contestados, pois derivariam de uma ordem natural, sendo frutos da vontade de Deus e não dos homens. Colocar-se contrário a esses princípios era desrespeitar as leis divinas.

V - No que diz respeito à atividade econômica, a Igreja consideraria que o regime capitalista divide-se, naturalmente, em duas diferentes classes: os empregadores e os empregados:

¹⁵⁸ ROSSETI, P. N. *Capital e Trabalho na concepção Católica*, p.41.

¹⁵⁹ Esse processo teria dado origem à *propriedade privada*.

“...pois que os homens, se essencialmente são iguais, apresentam diferenças tão múltiplas, quão profundas, as quais geram, espontaneamente, a desigualdade de suas condições. Essa desigualdade os levou a se unir em sociedade e nesta, desde a prole, surgem as primeiras diversidades sociais, as quais, com a evolução da comunidade no tempo e no espaço, se fizeram mais complexas e necessárias: gradativamente, tivemos os ricos e pobres, os patrões e empregados.”¹⁶¹(Rosseti, 1948:41)

Porém, de acordo com os ensinamentos de **Leão XIII**, essas duas classes sociais não seriam inimigas por natureza, mas se completariam de forma harmônica:

“O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza as tivesse armado para que se combatessem mutuamente num duelo obstinado.”¹⁶²(LEÃO XIII citado por Rosseti, 1948:41)

Ao estudarmos de forma mais detida os textos¹⁶³ produzidos por esses dois pensadores, essa preferência pela citação de Pio XII torna-se clara e sensata.

Leão XIII¹⁶⁴ defendia a existência de um *Estado intervencionista* que ditasse e garantisse um salário-mínimo para a sobrevivência do trabalhador, bem como a existência de sindicatos e corporações que, se preciso fosse, defendessem o operário frente à exploração desumana que seus patrões quisessem lhe impor. O Estado deveria sempre que preciso estar interferindo na economia do país para preservar os direitos trabalhistas. Era também contra o trabalho infantil.

Já **Pio XII**¹⁶⁵ acreditava que o objetivo do *Estado* era *servir à iniciativa privada* e não absorvê-la. O Estado não teria o direito de cercear a ação individual. Tinha

¹⁶⁰ Idem, p.42.

¹⁶¹ ROSSETI, p. 41.

¹⁶² Leão XIII citado por Rosseti, 1948:41

¹⁶³ DE SANCTIS, Frei Antonio. *Encíclicas e documentos sociais*: da “Rerum Novarum” à “Octogésima adveniens”.

¹⁶⁴ Leão XIII “*Condição dos operários: Encíclica Rerum Novarum*”. RJ:Vozes, 1973 (10ª edição).

¹⁶⁵ As afirmações aqui apresentadas se encontram nos textos de Pio XII, reunidos no livro de DE SANCTIS, Frei Antonio. *Encíclicas e documentos sociais*: da “Rerum Novarum” à “Octogésima adveniens”.

São eles: Radiomensagem no Cinquentenário da “Rerum Novarum” (1941); Discurso sobre a Paz no mundo e a colaboração das classes (1943); Radiomensagem de Natal sobre a democracia (1944); Alocução aos trabalhadores da “Fiat” (1948); Alocução aos delegados da União Internacional das Associações Católicas (1949); Discurso de Pio XII aos membros do Congresso Internacional de Estudos Sociais (1950); Discurso ao

como função apenas garantir o cumprimento dos deveres individuais, não devendo, portanto, atender aos “caprichos da massa”¹⁶⁶.

Os patrões e empregados deveriam decidir livremente sobre as questões do trabalho (livre negociação). A intervenção do Estado no campo do trabalho só seria permitida em última instância, quando os patrões não conseguissem sozinhos garantir que seus empregados cumprissem com suas obrigações.

Pio XII não critica a existência de uma *jornada de trabalho muito longa*, pois acredita que quanto mais duro e incessante for o serviço do operário, mais perto de Deus ele estará. O trabalho é visto então como uma imposição divina, e não do homem, para a redenção do pecado original.

Contra a união dos trabalhadores em associações ou sindicatos para lutarem pela melhoria da sua qualidade de vida, acredita que, nesses tempos difíceis, o operário não tem o direito de “...agravar o peso das extraordinárias dificuldades, que oprimem os povos, apresentando clamorosamente e com movimentos imprudentes, as suas reivindicações...”¹⁶⁷, mas deve antes resignar-se à sua condição, dedicando-se ao trabalho com disciplina e tranqüilidade. Também não concorda com a *participação dos empregados nos lucros da empresa*.

Quanto ao *trabalho infantil*, Pio XII não se opõe, só pede para que os pais tenham mais atenção com a educação desses filhos, não permitindo que eles ouçam na fábrica histórias impróprias a sua idade ou palavras imorais. Com essa ação, os pais estariam garantindo a sanidade das mentes dos jovens e mantendo uma honesta disciplina.

Em relação à *Igreja*, acredita que a sua função não seria a luta pela diminuição da desigualdade social, mas dar conforto espiritual para os cansados fisicamente.

Congresso Internacional da Juventude Operária Católica (1950); Alocução ao Congresso Católico Internacional da vida rural (1951); Radiomensagem de Natal sobre os progressos da Técnica (1953).

¹⁶⁶ Pio XII chama de capricho as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, salários mais justos, etc. - “Radiomensagem de Natal sobre a democracia” escrito em 24/12/1944, p.171.

¹⁶⁷ “Discurso sobre a paz do mundo e a colaboração das classes,” p. 159.

Conclusão

Como a burguesia brasileira é uma *burguesia interna* e não uma *burguesia nacional*, é totalmente compreensível que os industriais paulistas tivessem uma inclinação maior pelos princípios pregados por Pio XII, os quais traduzem de forma fiel os anseios desse tipo de empresariado, tanto em relação ao comportamento de seus empregados, como em relação ao papel a ser desempenhado pela Igreja e pelo Estado.

A burguesia industrial paulista não defende a existência de um Estado intervencionista, que regule a relação entre empregados e empregadores e garanta alguns direitos trabalhistas, como prega Leão XIII. Muito pelo contrário, no período estudado, essa fração de classe sempre teve uma posição muito severa em relação à classe trabalhadora¹⁶⁸. Os industriais queriam um Estado que correspondesse aos ensinamentos de Pio XII, ou seja, que se colocasse a serviço da iniciativa privada e só interferisse nos momentos em que fosse requisitado pela classe empresarial. Também desejava uma Igreja que ajudasse a burguesia a manter a classe trabalhadora sob controle, orientando-a para respeitar as regras estabelecidas pelos seus patrões.

Como prova da união entre os dogmas da Igreja Católica e os princípios que guiam as ações dos empresários brasileiros, em 1942, os industriais paulistas entronizam a Cruz nas fábricas, e colocam a imagem de Cristo na sede da FIESP¹⁶⁹. Essa ação estava em total acordo com os ensinamentos de Pio XII e chegou mesmo a adiantar um discurso, que seria feito aos trabalhadores italianos no ano seguinte (1943), em que ele sugere que os empregados vejam e sintam seu local de trabalho como sendo a casa de Deus e dediquem-se ao seu ofício, como se estivessem fazendo esse sacrifício diretamente para Cristo:

“Não duvideis: Cristo está sempre convosco. Imaginai que o vedes nos lugares do vosso trabalho, movendo-se no meio de vós, observando a vossa fadiga, escutando os vossos corações, regulando os vossos conflitos, e vereis a oficina transformada no santuário de Nazaré.” (PIO XII apresentado em DE SANCTIS, 1972:166)

¹⁶⁸ Ver Cap. III *Contexto Histórico* e Cap. IV item 3 *Burguesia industrial e Proletariado*, desta dissertação.

¹⁶⁹ Nas duas ocasiões, convidam o arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar de Affonseca e Silva, para discursar.

tal forma que o que se fizer em proveito de uma se estará fazendo em favor das outras e, principalmente, da Nação.” (Boletim Informativo , 1950, n° 59, p.1)

Os industriais também desenvolvem uma política de aproximação com os **militares**, argumentando que essas duas frações de classe são dependentes uma da outra, pois, em caso de guerra, a indústria presta incalculáveis serviços, constituindo-se, muitas vezes, num fator decisivo para a vitória do conflito. Para exemplificar, cita o caso da guerra que tinha acabado de ocorrer na Alemanha, avaliando que esse país só foi derrotado porque seus centros industriais foram desmantelados pela aviação aliada. Conclui que:

*“...reforçando e reaparelhando nossos centros e recursos de produção fabril estamos não somente garantindo nosso futuro frente a um possível conflito armado, como igualmente procurando garantir a expansão de nossos meios de produção, para, desta forma, proporcionar maior bem estar ao nosso povo em sua vida cotidiana.”*¹⁷¹(Revista Industrial de São Paulo, 1948, n° 46, p.19)

Com essas preocupações em mente, sempre que surgia uma oportunidade os industriais paulistas solicitavam ao Governo Federal que fossem fixadas urgentemente diretrizes, no seu regime de licença prévia, que possibilitasse a formação no país de reservas de matérias primas, combustíveis e equipamentos para a indústria e a lavoura nacionais, que seriam usados no eventual surgimento de um novo conflito armado¹⁷².

Segundo os estudos de Lourdes Sola (1978)¹⁷³, também quase todos os escalões das Forças Armadas teriam defendido a adoção de medidas econômicas que promovessem a industrialização do país:

“...os superiores, porque viam nela condição de reequipamento e porque a associavam ao tema da segurança nacional: os escalões inferiores, liberais ou radicais, por considerá-la condição de desenvolvimento econômico e de autonomia política.”(Sola, 1978:263)

¹⁷¹ Revista Industrial de São Paulo, 1948, n° 46, p. 19.

¹⁷² Ver mais sobre este assunto no Boletim Informativo do CIESP/FIESP, 01/05/50 e 21/08/50.

¹⁷³ Essa autora chega mesmo a afirmar que, na década de 30, teriam sido criadas no Brasil as bases para o surgimento de uma nova espécie de grupo burocrático: a **“burocracia industrial”**. Composta de militares e civis, estes seriam funcionários muito bem remunerados e que usavam de seu prestígio político para lutarem pela implementação do projeto de industrialização no país. A **“burocracia industrial”** teria sobrevivido à deposição de Vargas em 1945 e proliferado nos anos 50. Ver mais a este respeito em SOLA, p.275.

Conclusão

Alguns autores¹⁷⁴ que se dedicaram ao estudo do empresariado nacional como, por exemplo, Cardoso (1964), Martins (1968), e Fernandes (1975), ao constatarem que a burguesia industrial brasileira não se posicionava contra a burguesia agrária, mas procurava desenvolver uma política de aproximação com as diferentes frações das classes dominantes, afirmam que essa atitude demonstrava sua falta de “*consciência de classe*”. Trabalhos posteriores a esses, como os desenvolvidos por Eli Diniz e Renato Boschi, afirmam que a aliança política entre a burguesia industrial e a burguesia agrária não evidenciava uma falta de consciência política por parte do empresariado industrial. Na avaliação desses autores, a burguesia industrial brasileira, ao perceber que ainda não tinha condições políticas de assumir uma luta pela reforma agrária no país, preferira abrir mão, momentaneamente, de seus interesses de classe e unir-se à burguesia agrária, para garantir, pelo menos, o atendimento de seus interesses políticos mais imediatos.

Apesar da diferença de avaliação desses autores, acreditamos que ambas estão baseadas na expectativa de que a burguesia brasileira, sendo uma *burguesia nacional*, deveria, ao envolver-se numa luta antiimperialista e pela libertação nacional, assumir também uma luta pela reforma agrária. Os primeiros autores consideravam que a burguesia brasileira já deveria estar assumindo essas lutas, enquanto Diniz e Renato Boschi, acreditavam que a defesa dessas reivindicações era uma questão de tempo.

Porém, no Brasil, não ocorreu a formação de uma *burguesia nacional*, mas de uma *burguesia interna*. Uma *burguesia interna*, por não se envolver, no campo econômico, numa luta antiimperialista, acaba também não tendo interesse em assumir a luta pela realização de uma reforma agrária no país, no campo político. Ao contrário de uma *burguesia nacional*, a *burguesia interna* não tem necessariamente interesse na promoção de uma reforma agrária no país. Prefere, antes, desenvolver uma política de conciliação com as outras frações das classes dominantes. Neste sentido, a burguesia brasileira não se posicionou contra a burguesia agrária e nada indicava que futuramente ela adotaria essa posição política.

¹⁷⁴ Apresento de forma mais detalhada algumas das afirmações feitas por esses autores no Cap. II “*Reflexões sobre os esquemas interpretativos dominantes*”.

6. A Burguesia industrial paulista e a questão do partido político

6.1. Introdução

Em todo o governo Dutra, o empresariado industrial paulista foi representado politicamente por partidos que não defendiam exclusivamente seus interesses de classe, pois, apesar de o PSD congregar a maior parte dos representantes da indústria nacional, não podemos considerá-lo o partido político dessa fração de classe pelos seguintes motivos:

A) Era um partido heterogêneo composto por:

- proprietários de terras;
- industriais;
- advogados;
- professores universitários (acadêmicos);
- entre outros.

B) Os industriais não se concentravam apenas no PSD, mas estavam presentes em diferentes partidos como o¹⁷⁵: PTB/SP, UDN/SP, PR/SP, e outros.

Curiosamente, não encontramos nenhum documento desse período que demonstrasse uma preocupação, por parte da burguesia industrial paulista, em criar um partido político próprio, que lutasse exclusivamente pela defesa de suas reivindicações.

Muito pelo contrário, deparamo-nos com um empresariado industrial que negava inclusive a necessidade de concentração de seus votos em um único partido político, como demonstra o edital “*Falando de eleição*”, em que a diretoria do CIESP/FIESP orienta seus associados para a votação nas eleições que se aproximavam:

¹⁷⁵ Outra dificuldade na tentativa de detectar um partido que fosse representante exclusivo da burguesia industrial é que, segundo levantamento feito por BRAGA(1996), sobre o perfil sócio-econômico dos constituintes de 1946, alguns dos empresários, além de desenvolverem atividades ligadas à indústria, eram também proprietários de terra, banqueiros, advogados, etc. Este é o caso, por exemplo, de João Abdalla e Sampaio Vidal. Ambos pertencem à bancada do PSD/SP e Abdalla aparece como Industrial, Banqueiro,

“Deixamos a critério de cada industrial a escolha do partido de sua preferência. É indispensável, porém, que, sem prejuízo da sua simpatia por esta ou aquela agremiação partidária, seja escolhido um nome pertencente à classe ou conhecedor dos seus problemas, pois a indústria necessita ter representantes categorizados nas câmaras legislativas, para que seus interesses legítimos, que se confundem com os da Nação sejam, defendidos como devem ser.”(Boletim Informativo, 1950:1)

Como podemos observar, a recomendação era para que os filiados votassem em “candidatos” e não em “partidos”. A preocupação essencial da burguesia industrial brasileira era fazer pressão política no Legislativo, através da atuação dos candidatos que receberam seu apoio político, e não através da pressão de um determinado partido político¹⁷⁶.

6.2. O não surgimento de um partido político burguês

A recusa da burguesia industrial brasileira em atuar através de um partido político próprio foi interpretada, por diversos autores, como prova da *desorganização política* da burguesia industrial brasileira e um dos fatores que estariam impedindo que essa fração de classe se tornasse *hegemônica politicamente*. No entanto, não se registra uma falta de *organização política* da burguesia industrial. O problema é outro: nesse período histórico, não existiam motivos suficientes para que o empresariado industrial deixasse de agir como um grupo de pressão e formasse um partido político burguês.

A análise dos dados por nós coletados revela que a burguesia industrial paulista avaliava que a atuação, como um grupo de pressão, estava garantindo o alcance de seus objetivos grupais. Através das pressões feitas junto aos órgãos governamentais, o

Proprietário de Terras e Médico. Já Sampaio Vidal é descrito como sendo um Industrial, Proprietário de Terra e Advogado.

¹⁷⁶ Renato Boschi (1978), ao descrever as semelhanças existentes, no Brasil, entre o pensamento autoritário e o pensamento do empresariado industrial, já havia observado que ambos atribuem uma importância secundária aos mecanismos de competição política via partido, dando preferência à prática de contatos diretos com as esferas decisórias. Porém, esse autor afirma que o empresariado industrial brasileiro dava uma importância secundária também à competição via Legislativo. Não encontramos uma rejeição à pressão política feita junto ao Legislativo, mas uma predileção pela pressão feita nesse órgão através dos “candidatos” que receberam seu apoio político e não através da pressão exercida por um determinado “partido político”.

empresariado industrial estava conseguindo a aprovação de grande parte de suas reivindicações.

O parque industrial brasileiro também estava se desenvolvendo aceleradamente. A burguesia industrial brasileira tornava-se, politicamente e economicamente, cada vez mais forte, conseguindo pela primeira vez, no governo Dutra, superar o crescimento atingido pela burguesia agrária.

A burguesia industrial, portanto, sentia-se protegida pelo Estado. E isso é compreensível, pois, na medida em que a sociedade capitalista é uma “...*formação no interior da qual as contradições entre os diversos níveis se condensam em uma dominação política de classe...*”, o Estado, pelo lugar que lhe é atribuído, ao cumprir sua função de manutenção da unidade, através da garantia da ordem estabelecida numa formação social, acaba desempenhando um papel político no qual torna-se, em parte, um “...*intérprete dos interesses da classe dominante.*”¹⁷⁷(Poulantzas, 1968:51)

Numa sociedade como a brasileira, em que o poder econômico da burguesia industrial estava em plena ascensão, nada mais natural do que o Estado acabar assumindo a defesa dos interesses dessa fração de classe.

O empresariado industrial também não se sentia ameaçado pelos nacionalistas, nem pela classe trabalhadora. Se, de um lado, o projeto de industrialização dos nacionalistas protegia, genericamente, os interesses da burguesia industrial brasileira, uma vez que defendia a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento acelerado da indústria nacional; por outro lado, a política sindical desenvolvida por Vargas, juntamente com as leis aprovadas no governo Dutra, que suprimiram alguns direitos políticos conquistados pela classe trabalhadora¹⁷⁸, mantinha sob um certo controle os movimentos operários, o que criava uma situação cômoda e propícia ao crescimento econômico e político da burguesia industrial. Portanto, a ação do empresariado industrial brasileiro, como grupo de pressão junto ao Estado, estava sendo suficiente para garantir a defesa de grande parte dos seus interesses de classe.

¹⁷⁷ Poulantzas, 1968:51.

¹⁷⁸ Não esqueçamos que nesse período foi praticamente retirado do trabalhador o direito de fazer greve. Além disso, com o fechamento do Partido Comunista, muitos de seus membros presos e os Parlamentares eleitos por esse partido tiveram seus mandatos cassados. Descrevemos melhor o cenário político desse período no Cap. II: “Contexto Histórico”.

6.3. *Cena política e prática política*

Uma classe ou fração não precisa estar necessariamente presente na cena política, possuindo um partido político forte que defenda exclusivamente seus interesses de classe, para ser a fração mais beneficiada com as políticas que estão sendo adotadas:

“E mais: pode acontecer que a classe ou fração hegemônica do bloco no poder esteja ausente da cena política.”(POULANTZAS, 1968:244)

O que torna isso possível, segundo os estudos de Poulantzas¹⁷⁹, é a existência de uma defasagem entre cena política e prática política. A cena política seria um espaço particular do nível das práticas políticas de classe numa formação social. Na verdade, a cena política remonta ao campo das forças sociais organizadas em partidos políticos.

A cena política e as práticas políticas teriam uma temporalidade própria e uma periodização particular, condizente com suas estruturas internas, mas diferentes entre si. Isso teria como efeito a distinção entre cena política e prática política. As conseqüências dessa separação é que podemos vir a encontrar uma formação social onde a fração hegemônica não coincida com a classe reinante e nem com a classe detentora do Estado.

Poulantzas considera aqui que a fração hegemônica é quem de fato, em última instância, detém o poder político nessa sociedade; a classe reinante, ou governante, seria a classe ou fração cujo partido político dominaria a cena política; e a classe detentora do Estado seria a classe, ou fração, onde são recrutados o pessoal político burocrático-militar que ocupará fisicamente o aparelho de Estado.

Como essas três posições são distintas entre si, elas podem ser ocupadas por diferentes classes ou frações. A esse respeito Poulantzas afirma que:

“A classe ou fração hegemônica pode ser igualmente reinante e detentora do Estado; mas a classe ou fração reinante pode ser detentora do Estado sem por isso ser hegemônica.”(Poulantzas, 1968:245)

¹⁷⁹ Na verdade, Poulantzas faz questão de afirmar que essa problemática não é original, mas uma retomada das observações que Marx fez a esse respeito no livro *O 18 de Brumário*.

E realça que pode vir a ocorrer, inclusive, uma descentralização completa desses três lugares, em que a classe hegemônica, a classe reinante e a classe detentora, estejam sob o poder de diferentes classes ou frações de classe.

Neste sentido, a ausência de um partido político burguês, no Brasil, não pode ser interpretada como fruto da *desorganização política* da burguesia industrial, nem como prova de que essa fração de classe não era *hegemônica politicamente*. Fazer essa afirmação é reduzir as relações de classe às relações entre partidos e vice-versa¹⁸⁰.

O que faz com que uma determinada classe, ou fração, seja, ou não, hegemônica politicamente, é sua preponderância dentro do bloco no poder, que remonta ao campo das práticas políticas e não da cena política.

A não existência de um partido político que defendesse exclusivamente os interesses de classe da burguesia industrial brasileira demonstra que ela não é a classe reinante, mas nada diz sobre a sua presença, ou não, no bloco no poder e muito menos fornece elementos suficientes para determinar se essa fração de classe era, ou não, hegemônica politicamente.

Para responder a essas perguntas, a investigação tem que ser feita em outro lugar, ou seja, no campo das práticas políticas e não da cena política.

6.4. *Burguesia interna e partido político*

O fato de termos no Brasil o surgimento de uma *burguesia interna* e não de uma *burguesia nacional* também acaba tornando secundária a necessidade de essa fração de classe mobilizar-se para formar um partido político para defesa exclusiva de seus interesses de classe.

Uma *burguesia nacional* tem uma maior necessidade de formar um partido político próprio, pois, ao engajar-se na luta pela liberação nacional, tem que reunir forças políticas para tentar impedir que o Estado ceda ao imperialismo econômico imposto por outros países e, assim, comprometa a conquista da emancipação política e econômica do

país. Nesse movimento, a *burguesia nacional* procura formar alianças com o povo, buscando o apoio da classe trabalhadora, para sua luta política.

Uma *burguesia interna*, uma vez que não se envolve numa luta antiimperialista e pela liberação nacional, não sente tão fortemente a necessidade de criar um partido político próprio. Ela não precisa formar alianças com o “povo”, nem opor-se tão diretamente a alguns vínculos que o Estado queira fazer com alguns países estrangeiros. Basta ter a garantia de que a entrada de capital estrangeiro não irá afetar diretamente sua margem de lucro, para que aceite prontamente essa ajuda financeira¹⁸¹. A *burguesia interna* não sente necessidade de pressionar o Estado para que ele vincule o desenvolvimento econômico do país à emancipação nacional.

Para a *burguesia interna*, portanto, a luta pela formação de um partido político burguês não é encarada como uma questão prioritária. É totalmente razoável pensarmos na possibilidade de a burguesia brasileira preferir continuar agindo como um grupo de pressão, em vez de lutar pela sua transformação em um partido político burguês.

A cobrança feita pela maior parte dos autores, de que essa fração de classe teria que unir-se à classe trabalhadora e promover a revolução democrática no país, seria justa, se existisse no Brasil uma *burguesia nacional*. No entanto, ela não é uma luta prioritária para uma *burguesia interna*.

A pergunta que deve ser feita, no caso brasileiro, não é: Por que não surgiu um partido burguês? Mas: Que motivação a burguesia brasileira teria para formar um partido político próprio?

¹⁸⁰ Poulantzas, 1968:246.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este trabalho, partimos da idéia de que o grande crescimento econômico que a burguesia industrial brasileira vinha alcançando com o passar dos anos não era uma mera causalidade, mas uma conquista política dessa fração de classe. Na tentativa de comprovarmos nossa hipótese de trabalho, procuramos reconstituir o comportamento político e econômico assumido pela burguesia industrial paulista, no governo Dutra, com base nos dados coletados nos arquivos do CIESP/FIESP.

A partir desse material, pudemos observar que o empresariado industrial paulista era bastante organizado politicamente no governo Dutra, agindo como um forte grupo de pressão, junto ao Estado, para se tornar uma das frações de classe mais beneficiadas com as políticas econômicas que estavam sendo adotadas pelo governo. Também verificamos como a burguesia industrial paulista relacionava-se com o proletariado, com os outros setores das classes dominantes, com a Igreja, etc. Ao final da análise, traçamos o perfil político assumido por essa fração de classe e encontramos um empresariado que:

- não se engajava numa luta antiimperialista e pela liberação nacional;
- não se opunha à entrada de capital estrangeiro, salvo nas áreas em que podiam colocar em risco o desenvolvimento das indústrias autóctones;
- não formava aliança com a classe trabalhadora, muito pelo contrário, tinha uma posição muito dura em relação a ela;
- procurava formar aliança com outros setores das classes dominantes (com a burguesia agrária, com a comercial);
- buscava também o apoio dos militares;
- não apoiava o projeto de industrialização defendido pelos nacionalistas, porque possuía um projeto de industrialização próprio que se diferenciava em diversos aspectos do projeto dos nacionalistas.
- não mostrava grande interesse em formar um partido político próprio, preferindo continuar agindo como um grupo de pressão junto ao Estado e ao Legislativo, através dos candidatos eleitos com a sua ajuda;

¹⁸¹ Tratamos melhor desta questão no Cap. II, item “uma nova abordagem teórica”.

Trabalhos mais recentes, dedicados ao estudo do comportamento político e econômico assumido pela burguesia brasileira, como o desenvolvido por Eli Diniz e Renato Boschi, já defendiam que o empresariado industrial brasileiro era bastante organizado politicamente, tendo influenciado na constituição histórica do Estado brasileiro. Porém, esse autores continuavam tendo a expectativa de que futuramente a burguesia brasileira mudaria o rumo do seu comportamento vindo a unir-se à classe trabalhadora e a promover uma revolução democrática no país. Eli Diniz chega mesmo a afirmar que a burguesia industrial brasileira ainda não tinha assumido essa luta porque se encontrava num estágio de “amadurecimento ideológico”.

No entanto, os dados a que tivemos acesso não nos davam nenhum indício de que o empresariado industrial paulista pretendia, futuramente, assumir essas reivindicações. Muito pelo contrário, mostravam que o empresariado industrial paulista estava bastante satisfeito com os resultados que vinha obtendo, não tendo nenhuma intenção de mudar a sua postura política. Foi então que deparamos com o conceito de *burguesia interna*, de Poulantzas. Esse autor chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, ao perceber que existem contradições de interesses entre os setores da burguesia autóctone e o capital imperialista estrangeiro, somos levados a concluir que se trata de uma *burguesia nacional*. Porém, nem sempre isso é verdadeiro.

No nosso caso, as cobranças de vários autores que estudaram o comportamento assumido pela burguesia brasileira estavam baseadas na certeza de que, no Brasil, ocorrera a emergência de uma *burguesia nacional*. Como vimos, porém, o conceito que mais parece dar conta do tipo de comportamento político e econômico assumido pelo empresariado industrial brasileiro não é o de *burguesia nacional*, mas o de *burguesia interna*. Nesse ponto, portanto, reside a nossa divergência em relação às análises feitas até o presente momento, sobre a burguesia brasileira.

Na verdade, a introdução do conceito de *burguesia interna*, de Poulantzas, como modelo explicativo para o comportamento político e econômico da burguesia brasileira, abre novos caminhos para a análise da participação do empresariado no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

ANEXO 1

A primeira **diretoria** da CIESP tinha como membros¹⁸²:

Presidente: Francisco Matarazzo

Vice-Presidente: Dr. Roberto C. Simonsen

1º Secretário: Dr. Jorge Street

2º Secretário: Antonio Devisate

1º Tesoureiro: Horácio Lafer

2º Tesoureiro: José Ermírio de Moraes

Diretores sem cargo

Carlos Von Bülow

P. G. Meireles

Nestor de Barros

Alfredo Weisflog

Secretário Geral: Dr. Octávio Pupo Nogueira

No caso da FIESP, ela tem inicialmente como **diretores**¹⁸³:

Presidente: Dr. Luiz T. Alves Pereira (Estrada de Ferro)

Vice-Presidente: Dr. Raul de Rezende Carvalho (Tecidos)

1º Secretário: Dr. Horácio Lafer (Papel e Artes Gráficas)

2º Secretário: Dr. Waldomiro Pinto Alves (Tecidos)

1º Tesoureiro: Dr. Armando de Arruda Pereira (Cerâmica)

2º Tesoureiro: João Gonçalves (Artes Gráficas)

Diretores sem cargo

Dr. Roberto Simonsen (Bancos)

Luiz J. da Silva (Calçados)

Conde Alexandre Siciliano Junior (Metalurgia)

Dr. Waldomiro de Carvalho (Bebidas)

Dr. Manoel de Mattos Ayres (Indústria Extrativa)

¹⁸² FONTE - SCARTEZINI, Cássio. *Fiesp / Ciesp: dados históricos*. s.l. 20/04/67, p. 1.

¹⁸³ FONTE - SCARTEZINI, idem, p. 5.

ANEXO 2

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DIRETORIA ELEITA A 6-12-1944)

Presidente:

Roberto Simonsen.....Sind. da Ind. da Construção Civil de Grandes Estrut.,
no Estado de São Paulo.

1º Vice-Presidente:

Morvan Dias de Figueiredo.....Sind. da Ind. de Vidros e Cristais Planos e Ocos, no Estado
de S.P.

2º Vice-Presidente:

Mariano J. M. Ferraz....Sind. da Ind. da Construção e Montagem de Veículos, no Est.de
S.P.

1º Secretário:

Antonio Devisate.... Sind. da Ind. de Calçados, de São Paulo

2º Secretário:

Humberto Reis Costa....Sind. da Ind. de Fiação e Tecelagem em Geral, em S.P.

1º Tesoureiro:

Theophilo Olyntho de Arruda..Sind. da Ind. de Cordoalha e Estopa de S.P.

2º Tesoureiro:

Francisco da Silva Villela...Sind. da Ind. de Laticínios e Produtos Deriv., no Est. de S.P.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DIRETORIA ELEITA A 9-1-1945)

Presidente	Dr. Roberto Simonsen
1º Vice-Presidente	Sr. Morvan Dias de Figueiredo
2º Vice-Presidente	Dr. Mariano J. M. Ferraz
3º Vice-Presidente	Dr. Antonio de Souza Noschese
1º Secretário	Sr. Antonio Devisate
2º Secretário	Sr. Humberto Reis Costa
1º Tesoureiro	Sr. Theophilo Olyntho de Arruda
2º Tesoureiro	Dr. Francisco da Silva Villela

FONTE - Revista Industrial de São Paulo, 1945, nº 3.

ANEXO 3

Composição das diretorias do CIESP e FIESP no governo Dutra¹⁸⁴:

1945/1946

Presidente.....	Dr. Roberto Simonsen
1º Vice-Presidente.....	Sr. Morvan Dias de Figueiredo
2º Vice-Presidente.....	Dr. Mariano Jatahy Marcondes Ferraz
3º Vice-Presidente.....	Sr. Antonio de Souza Noschese
1º Secretário.....	Sr. Antonio Devisate
2º Secretário.....	Sr. Humberto Reis Costa
1º Tesoureiro.....	Sr. Theophilo Olyntho de Arruda
2º Tesoureiro.....	Sr. Francisco da Silva Villela

1947/1948

Presidente.....	Dr. Armando de Arruda Pereira
1º Vice-Presidente.....	Sr. Humberto Reis Costa
2º Vice-Presidente.....	Sr. Antonio de Souza Noschese
3º Vice-Presidente.....	Sr. Antonio Devisate
1º Secretário.....	Dr. Dacio A. de Moraes Junior
2º Secretário.....	Sr. Arthur Cortines Laxe
1º Tesoureiro.....	Sr. Theophilo Olyntho de Arruda
2º Tesoureiro.....	Sr. Francisco da Silva Villela

1949¹⁸⁵/1950

Presidente.....	Sr. Morvan Dias de Figueiredo ¹⁸⁶
1º Vice-Presidente.....	Dr. Armando de Arruda Pereira
2º Vice-Presidente.....	Dr. Francisco S. Vicente Azevedo
3º Vice-Presidente.....	Sr. Theophilo Olyntho de Arruda
1º Secretário.....	Dr. Herbert F. Arruda Pereira
2º Secretário.....	Sr. José Villela de Andrade Junior
3º Secretário.....	Dr. Diniz Gonçalves Moreira
1º Tesoureiro.....	Dr. Rodolpho Ortenblad
2º Tesoureiro.....	Sr. Paulo Caruso
3º Tesoureiro.....	Sr. Mario Di Pierro

¹⁸⁴ FONTE - Deptº de Documentação, Estatística, Cadastro e Informações Industriais (DECAD): Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. *Diretores*. s.n.t.

¹⁸⁵ Em 1949, surgem dois novos cargos na composição da diretoria do Ciesp: o de 3º Secretário, e o de 3º Tesoureiro. Isto ocorre devido à modificação sofrida no estatuto da Ciesp, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária em 04/nov/1948. Nessa data, aumenta também, de 34 para 50, o número mínimo de “diretores sem função específica” do Centro.

¹⁸⁶ Com a morte do Sr. Morvan Dias Figueiredo em 07/mai/1950, assume a presidência dessa entidade o 1º Vice-Presidente, o Dr. Armando de Arruda Pereira. Passa para o cargo de 1º Vice-Presidente o Dr. Francisco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU**, Sérgio F.A. de *O que todo cidadão precisa saber sobre a Constituição*. SP:Global, 1985.
- ALEM**, Silvio Frank. *Os trabalhadores e a “redemocratização”*; estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato (1942-1948).Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, 1981. (Dissertação de mestrado).
- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. RJ:Forense-Universitária: FGV/CPDOC:Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, 1984.
- BALESTRIERO**, Geraldo Élvio. *Gênese do Planejamento econômico no Brasil*. SP:Departamento de História da USP, 1996. (Tese, doutorado em História Econômica).
- BENEVIDES**, Maria Victória M. *O PTB e o trabalhismo: partidos e sindicatos em São Paulo (1945-1964)*. SP:Brasiliense, 1989.
- BERGSMAN**, Joel. A política comercial no pós-guerra. In: VERSIANI, Flávio R. (org.). *Formação Econômica do Brasil: período republicano*. SP:Saraiva, 1977.
- BIELSCHOWSKY**, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimento*. RJ:IPEA/INPES, 1988.
- BOSCHI**, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. RJ:Edições Graal, 1979.
- BOLOGNA**, Ítalo. *Roberto Mange e sua obra*. SP:UNIGRAF, 1980.
- BRAGA**, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946*. Campinas:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, 1996. 2 volumes (Dissertação, mestrado em Ciências Políticas).
- BUONICORE**, Augusto Cesar. *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952): entre a reforma e a ruptura*. Campinas:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, 1996. (Dissertação, mestrado em Ciência Política).
- BURDEAU**, Georges. *A Democracia*. Publicações Europa-América, (Coleção Saber), 1975.
- CARDOSO**, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. SP: Difel, 1964.

S. Vicente Azevedo; para o de 2º Vice-Presidente o Sr. Theophilo O. de Arruda; e para o de 3º Vice-Presidente o Sr. Antonio Devisate, que até esse momento fazia parte do grupo dos “diretores sem cargo”.

CARONE, Edgar. *A quarta República (1945-1964)*. RJ:Difel, 1980.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. SP:Difel, 1968.

_____. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. RJ:Difel, 1980.

COSTAS, Paulo Roberto Neves. *Burguesia, Corporativismo e democracia nos anos 50: A Federação do Comércio do Estado de São Paulo*. Campinas:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, 1995, (Dissertação, mestrado em Ciência Política).

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. RJ:FGV, 1996

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. SP: Difel, 1971. 269p. Terceira Parte: os industriais enfrentam a sociedade e o Estado (1920-1945).

D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *México, uma revolução insolúvel*. RJ:Saga, 1965.

DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil:1930/1945*. RJ:Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses; um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. RJ:Paz e Terra, 1985.

DE SANCTIS, Frei Antonio. *Encíclicas e Documentos sociais: da "Rerum Novarum" à "Octogésima Adveniens" (de Leão XIII, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI)*. SP:LTr, 1972.

DUTRA, Eurico Gaspar. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. RJ:Forense-Universitária:FGV/CPDOC:Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, 1984.

DUVERGER, Maurice. *Partidos Políticos*. RJ:Zahar, 1970.

_____. *Sociologia Política*. RJ:Forense, 1966.

_____. **"Origem, evolução e papel dos partidos políticos"** in *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília:UNB, 1982.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. RJ:Zahar, 1975.

FONSECA, Pedro C. Dutra da. *Vargas; O capitalismo em construção (1906-1954)*. SP:Brasiliense, 1989.

GENTILE, Emilio. *A Itália de Mussoline e a origem do Fascismo*. SP:Ícone, 1988.

- GOMES**, Angela M. C. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil.1917-1937*. RJ:Campus, 1979.
- GORENDER**, Jacob. *A burguesia brasileira*. 8ª edição, SP:Brasiliense, 1990.(Coleção:Tudo é história)
- HUDDLE**, Donald L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: diretrizes políticas e históricas. In: VERSIANI, Flávio R. (org.). *Formação Econômica do Brasil: período republicano*. SP:Saraiva, 1977.
- JAGUARIBE**, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*, RJ:Paz e Terra, 1969.
- _____. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. SP:Forum Roberto Simonsen, 1956.
- KONDER**, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. RJ:Edições do Graal, 1977.
- LEÃO XIII**. *Condição dos operários*. RJ:Vozes, 1973.
- LEITE**, Elenice M. *SENAI - 45 anos de educação para o trabalho(1942-1987): a indústria em ação*, SP:SENAI, 1987.
- LEOPOLDI**, Maria Antonieta. *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil (1930-1961)*, 1984.
- LESSA**, Carlos. *15 anos de política econômica*. 2ª ed. SP:Brasiliense, 1981.
- LONER**, Beatriz Ana. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*. Campinas:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, 1985. (Dissertação de mestrado).
- MALAN**, Pedro S., **BONELLI**, Regis, **ABREU**, Marcelo de P., et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. RJ:IPEA/INPES, 1980.
- MARANHÃO**, Ricardo. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945-1950)*. SP:Brasiliense, 1979.
- MARTINS**, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento; introdução à crise brasileira*. RJ:Saga, 1968.
- MARX**, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. SP:Abril Cultural (Coleção: Os pensadores), 1978.
- MAZZEO**, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. SP:Cortez, 1997.
- MAYER**, Arno J. *A força da Tradição*. SP:Schwarcz Ltda, 1990.

- MICELI**, Paulo. *Além da Fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. SP:FIESP, 1992.
- MOORE JR.**, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. SP:Martins Fontes, 1983.
- MOURA**, Gerson. *A Campanha do Petróleo*. SP:Brasiliense, 1986. (Coleção:Tudo é História)
- POULANTZAS**, Nicos. *Poder político e classes sociais*. SP:Martins Fontes, 1968.
- _____. *As classes sociais no Capitalismo de Hoje*. RJ:Zahar, 1978.
- RODRIGUES**, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. SP:Brasiliense, 1974.
- SAES**, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. SP:Queiroz, 1985.
- _____. *A formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. RJ:Paz e Terra, 1985.
- _____. *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*. Campinas:Unicamp, 1973. (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH).
- SETTE**, Luiz Paulo Lindenberg. *A Revolução Samurai*. SP:Massao Ohno, 1991.
- SILBERFELD**, Jesan-Claude. *Federação do Comércio do Estado São Paulo: 50 anos*. SP:FCESP, 1988.
- _____. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: 1964-1967*. São Paulo: Faculdade de História da PUC, 1984. (Dissertação, mestrado em História)
- SIMONSEN**, Roberto. *A Evolução Industrial do Brasil*. SP:FIESP, 1939.
- SINGER**, Paul. *Economia Política da Urbanização*. SP:Brasiliense (Edições Cebrap), 1973.
- SKIDMORE**, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 3ª ed., RJ:Paz e Terra, 1975.
- SOLA**, Lourdes. "O golpe de 37 e o Estado Novo". In: MOTTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. RJ:Difel, 1980.
- SOUZA**, Maria do C.Campello de. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. SP:Alfa-Omega, 1976.
- TAYLOR**, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. 7ª ed., SP:Atlas, 1970.

TEIXEIRA, Palmira Petrati. *Pensamento e Ação do Industrial Jorge Street (1894-1939)*. SP:FFLCH da USP, 1989. 297 p. (Tese, doutorado em História).

VARGAS, Getúlio. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. RJ:Forense-Universitária:FGV/CPDOC:Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, 1984.

VIANA, Sérgio Besserman. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do Progresso; Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. RJ:Campus, 1992.

VICTOR, Mário. *A batalha do Petróleo Brasileiro*. RJ:Civilização Brasileira S.A., 1970.

O SENAI em São Paulo. Edição comemorativa do Jubileu de Prata (1942-1967).

PERIÓDICOS

ATAS DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE de 1946 de fev/1946 a set/1946.

BOLETIM INFORMATIVO DO CIESP/FIESP de out/1949 a dez/1950.

CIRCULARES DO CIESP/FIESP de jan/1944 a set/1949.

REVISTA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO de dez/1944 a mar/1949.

DIVERSO FOLHETOS DE ROBERTO SIMONSEN:

O Congresso Eucarístico Nacional de 1942 e a entronização da cruz nas fábricas - 1942.

A imagem de Cristo na sede da FIESP - 1942.

A agricultura e a indústria - 1944.

Elos da indústria - 1944.

Aos industriários do Brasil - 1945.

O problema social no Brasil - 1946.

O Plano Marshall e suas prováveis repercursões econômicas na América Latina - 1947.

As classes produtoras do Brasil e o PCB - 1947.

O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais - 1948.

Discursos pronunciados no Senado Federal pelo Senador Roberto Simonsen - 1947

Direitos internacional social - 1948.